

MARIA TERESA DE ALMEIDA DOS SANTOS ROQUE

**AVALIAÇÃO DE ALUNOS COM CURRÍCULO
ESPECÍFICO INDIVIDUAL: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NO 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2018

MARIA TERESA DE ALMEIDA DOS SANTOS ROQUE

**AVALIAÇÃO DE ALUNOS COM CURRÍCULO
ESPECÍFICO INDIVIDUAL: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NO 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

Mestrado em Educação Especial: Domínios Cognitivo e Motor

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Doutor António Manuel da Conceição Guerreiro



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2018

*Avaliação de alunos com currículo específico individual: práticas pedagógicas no 2.º
ciclo do ensino básico*

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Maria Tereza de Almeida dos Santos Pique

Copyright

Maria Teresa de Almeida dos Santos Roque

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Este espaço é dedicado a todos aqueles que tornaram possível a realização da presente dissertação.

Agradeço à Escola Superior de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve, por me conceder a possibilidade de ampliar os meus conhecimentos nesta instituição, neste mestrado em Educação Especial – Domínios Cognitivo e Motor.

Agradeço ao professor António Guerreiro, orientador desta dissertação, por toda ajuda e apoio que disponibilizou, pelo conhecimento e orientação, pela dedicação que investi neste estudo e por transmitir de forma motivadora todo o seu saber.

Agradeço aos professores, participantes do estudo, pela participação e disponibilidade nesta pesquisa.

Gostaria de agradecer à minha família, mais particularmente ao meu marido José, pela paciência, ajuda indispensável, orientação e sentido crítico que permitiram a elaboração desta dissertação um obrigado muito especial.

Agradeço também aos meus filhos Mariana, Beatriz e Filipe pela ajuda, compreensão, amor e afeto que recebi, um sincero obrigado por me tornarem uma melhor pessoa e todos os dias me fazerem acreditar que conseguimos tudo.

Aos meus irmãos, Luísa, João e Luís por me encorajarem e ensinarem o quanto a vida é vazia sem eles.

E à minha sobrinha Inês, pela ajuda pronta e disponível.

Um muito obrigada a todos.

Dirijo um último agradecimento especial para as minhas amigas, Raquel e Ana pela amizade, disponibilidade, pelo incansável apoio e incentivo que sempre demonstraram em me ajudar.

Obrigada por tudo.

Resumo

O estudo centra-se na problemática da avaliação de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) do 2.º ciclo no ensino básico, mais concretamente dos alunos com currículo específico individual (CEI), tendo como objetivo principal a reflexão sobre a importância de encontrar estratégias que facilitem as aprendizagens de crianças com NEE. Pretendeu-se assim, identificar o processo de avaliação de alunos com CEI e aprofundar o conhecimento sobre as práticas de avaliação desses alunos e como estas permitem adequar estratégias e optar por decisões curriculares promovendo a eficácia da educação especial. A pesquisa bibliográfica teve como finalidade fundamentar as conceções implícitas, bem como realçar os conceitos de avaliação, inclusão/diferenciação/flexibilidade e necessidades educativas especiais.

O estudo seguiu uma metodologia descritiva e qualitativa centrada no paradigma interpretativo, realizando um estudo de caso de dois alunos com CEI, incluídos na mesma turma, integrando seis professores do 2.º ciclo do mesmo conselho de turma. O trabalho de campo decorreu entre setembro de 2017 a maio de 2018, num agrupamento de escolas do distrito de Faro. Os instrumentos de recolha de dados passaram pelas entrevistas semiestruturadas, conversas informais e análise documental. Os dados recolhidos foram objeto de análise de conteúdo tendo por referência um sistema de categorias surgidos dos discursos dos professores entrevistados.

A análise dos resultados obtidos permite-nos estudar opiniões e reflexões dos professores que revelaram ter dificuldades na concretização da inclusão, falta de tempo e falta de apoio para operacionalizar a inclusão dos alunos com CEI. As conclusões apontam para a necessidade de realçar o contributo que a avaliação tem para o sucesso dos alunos e para a reestruturação do CEI e para o papel dos professores no desenvolvimento de práticas de avaliação formativas que contribuem para as aprendizagens dos alunos com NEE e CEI, onde as relações interpessoais, o reforço positivo e a autoestima são primordiais para facilitar o desenvolvimento e as aprendizagens destas crianças.

Palavras-chave: Avaliação; Necessidades Educativa Especiais; Currículo Específico Individual; Escola Inclusiva.

Abstract

This study focuses on the problem of the evaluation of students with special educational needs (SEN) of the 5th and 6th grade in middle school education, specifically the students with individual specific curriculum (ISC), whose main objective is to reflect on the importance of finding strategies that facilitate the learning of children with SEN. The aim was to identify the process of evaluation of students with ISC, to deepen the knowledge about the evaluation practices of these students and how they allow to adapt strategies and to opt for curricular decisions promoting the effectiveness of special education. The bibliographic research was aimed at supporting the implicit conceptions, as well as highlighting the concepts of evaluation, inclusion / differentiation / flexibility and special educational needs.

The study followed a descriptive and qualitative methodology centred on the interpretative paradigm, carrying out a case study of two students with ISC included in the same class, integrating six teachers from the same class council. Fieldwork ran from September 2017 to May 2018, in a group of schools in the Faro district. The data collection tools went through semi-structured interviews, informal conversations and documentary analysis. The collected data were subject of content analysis with reference to a system of categories arising from the discourses of the teachers interviewed.

The analysis of the results allows us to study the opinions and reflections of the teachers who revealed difficulties in the implementation of inclusion, lack of time and lack of support to operationalize the inclusion of students with ISC. The conclusions point to the need to highlight the contribution that evaluation has to student success and to the restructuring of the ERC and to the role of teachers in the development of formative assessment practices that contribute to the learning of students with SEN and ISC, where good interpersonal relationships, positive reinforcement and self-esteem are important to facilitate the development and learning of these children.

Key-words: Assessment, Special Educational Needs, Individual Specific Curriculum Inclusive School

Índice

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract	vi
Índice.....	vii
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico	3
Educação Inclusiva.....	3
Conceito de Avaliação	7
Modalidades de Avaliação.....	11
Avaliar alunos com NEE	17
Professores e a Avaliação	19
Capítulo II – Estudo Empírico	22
Objetivos da investigação.....	22
Contexto Escolar	23
Turma e Alunos com CEI.....	24
Participantes	27
Instrumento de recolha de dados	29
Análise de dados	33
Capítulo III – Análise de Resultados	35
Formação para a docência de alunos com CEI.....	35
Conceito e formas de avaliação.....	36
Avaliação de alunos com CEI	37
Instrumentos de avaliação e tarefas propostas aos alunos.....	40
Função e efeitos da avaliação.....	42
Vantagens e desvantagens da escola inclusiva	43
Apoios recebidos	45
Sugestões dos participantes.....	46
Conclusões	48
Práticas de avaliação dos alunos com CEI	48
O CEI e o desempenho dos alunos.....	50
Perspetivas dos professores sobre a inclusão	50
Limitações do estudo e propostas para o futuro	52

Referências Bibliográficas	54
Índice de Apêndices	58
Índice de Anexos	112

Introdução

A avaliação é um tema controverso por poder ter um caráter subjetivo, mas é também fundamental para o sucesso dos alunos, principalmente para os alunos com CEI, pois só uma avaliação clara, rigorosa e oportuna permite a adequação de estratégias e de opções curriculares, visando a eficácia da Educação Especial. A avaliação procura um conhecimento maior do aluno, compreender como este aprende e o que está a aprender, sempre em comparação com o seu conhecimento anterior. O professor deve estar consciente de que a ação, a intervenção e a reflexão caminham de mãos dadas, para uma avaliação adequada e consciente.

A Educação deve ser encarada como um fator facilitador do desenvolvimento e da funcionalidade de todos os seres humanos, livre de qualquer espécie de barreiras, físicas ou quaisquer outras. Por isso, uma incapacidade (física, social e/ou emocional) não pode ser um impedimento à participação social e ao sucesso das crianças. Assim, a Escola Inclusiva está sempre em movimento, onde a aprendizagem em conjunto e a colaboração de todos com experiências diferentes contribuem para uma maior participação e um consequente sucesso no desenvolvimento e nas aprendizagens de todas as crianças e jovens.

Este estudo pretende, de algum modo, dar resposta a dúvidas, problemas e desafios que emergem da atividade de professor e que, para além do enquadramento pedagógico, se revestem também de um enquadramento social e humano que importa salientar. Tem como objetivo fundamental uma reflexão sobre o processo de avaliação em Educação Especial dos alunos com CEI do 2.º ciclo ensino básico, através da: (i) identificação das práticas de avaliação dos alunos com CEI; (ii) compreensão se o CEI é influenciado pelo desempenho dos alunos; (iii) conhecimento das perspetivas dos professores face à avaliação destes alunos, bem como à inclusão dos mesmos na turma e na escola.

Para atingir estes propósitos de pesquisa e análise, no primeiro capítulo, construi uma abordagem ao tema sobre o que é a Escola Inclusiva e de que forma a avaliação dos alunos com CEI contribuem para o desenvolvimento e sucesso dos mesmos.

No segundo capítulo, procedi à clarificação dos métodos de pesquisa e de recolha de dados, apresentando a motivação e os objetivos desta investigação, bem como um contexto do agrupamento/escola em estudo e dos participantes. Neste segundo capítulo, identifico as opções tomadas, quanto ao percurso efetuado, aos procedimentos e aos instrumentos de recolha de dados utilizados, bem como aos procedimentos de análise dos dados daí resultantes.

No terceiro capítulo é apresentada a análise dos resultados considerados relevantes, obtidos a partir das entrevistas realizadas, recorrendo a uma metodologia descritiva e qualitativa, com base no paradigma interpretativo. Assim, neste capítulo tento, de acordo com as categorias obtidas pela interpretação das entrevistas, discutir cada um dos temas abordados pelos entrevistados.

Na conclusão, pretendo responder à questão de investigação: Quais as práticas de avaliação dos alunos com Currículo Específico Individual (CEI)? Apoiando-me nas ideias que resultaram da análise, discussão e interpretação dos dados, respondo aos objetivos a que este estudo se propõe. Identifico também as limitações deste estudo, bem como as propostas para investigações futuras que decorreram da pesquisa, análise e interpretação do trabalho efetuado.

Nos apêndices apresentam-se todos os documentos elaborados e que de alguma forma foram a base deste estudo: consentimentos dos participantes, os guiões das entrevistas, organização de dados, relatórios das entrevistas, bem como a categorização dos dados das entrevistas.

Nos anexos incluem-se exemplos de tarefas, consideradas representativas, que os professores participantes utilizam para avaliar os alunos com CEI.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

Neste capítulo apresento o enquadramento teórico, salientando a importância de uma educação inclusiva, evidenciando as desigualdades como oportunidades de aprendizagem. Abordo também o conceito de avaliação, principalmente a avaliação dos alunos com Currículo Específico Individual (CEI) e o papel dos professores na avaliação destes estudantes.

Educação Inclusiva

A educação como direito para todas as crianças, foi reconhecida na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948. Nesta proclamação evidenciam-se os direitos para grupos específicos, até então esquecidos, como mulheres e pessoas com deficiência. O direito de ser educado num sistema regular de ensino e o direito de não ser discriminado foi referido na Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, mas o direito à educação não implica inclusão. A educação inclusiva só aparece clarificada na Declaração de Salamanca. Para Stubbs (2008):

existe um longo caminho a percorrer antes que a Educação para Todos se torne realidade e não irá funcionar a não ser que haja mais participações do “povo”, das minorias, da população em geral, e uma atribuição eficiente de recursos. (...) A Educação para Todos, e, por conseguinte, a educação inclusiva, são problemas de desenvolvimento que não irão evoluir, a não ser que sejam tomadas medidas simultâneas para reduzir a pobreza (p.12).

A educação inclusiva compreende muitas estratégias, atividades e processos para que a educação seja de qualidade, para que ocorra melhoria nas aprendizagens e se torne eficaz para todos sem exceção. Assim, a educação inclusiva, ainda segundo este autor, deve compreender que a aprendizagem tem início no nascimento e continua ao longo de toda a vida, sendo um processo em constante evolução, independentemente da cultura e do contexto, tentando ultrapassar as barreiras da aprendizagem e a participação de todos, combatendo a discriminação, sem olhar a diferenças de idade, género, etnia, linguagem, situação económica, religião, deficiência, estilo de vida e outras formas de diferenciação. A inclusão, deve alterar o sistema para se ajustar ao aluno, e não o contrário, alterar o aluno para que se ajuste ao sistema, criando assim, um ambiente onde a paz, a tolerância,

a justiça social, as necessidades básicas e os direitos sejam uma realidade para todos. Esta premissa levanta questões muito concretas que Reis e Neves (2011) realçam ao salientarem que importa refletir sobre a prioridade da inclusão na educação e sobre o caráter universal da educação inclusiva. Os desafios do quotidiano e da sociedade atual não se compadecem da definição clássica do aluno carenciado de intervenção promotora da sua inclusão. Os mesmos autores questionam a diferença entre educação inclusiva, educação integrada e educação especial e interrogam-se sobre a existência de uma fórmula ou de um plano para assegurar a educação inclusiva, nomeadamente nos países mais carenciados. A dimensão económica está também presente nas preocupações de Reis e Neves (2011) que alertam para os custos que podem desmobilizar os países mais pobres.

Reis e Neves (2011) salientam a questão da utilidade do conceito de inclusão em que consideram abrangida a «educação de qualidade», «Educação para Todos» e pela “educação baseada nos direitos” e alertam para que a existência de tantas iniciativas e prioridades educacionais, não deve retirar relevância educação inclusiva. Não nos podemos esquecer que o benefício da inclusão não é só para crianças com deficiência, é efetivamente para toda a comunidade, pois o ambiente escolar sofre impactos, no sentido da cidadania, da diversidade e da aprendizagem (Filho, 2008). Neste mesmo sentido, salienta-se ainda que:

O grande mérito desta política (...) é afirmar o direito de todos à educação, invertendo o foco da “deficiência” para a eliminação das barreiras físicas, pedagógicas, de informação e comunicação, entre outras que se interpõem no processo educacional e delimitam fronteiras entre alunos denominados “normais” e “especiais” (Dutra, 2008, p.29)

A mudança é necessária. O processo de mudança da pedagogia tradicional (leitura, cópia, exercícios no caderno e no livro, etc.) para uma pedagogia inclusiva transforma, pouco a pouco, o professor num pesquisador de práticas mais dinâmicas, em que este aprende a conhecer o trabalho colaborativo, a partilha de experiências com os seus pares, como sendo uma maneira de contribuir de forma sistemática sobre novas formas de ensinar, de lidar com velhos problemas e de se desenvolver profissionalmente (Villela, Lopes & Guerreiro, 2013).

A inclusão torna as escolas lugares acolhedores e estimulantes, tanto para os professores e assistentes operacionais, como para os alunos. Estas devem garantir que os alunos não são excluídos por terem uma deficiência ou por terem dificuldades de aprendizagem. As escolas devem colaborar com outras entidades e com as comunidades, de forma a desenvolver oportunidades educativas e promover as condições sociais dentro das suas localidades (Booth & Ainscow, 2002).

Assim, a inclusão em educação implica: (i) a valorização de todos (alunos, professores, assistentes operacionais e os que de alguma forma estão envolvidos na comunidade escolar) por igual; (ii) a redução da exclusão de alunos e o aumento da sua participação; (iii) responder à diversidade dos alunos, reorganizando as políticas, culturas e práticas nas escolas; (iv) a redução das barreiras à aprendizagem e à participação de todos, e não exclusivamente aos alunos que têm deficiência ou que de alguma maneira têm necessidades educativas especiais (NEE); (v) a utilização de estratégias adequadas para que todos, de uma maneira geral, possam beneficiar e utilizar as diferenças entre os alunos como recurso de apoio à aprendizagem em vez de as considerar um problema. (Booth & Ainscow, 2002).

Salientar o papel das escolas no desenvolvimento das comunidades, nos valores e no aumento do sucesso das aprendizagens de todos os alunos, bem como o reconhecimento do direito dos alunos a serem educados na sua localidade e residência, deve ser uma prioridade, incentivando as relações entre a escola e a comunidade, reconhecendo que “a inclusão na educação é um dos aspetos da inclusão na sociedade” (Booth & Ainscow, 2002, p.8). Deste modo,

Ao pensar como, porquê, para quê da educação inclusiva, existe o perigo da inclusão ser encarada como uma tarefa, uma estratégia educativa que pode ser assumida ou abandonada, (...). Mas a inclusão não é um acrescento ou remendo na orla do sistema. Também não se trata de inventar um “modelo” novo que se pode ir buscar à prateleira e qualquer um pode por em prática. A educação inclusiva envolve acima de tudo o repensar do significado e do propósito da educação para todas as crianças e jovens, uma reestruturação da escola regular. Mas também significa ser proativo (Wertheimer, 1997, p.10).

A flexibilidade e a diversidade participam de igual modo na definição de escola inclusiva, uma vez que a educação deve permitir às crianças e aos jovens atingirem o seu máximo potencial em termos das capacidades cognitivas, emocionais e criativas. A educação deve ser vista como um facilitador do desenvolvimento e da funcionalidade de todos, não olhando a barreiras, físicas ou outras, não podendo por isso uma incapacidade (física, social e/ou emocional) ser um impedimento à concretização do ensino para todos: “A inclusão exige que se adopte uma visão alargada da Educação para Todos que abranja o espectro de necessidades de todos os alunos, incluindo os que são vulneráveis à marginalização e à exclusão” (Organização das Nações Unida para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), 2005, p.8). Podemos assim referir que,

A educação inclusiva é aquela que tenta seriamente promover a qualidade na sala de aula. Para se conseguir qualidade na educação são necessárias mudanças a vários níveis. A variedade e as diferenças entre as pessoas existem e são importantes na sociedade e devem reflectir-se nas escolas. As escolas deveriam ter capacidade para oferecer oportunidades para uma variedade de métodos de trabalho e de aprendizagem individualizada de forma a que nenhum aluno fosse obrigado a ficar de fora do convívio e da participação na escola. Uma escola inclusiva para todos deve centrar-se na flexibilidade e na variação, tanto estruturalmente como a nível de conteúdos com o objectivo de dar a cada aluno uma educação relevante e oportunidades óptimas para o seu desenvolvimento (UNESCO, 2005, p.14).

As escolas, com alunos com ou sem NEE, devem ser por isso, um local de aprendizagem coerente, diferenciado e flexível. Os alunos não necessitam de ser ensinados em separado para aprenderem. As adaptações sejam curriculares ou de organização de espaços devem ser feitas individualmente para que todos atinjam o sucesso pretendido. Além disso, “os alunos podem apoiar-se uns aos outros de acordo com as suas capacidades e áreas fortes. Isso significa olhar para as diferenças como oportunidades de aprendizagem. (...) A equidade é o caminho para a excelência” (UNESCO, 2005, p.14).

Um olhar inclusivo sobre a qualidade da educação visa a necessidade de assegurar que as oportunidades de aprendizagens contribuam para uma inclusão na sociedade, deseja-se por isso a participação de todos (UNESCO, 2005). Esta qualidade nas aprendizagens pode ser melhorada pela flexibilidade curricular,

através de mudanças de metodologias e na avaliação, uma vez que os alunos necessitam de seguir caminhos diferentes para atingirem todos o sucesso educativo.

Conceito de Avaliação

Avaliar ... o quê? Identificar o que os alunos sabem, o que podem fazer e o que necessitam de aprender; Quem avalia? Os professores do conselho de turma (incluindo professores de educação especial), professores titulares, alunos, pais/encarregados de educação e outros profissionais (técnicos especializados); Onde avalia? Na sala de aula ou noutra contexto equivalente, dependendo da atividade proposta (recreio, biblioteca, cantina, visita de estudo, etc.); Como avalia? Utilizando várias fontes de informação ou diversos instrumentos, sendo que devem ser cultural e linguisticamente apropriados para cada faixa etária [observação direta, fichas de avaliação, trabalhos práticos (esboços, representações gráficas e geométricas, elementos em 3 dimensões - brinquedos, objetos, etc.)]; Para quê? Para que os alunos aprendam mais e melhor. (Colôa Dias, 2014)

Muito se fala em avaliação, mas afinal o que é avaliação? Rosado e Silva (1999) referem Tyler como o pai da avaliação educacional e mencionam que o autor encara a avaliação como a comparação entre os resultados dos alunos ou o seu desempenho e os objetivos pré-definidos. Referem Bloom, Hastings e Madaus (1971), aludindo que estes autores referenciaram três tipos de avaliação: “uma preparação inicial para a aprendizagem, uma verificação da existência de dificuldades por parte do aluno durante a aprendizagem e o controlo sobre se os alunos atingiram os objectivos fixados previamente” (Rosado & Silva, 1999, p.1). Estes tipos de avaliação representam, respetivamente, a avaliação diagnóstica, a formativa e a certificativa (atualmente referenciada como avaliação sumativa). Descrevem ainda, a avaliação, como o processo de verificação de objetivos em que a produção escolar dos alunos é comparada a um modelo, contribuindo para uma eficácia do ensino, pois compreende a observação e a interpretação dos seus efeitos, permitindo ainda orientar as decisões necessárias ao bom funcionamento da escola.

Rosado e Silva (1999) referem igualmente como muito relevante a descrição do processo de avaliação por Stufflebeam (1985), identificando em primeiro lugar as necessidades educacionais e depois a elaboração dos programas de avaliação centrados no processo educativo. Dão ainda, ênfase ao *modelo C.I.P.P.*, que “procura definir a avaliação como um processo racional onde existe um contexto (C), uma entrada ou *input* (I), um processo (P) e um produto (P). A informação recolhida com a avaliação permite aos agentes educativos reunirem dados para decidirem subsequentemente” (Rosado & Silva, 1999, p.2).

Assim, o termo avaliação refere-se essencialmente à avaliação das aprendizagens, com o objetivo de melhorar as aprendizagens dos alunos e as suas competências. Abrantes (2001), acrescenta que "a avaliação envolve interpretação, reflexão, informação e decisão sobre os processos de ensino e aprendizagem, tendo como principal função ajudar a promover ou melhorar a formação dos alunos" (p.46-47).

Deste modo, de acordo com Peralta (2002), “avaliação é a recolha sistemática de informação sobre a qual se possa formular um juízo de valor que facilite a tomada de decisões” (p.24). Para a sua concretização será necessário saber qual a razão da recolha de informação, sobre quem e sobre o quê se vai avaliar, que técnicas se vai utilizar, quais os instrumentos e fontes adequadas e que critérios se deve privilegiar. Pacheco (2002) define notação como sendo “processo de recolha formal e informal de informação e tratamento valorativo, de modo a obter-se uma decisão” (p.56) e acrescenta que a subjetividade é um fator a minimizar sempre que possível no processo de avaliação.

Será então necessário estabelecer critérios, ou seja, formas justas de julgar para avaliar com rigor e objetividade. O critério em avaliação é, segundo Pacheco (2002), um princípio utilizado para julgar, apreciar e comparar. Assim das muitas definições sobre a avaliação, Pacheco (2002) afirma que “avaliar é decidir na base de um juízo de valor, formulado sobre um processo de recolha de dados, em função de critérios bem definidos” (p.56).

Estes critérios se forem definidos pelos agrupamentos de escolas de acordo com as modalidades e procedimentos estabelecidos pela Administração Central, os

alunos e os encarregados de educação/pais conhecem as regras e são chamados a intervir, sendo um processo em que todos participam. A recolha de dados é assim, segundo Pacheco (2002), elaborada “a partir de diversas fontes, através de instrumentação diversa e tem o contributo de professores, alunos e encarregados de educação” (p.56). Acrescenta ainda que

“avaliar é comunicar, [e] contempla, (...), a intenção (clarificação de objetivos e competências), a instrumentação (negociação dos instrumentos e critérios de avaliação), o julgamento (negociação dos juízos de valor formulados a partir de critérios específicos) e a decisão (transmissão dos resultados de avaliação)” (p.54).

De salientar que a avaliação engloba a dimensão cognitiva, que integra conhecimentos, capacidades e a dimensão atitudinal, integrando o comportamento, atitudes e responsabilidade, variando o peso atribuído por ano de escolaridade, ciclo e por disciplina. Pacheco (2002) menciona os critérios de objetividade para a classificação que se atribui aos alunos como sendo clareza (clarificação dos termos utilizados); acessibilidade (facilmente entendida por todos os intervenientes); homogeneidade (uniformização para que os professores interpretem e valorizem de igual modo os dados recolhidos); facilidade (simplicidade de cumprimento); e convergência de indícios (aceitação da ideia que apesar dos critérios de objetividade o processo de avaliação pode ser uma operação subjetiva) (p.56-57). O carácter subjetivo da avaliação tende a diminuir com a diversidade dos instrumentos de avaliação, o estudo das qualidades avaliativas, a aferição das avaliações, a redução das divergências classificativas e os critérios de progressão dos alunos definidos por uma equipa de trabalho. Este trabalho colaborativo é uma mais valia para a qualidade do ensino e para o sucesso dos alunos.

Colôa Dias (2014) refere a avaliação como sendo um instrumento indispensável à monitorização do progresso dos alunos e à qualidade educativa dos estabelecimentos de ensino. Menciona ainda que “(...) o processo de avaliação pedagógica (...) [pode ser] encarado como processo de avaliação para as aprendizagens, mais do que como [o] processo de avaliação de aprendizagens” (p. iii). Logo, importa acrescentar que a avaliação para a aprendizagem, é uma avaliação continua tendo como finalidade, apoiar a aprendizagem e como objetivos o ensino e a aprendizagem, promovendo as etapas sucessivas, sempre

com o enfoque na melhoria e no desenvolvendo de competências de reflexão nos alunos. Participam neste tipo de avaliação os alunos, professores, pais. Como instrumentos de avaliação podem-se destacar as discussões, a autoavaliação, a avaliação entre pares, os comentários, o diálogo, as perguntas, o feedback, o portfólio, a observação e o plano educativo individual.

Em relação à avaliação das aprendizagens, apesar de também ser contínua, tem como finalidade, medir os resultados da aprendizagem e está ligada a competências pré-determinadas/standards. A recolha de informação sobre os resultados alcançados e a comparação com os objetivos preestabelecidos são os principais objetivos tendo sempre o enfoque nos resultados. Participam os professores e existem momentos fixos e pré-determinados para a execução de testes, exercícios, perguntas ou observações.

No artigo 23.º do Decreto-Lei nº 139/2012 de 5 de julho, a avaliação das aprendizagens constitui um processo regulador do ensino, orientador do percurso escolar e certificador dos conhecimentos adquiridos e capacidades desenvolvidas pelo aluno. Este Decreto-Lei menciona ainda que a avaliação tem por objetivo a melhoria do ensino através da verificação dos conhecimentos adquiridos, das capacidades desenvolvidas nos alunos e da aferição do grau de cumprimento das metas curriculares, globalmente fixadas para os níveis de ensino básico e secundário. A avaliação deve ser alvo de uma reflexão utilizada por professores e alunos para, em conjunto, melhorar o ensino e suprir as dificuldades de aprendizagem. Na avaliação dos alunos intervêm todos os professores envolvidos, assumindo particular responsabilidade os que integram o conselho de turma (incluindo os professores de educação especial), sem prejuízo da intervenção de alunos e encarregados de educação.

O artigo 24.º do referido Decreto-Lei refere as modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e sumativa. Salienta-se ainda que a avaliação tem por objetivo conhecer o estado do ensino, retificar procedimentos e reajustar o ensino das diversas disciplinas aos objetivos curriculares fixados. “A ação de avaliar é inseparável dos contextos de aprendizagens” (Serpa, 2010, p.70), Se o regulamento interno de cada agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas

estiver de acordo com a legislação, as modalidades de avaliação coincidem com os tipos de avaliação elencados na legislação.

Modalidades de Avaliação

“A avaliação diagnóstica tem como função informar sobre os conhecimentos prévios dos alunos, no que se refere a determinado conjunto de saberes, não necessariamente conteúdos acadêmicos” (Colôa Dias, 2014, p.388). Esta é geralmente efetuada no início do ano letivo pela maioria dos professores titulares, mas podem existir outros professores, como por exemplo, os professores de educação especial que optem por, no início de um período letivo, ou de uma unidade de ensino ou ainda de uma intervenção específica fazer a referida avaliação. Segundo o autor,

a avaliação diagnóstica permite-nos saber em que patamar é que o aluno está e a partir dali projetar uma intervenção. (...). É um momento de avaliação que pretende (re)conhecer as características de determinado aluno, um tempo de recolha de informação para apoiar ações de planificação, intervenção e (...) apoiar decisões relativas à elaboração do programa curricular de turma (Colôa Dias, 2014, p.390).

Avaliação diagnóstica, segundo Cortesão (2002), é “importante porque pode fornecer ao professor elementos que lhe permitirão adequar o tipo de trabalhos que vai desenvolver às características e conhecimentos dos alunos com que irá trabalhar” (p.35), mas tem riscos ou seja os dados recolhidos podem ser transformados em rótulos que acompanharão o aluno ao longo do tempo, esquecendo que a avaliação diagnóstica fornece um conjunto de indicações que caracterizam o nível a partir do qual o aluno e o professor, trabalharão em conjunto para um progresso na aprendizagem. Dá ainda o exemplo do professor de Beethoven que fez sobre ele a seguinte apreciação "Nunca aprendeu nada, nunca aprenderá nada, como compositor é um caso perdido" (p.40). Imagine-se o que se perderia se Beethoven e a família tivessem levado em consideração esta afirmação.

A avaliação formativa assume um carácter contínuo e sistemático e recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade da aprendizagem e às circunstâncias em que ocorre, permitindo ao professor titular,

ao aluno, ao encarregado de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas, obter informação sobre o desenvolvimento da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias. Rosado e Silva (1999) fazem a distinção

entre a avaliação contínua por oposição a avaliação pontual. A avaliação contínua (...) é o processo de ensino-aprendizagem de forma regular. Esta regularidade não deve ser confundida como avaliação permanente, aproximando-se este conceito da ideia de que estamos sempre a avaliar. Na realidade, a avaliação está sempre presente na medida em que não podemos deixar de nos questionarmos, permanentemente, acerca do valor daquilo que fazemos. (...) A avaliação pontual corresponde a uma avaliação isolada, podendo coincidir ou não com a avaliação final. Avaliações pontuais frequentes, regularmente organizadas, podem traduzir uma verdadeira avaliação contínua (p.3).

Esta modalidade de avaliação acompanha os alunos na sua escolaridade e é fundamental para a qualidade das aprendizagens. O feedback também é considerado por muitos autores um contributo para o melhoramento da motivação e autoestima dos alunos.

Cortesão (2002), refere que na avaliação formativa “a preocupação central reside em colher dados para reorientação do processo de ensino-aprendizagem (na sala de aula ou no processo de desenvolvimento de um currículo)” (p.38). A autora acrescenta que se colhem os dados que ajudam os alunos e professores a reorientar o seu trabalho no sentido de apontar e alterar as falhas, aprendizagens que ainda não foram conseguidas, bem como os aspetos a serem melhorados. Por último, afirma “a avaliação formativa não deve assim exprimir-se através de uma nota, mas sim por meio de apreciações, de comentários” (p.39).

Em educação especial, na avaliação formativa, o professor pretende identificar características específicas, bem como estilos de aprendizagem dos alunos com NEE. De acordo com Colôa Dias (2014), é a partir desta identificação que efetua, de acordo com as orientações, a planificação individualizada da atividade pedagógica de forma adequada às características de cada aluno, aplica estratégias de diferenciação pedagógica e de avaliação das aprendizagens, elabora os critérios de avaliação adequados a cada situação e contexto:

Neste sentido, a avaliação formativa, visa conhecer melhor o aluno, perceber não só como aprende, mas também o que este está a aprender, numa lógica de comparação com aquilo que antes sabia: É assim, a avaliação dos alunos com NEE serve para dar ao professor de educação especial, aos outros técnicos e ao professor titular de turma informação sobre o aluno (Colôa Dias, 2014, p.392).

A avaliação sumativa indica um sumário de uma apreciação concentrada, de resultados obtidos numa situação educativa (Cortesão, 2002). Realiza-se normalmente no fim de cada período letivo, ou seja, no final de um processo de ensino e de aprendizagem efetuado trimestralmente, exprimindo-se por uma classificação. Esta pode ser qualitativa, expressa entre muito bom, bom, suficiente, insuficiente e fraco, aos alunos do 1.º ao 3.º ano do ensino básico, ou quantitativa, numa escala que pode ir de 1 a 5 níveis, no 4.º ano do 1.º ciclo e 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e de 0 a 20 valores, no ensino secundário. Aos alunos com NEE e CEI acrescenta-se ainda uma apreciação descritiva do seu desempenho nesse período letivo.

É importante não esquecer que a classificação é um meio simplificado relativo à avaliação das aprendizagens, à forma de informar o aluno e/ou encarregados de educação/pais do seu valor relativo e do seu grau de sucesso. Ao classificar-se, atribui-se um mérito relativo ao aluno, permitindo ordená-los segundo níveis de competências sociais (Rosado & Silva, 1999), sendo por isso um meio de comunicação de resultados facilmente interpretado por todos e de fácil comparação. No entanto, esclarece-se que a classificação não traduz a realidade, pois o seu valor numérico ou outro clarifica pouco e é entendido como um valor absoluto e não como uma informação transitória. A classificação pode ter ainda uma carga competitiva, levando à luta por um valor superior, com práticas pouco autênticas ou mesmo negativas (por exemplo, copiar, iludir o professor, falta de cooperação entre alunos).

Dependendo do regulamento interno de cada agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, a avaliação sumativa no final de cada período pode corresponder à avaliação do aproveitamento do aluno desde o início do ano letivo até ao momento da classificação, ou pode referir-se simplesmente à classificação referente ao final do primeiro, ao final do segundo ou ao final do terceiro períodos.

Atualmente, as sucessivas classificações são o resultado de uma média ponderada, ou seja, a classificação do 1.º período, é nota do 1.º período; a classificação do 2.º período, a média das notas do 1.º e 2.º períodos, e a classificação do 3.º período, a média das notas do 1.º, 2.º e 3.º períodos

Segundo Colôa Dias (2014), este tipo de avaliação tem a função de recolher evidências sobre o que o aluno aprendeu ou não, tendo-se como referência o que foi ensinado. É uma ação que se restringe a determinar o nível de domínio que o aluno denota, relativamente a alguns objetivos estabelecidos previamente e aos conteúdos ministrados. É um balanço sumativo no final de um período de ensino ou no final do ano letivo. A avaliação sumativa é da responsabilidade do conselho de turma, enquanto a formativa e a diagnóstica são da responsabilidade do professor titular/professor de educação especial.

A avaliação especializada é realizada por uma equipa multidisciplinar constituída por professores (incluindo os professores de educação especial), alunos, técnicos especializados (por exemplo psicólogos, terapeutas da fala, fisioterapeutas, médicos) que avaliam os alunos com NEE após ter sido executado um despiste das necessidades especiais inframencionada. Os alunos com NEE e CEI de acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de janeiro, não estão sujeitos ao regime de transição de ano escolar nem ao processo de avaliação característico do regime comum, ficando sujeitos aos critérios de avaliação definidos no respetivo programa educativo individual.

A avaliação deve abranger todas as áreas e cumprir-se democraticamente. Pode esclarecer-se que a democracia implica vivências e aprendizagens lentas, em que a criança deverá avaliar o seu conhecimento, confrontar ideias e opiniões, estabelecendo um equilíbrio entre os seus pontos de vista e o dos outros. Deverá ser, também capaz de reconhecer as suas próprias capacidades e limitações. Assim, a autoavaliação é também uma tarefa fundamental no processo de avaliação. Tarefa essa que acompanha a execução/reflexão da atividade e a procura do sucesso. É ainda um processo moroso, mas que vale a pena ser conseguido, pois considera-se um dos meios mais eficazes de avaliação (Tavares, 1995).

A autoavaliação tem um papel importante, pois um aluno que sabe autoavaliar-se de forma coerente possui um dos instrumentos base para a aprendizagem:

A participação dos alunos [no processo de avaliação] pode facilitar as tarefas avaliativas pelo preenchimento de fichas de auto-avaliação e pela participação na construção dos próprios instrumentos e sistemas de avaliação e introduz os alunos nos mecanismos da construção do conhecimento, favorecendo a responsabilização do aluno sobre as suas próprias actividades e o desenvolvimento do auto-controlo (Rosado & Silva, 1999, p.10)

Para os professores de educação especial avaliar pode ter outro significado, a referenciação de alunos com possíveis NEE, o Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de janeiro, no capítulo II, faz menção aos procedimentos de referenciação e avaliação. O Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de janeiro, no artigo 5.º, Processo de referenciação, menciona a possibilidade de ser iniciado pelos pais, serviços de intervenção precoce, professores titulares ou outros técnicos ou serviços que interagem com a crianças em questão. A referenciação é efetuada aos órgãos de administração e gestão [das escolas não agrupadas ou agrupamentos de escolas] da área de residência mediante o preenchimento de um documento onde se explicita as razões que levaram a referenciar a situação e se anexa toda a documentação que se considera relevante para o processo de avaliação. No artigo 6.º, Processo de avaliação, refere a obrigação da direção da escola não agrupada/agrupamento de escolas desencadear todos os procedimentos:

solicitar ao departamento de educação especial e ao serviço de psicologia um relatório técnico-pedagógico conjunto, [onde esteja expresso] as razões que determinam as necessidades educativas especiais do aluno, a sua tipologia, as condições de saúde, doença ou incapacidade (...); solicitar ao departamento de educação especial a determinação dos apoios especializados, das adequações do processo de ensino e de aprendizagem de que o aluno deverá beneficiar e as tecnológicas de apoio; assegurar a participação ativa dos pais e encarregados de educação; e homologar o relatório técnico-pedagógico. [Nos casos em que não se justifique a intervenção dos serviços de educação especial], a direção solicitará ao departamento de educação especial e aos serviços de psicologia o encaminhamento desses alunos para os apoios disponíveis na escola /agrupamento que melhor se adequem à situação específica.

Segundo Pereira (2008), para efetuar um relatório técnico-pedagógico é necessário constituir uma equipa de trabalho para avaliar de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF),

formada por psicólogo, professor da educação especial, professores, normalmente das disciplinas de português e de matemática, diretor de turma, técnicos especializados (por exemplo: saúde, sociais, etc.), outros que interagem diretamente com o aluno em questão, aluno (dependendo da faixa etária) e pais ou encarregados de educação. Após identificados os aspetos em que se vai incidir a avaliação é necessário definir quem vai avaliar as diferentes categorias e que instrumentos irão ser utilizados. “Depois da análise conjunta dos dados recolhidos com a ajuda de uma *checklist*, é então elaborado o relatório técnico-pedagógico” (Pereira, 2008, p. 23). Este relatório servirá de base para a elaboração do Programa Educativo Individual. Este processo de avaliação deverá ser concluído no prazo de 60 dias após a referenciação do aluno.

Assim, será possível garantir que todos os alunos, através da diferenciação de estratégias e recursos, bem como na flexibilidade de programas e currículos tenham direito à escolaridade obrigatória. Este tipo de avaliação pode, segundo Rosado e Silva (1999), ser considerada como uma forma de avaliação diagnóstica, no entanto será necessário considerar também como formativa e sumativa para alunos com NEE.

Os tipos de avaliação anteriores podem ser considerados como avaliações internas, visto serem realizadas nas escolas por professores ou técnicos especializados da mesma (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas da fala, mediadora escolar). Quando a avaliação é efetuada por agentes externos à escola fala-se de avaliação externa. A avaliação aferida é um tipo de avaliação externa e destina-se ao controlo da qualidade do sistema educativo e à avaliação das aprendizagens escolares, visando principalmente “medir o grau de cumprimento dos objectivos curriculares mínimos para cada ciclo do ensino básico.” (...) “avaliar o sistema de ensino.” (...) constituindo “um dos instrumentos de avaliação do próprio sistema” (Fernandes, 2004, p.38).

A avaliação aferida é constituída por uma prova escrita ou escrita/prática, igual para todos os alunos, realizada nas mesmas condições e corrigidas com os mesmos critérios e procedimentos. Esta avaliação não tem efeitos nem influência na classificação dos alunos. No entanto, os alunos com NEE e CEI não realizam este tipo de avaliação.

Como já foi referido a avaliação não é uma tarefa exclusiva do professor, podendo ser uma atividade partilhada com os alunos, pais (o que acontece na educação pré-escolar, 1.º ciclo e educação especial no decorrer de toda a escolaridade obrigatória, no caso dos alunos com CEI), com outros professores ou outros técnicos especializados. Assim, segundo Rosado e Silva (1999), a avaliação “deve ser entendida como uma negociação entre participantes com responsabilidades particulares definidas, resultando de um diálogo entre os intervenientes” (p.10).

Avaliar alunos com NEE

O objetivo da avaliação é facilitar a intervenção mais adequada para potenciar as aprendizagens, resultando numa melhoria dos resultados de todos os alunos, incluindo os que apresentam NEE, através de uma eficaz utilização da informação recolhida dos diferentes instrumentos de avaliação. Segundo Gomes et al. (2010) as diretrizes curriculares nacionais, representam um importante passo nessa direção. Essas diretrizes têm como eixo central propostas de mudanças e incentivo a novas formas de organização curricular, de articulação entre ensino e serviços, indicando a necessidade de repensar o processo educativo e as práticas vivenciadas pelos profissionais.

No entanto, para os alunos com NEE, quer seja com Programa Educativo Individual (PEI) ou com Currículo Específico Individual (CEI), a avaliação inicia-se, como já foi referido anteriormente, com o processo de avaliação de diagnóstico por parte de cada professor titular das diferentes disciplinas incluídas no currículo, no caso do aluno com CEI, e por todos os professores do conselho de turma, no caso dos alunos com PEI, servindo de base para as avaliações posteriores. Na avaliação diagnóstica são identificadas as dificuldades dos alunos, bem como as suas capacidades, sendo elaboradas as Adequações Curriculares Individuais e Adequações no Processo de Avaliação para cada disciplina (se necessário), no caso de alunos com PEI. No caso de alunos com CEI, após a recolha das informações resultantes da avaliação diagnóstica, será necessário efetuar um currículo específico para cada aluno com NEE, onde constem conteúdos a abordar, estratégias a utilizar, competências a adquirir, local da realização das atividades propostas (funcionais ou não), recursos a utilizar e que instrumentos de avaliação.

Assim, deverão ser feitas as questões: o que faz aquele aluno? Como o faz? Quando o faz? As respostas só darão sentido ao projeto elaborado para o aluno concreto num contexto real que é o seu. Para este diagnóstico, será necessário que o professor titular em articulação com o professor de educação especial: utilize perspectivas múltiplas; use diversas técnicas e instrumentos diversificados; avalie em diversos momentos e contextos; avalie o ambiente de aprendizagem; avalie aprendizagens significativas; utilize dispositivos de autoavaliação; promova reflexões desenvolvendo o sentido crítico e tome decisões participadas por todos os intervenientes.

O professor titular, deverá também implementar um trabalho de apoio individualizado; proporcionar atividades significativas, do interesse e da confiança do aluno com NEE, de forma a este possa executá-la com êxito e possam ser valorizado pelos outros; manter uma boa proximidade com o aluno (sentar-se ou andar perto do aluno); elogiar comportamentos assertivos; valorizar pequenos sucessos; valorizar/incentivar a participação oral, os hábitos de trabalho e organização dos materiais/equipamentos; favorecer o desenvolvimento da autoestima, demonstrando expectativas positivas.

O Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de janeiro, menciona a obrigatoriedade de adequações no processo de avaliação, sempre que se justifique e esteja incluído no PEI do aluno com NEE como medida educativa. Esta medida pressupõe um planeamento de estratégias e atividades que visam um apoio personalizado dos referidos alunos. Obriga a escola não agrupada/agrupamento de escolas a incluir no projeto educativo as metas e as estratégias com vista a apoiar os alunos com NEE e a identificar respostas específicas diferenciadas a disponibilizar para alunos surdos, cegos, com baixa visão, com perturbação do espectro do autismo e com multideficiência.

Segundo Correia (2013), no currículo dos alunos com NEE não deve ser traçado um caminho estanque sem possíveis alterações. Este deve ser diferenciado, flexível, coerente e aberto, sendo assim, passível de ser alterado sempre que após uma reflexão/avaliação se verifique uma alteração. A observação constante, as atitudes e a compreensão dos professores titulares e de educação especial são os

veículos para a construção de uma reflexão adequada no sentido de obter qualidade na educação.

Professores e a Avaliação

Segundo Cró (2001), os professores titulares podem ser inibidores ou ativadores do desenvolvimento dos seus discípulos. Tomam, de qualquer modo um papel muito ativo no processo de construção do conhecimento da criança. O envolvimento do professor titular relaciona-se principalmente com a afetividade e com o lado mais humano de cada educador. O processo de incutir coragem, confiança e autoestima provoca nas crianças ações mais estimulantes e eficazes sobre a aprendizagem e o desenvolvimento.

De salientar, a necessidade de mudar as práticas educativas das escolas e de torná-las mais ativas, equipando-as de instrumentos e equipamentos facilitadores da utilização de técnicas adequadas. Importa referir que o conhecimento de cada criança é fundamental para planificar estratégias e diversificar atividades que respondam às reais necessidades de cada aluno, não só aos alunos com NEE, e do grupo turma em que estão integrados. A observação constante, a reflexão e a intervenção certa, em tempo útil, proporcionam à criança um convite para a exploração dos espaços, a manipulação de objetos, a resolução de problemas, à verbalização do seu raciocínio e das suas experiências e às representações gráficas das suas vivências (Cró, 2001). Logo, a ação, a intervenção e a reflexão caminham de mãos dadas, uma vez que uma reflexão/avaliação/autoavaliação bem-sucedida, implica uma intervenção adequada refletida numa ação consciente, visando uma intervenção personalizada.

Atualmente, é necessário estudar, observar, motivar e refletir para promover o desenvolvimento e consequente conhecimento. Será necessário adquirir novas competências para ensinar que deverão incluir, segundo Perrenoud (2000), vários aspetos de que destacamos a capacidade de organizar e dirigir situações de aprendizagem, considerando também o conhecimento científico dos conteúdos e a sua transformação em objetos de aprendizagem. Importa também estar sensibilizado para a premência de construir e planear dispositivos e sequências didáticas e de administrar a progressão das aprendizagens, observando e avaliando os alunos, em situações de aprendizagem, com abordagem formativa. Esta

perspetiva conta com a conceção de dispositivos de diferenciação e de ações de apoio integrado, numa lógica de trabalho cooperativo, a cooperação entre os alunos.

Perrenoud (2000) destaca ainda a necessidade de envolver os alunos na sua aprendizagem e no seu trabalho, bem como na sua avaliação, suscitando o desejo de aprender, favorecendo a definição de projeto pessoal do aluno. O autor alerta também para a dimensão profissional que não se esgota na sala de aula e recorda que os professores devem trabalhar em equipa, analisar em conjunto situações complexas, práticas e problemas profissionais e saber dirigir reuniões de informação e de debate. Por outro lado, segundo o mesmo autor, os docentes são responsáveis por informar e envolver os pais na construção dos saberes e por enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão, nomeadamente lutando contra os preconceitos e as discriminações sexuais, éticas e sociais, e por desenvolver o senso de responsabilidade e solidariedade e o sentido de justiça. O autor lembra que o professor deve administrar a sua própria formação contínua visando um percurso de valorização profissional e pessoal.

O professor de educação especial, por seu turno, tem um papel essencial na dinamização da mudança que a escola inclusiva reclama. Deve motivar o professor titular a querer saber sempre mais e a estar aberto à inovação e à mudança. Ter um conhecimento abrangente da criança, das suas capacidades em cada fase do seu desenvolvimento, dos seus interesses, competências e necessidades, bem como da forma como estrutura o pensamento. Apostar na formação, na cooperação entre pares e na articulação de saberes, com objetivo de transformar a escola num lugar agradável de se aprender, onde se gosta de estar e trabalhar.

Assim, o professor de educação especial será um promotor da compreensão da mudança e progressão; da definição das necessidades dos alunos; da planificação e intervenção; de realçar áreas específicas do desenvolvimento e de fornecer informação sobre o que determinado aluno aprende. De acordo com Pierangelo e Giuliani (citado por Colôa Dias, 2014):

A avaliação compreensiva desenvolvida nas escolas pelos diversos profissionais descreve inúmeros aspetos sobre funcionalidades

educativas dos alunos (Huebner, 2005). Os profissionais da educação especial têm uma posição privilegiada nesse processo e/ou desempenham diversos papéis no ambiente educativo. Muitas vezes, o papel dos profissionais de educação especial implica uma variedade de situações que requer a tomada de decisões práticas e a partilha de sugestões relevantes. Não importa o tipo de profissional da educação especial, é sempre necessário perceber muito bem o processo de avaliação e estar capacitado para comunicar de forma clara informação vital a outros profissionais, pais e alunos. A importância da avaliação nunca deve ser subestimada no âmbito da educação especial. Na educação especial, você deve trabalhar com muitos profissionais de outras disciplinas. Você faz parte de uma equipa (...) (p.31).

O docente de Educação Especial é um elemento chave do Conselho de Turma que deve de facto trabalhar com os seus pares nas diferentes situações e desafios do quotidiano.

Capítulo II – Estudo Empírico

Neste capítulo apresento as preferências metodológicas adotadas para evidenciar o estudo, tendo em conta os objetivos definidos, bem como o motivo que levaram até esta abordagem qualitativa. Descrevi ainda o caminho da investigação, identificando o contexto escolar: agrupamento, escola, turma e alunos com CEI e os professores participantes. Apresento também os instrumentos utilizados para a recolha de dados, as etapas da recolha e por último como analisei os dados recolhidos.

Objetivos da investigação

Os alunos com NEE têm uma característica comum, a dificuldade de mostrar as suas capacidades, quando se utilizam instrumentos de avaliação iguais a todos os alunos. Os alunos com NEE são muitas vezes condenados ao insucesso devido à desadequação desses mesmos instrumentos de avaliação. Assim, os instrumentos de avaliação devem ser adequados aos alunos, em detrimento de uma modificação dos níveis da sua utilização. Se a avaliação desses alunos se revelar dificultada por serem utilizadas fichas de avaliação/trabalhos padrão, então os mesmos devem ser modificados, de modo a que os alunos com NEE beneficiem de uma avaliação justa e eficaz. consigam mostrar as suas capacidades e as suas competências.

Como já foi referido o objetivo da avaliação é facilitar a intervenção mais adequada para potenciar as aprendizagens, resultando numa melhoria dos resultados de todos os alunos, incluindo os que apresentam NEE, através de uma eficaz utilização da informação recolhida com diferentes instrumentos de avaliação. Assim, deverão ser feitas as questões: O que pode fazer este aluno? O que faz aquele aluno? Como o faz? Quando o faz? As respostas só darão sentido ao projeto elaborado para o aluno concreto num contexto real que é o seu.

Nesta perspetiva, este estudo pretende responder à questão: Quais as práticas de avaliação dos alunos com Currículo Específico Individual (CEI)? Visa ainda obter informações sobre o processo de avaliação, tendo como objetivo geral: Identificar o processo de avaliação em Educação Especial dos alunos com CEI, apresentando como objetivos específicos: i) Identificar as práticas de avaliação dos alunos com CEI; ii) Compreender se o CEI é influenciado pelo desempenho dos alunos; iii)

Conhecer as perspetivas dos professores face à avaliação destes alunos, bem como à inclusão dos mesmos na turma e na escola.

Em síntese, o estudo pretende verificar como os professores de cada aluno com CEI o avaliam e como é que essa avaliação se reflete no próprio CEI. Uma vez que a avaliação do professor de educação especial depende, em última análise da avaliação desenvolvida por cada um dos professores do conselho de turma ou dos professores titulares. Assim, a convicção de que a avaliação dos alunos com CEI pode constituir um importante fator promotor da qualidade do serviço educativo e da gestão curricular refletida, fundamenta também este estudo.

Contexto Escolar

Este estudo desenvolveu-se numa escola básica do 2.º e 3.º ciclos, diretamente com professores de várias disciplinas, nomeadamente, Português, Inglês, História e Geografia de Portugal, Ciências Naturais / Matemática, Educação Física, Educação Musical e indiretamente com 2 alunos com CEI do 2.º ciclo integrados numa turma de 5.º ano de escolaridade, num agrupamento do distrito de Faro.

O agrupamento existe desde 2010 e dele fazem parte de um conjunto de sete escolas situadas no distrito de Faro, numa zona costeira, em que a atividade principalmente é sazonal e a maioria dos encarregados de educação apresentam pouca escolaridade. O agrupamento é composto por uma escola secundária, uma escola básica do 2.º e 3.º ciclos, três escolas do 1.º ciclo e dois jardins de infância da educação pré-escolar. O corpo docente é constituído por 10 educadoras de infância, 24 professores do 1.º ciclo; 29 professores do 2.º ciclo; 116 professores do 3.º ciclo e ensino secundário; 6 professores do ensino especial e 12 técnicos especializados para formação vocacional e técnica.

Este ano letivo (2017/18) frequentam este agrupamento 2001 crianças/jovens/adultos distribuídos da seguinte forma: educação pré-escolar: 246 crianças; ensino básico: 1003 crianças e jovens; ensino secundário: 639 jovens, ensino noturno: 52 formandos em educação e formação para adultos (EFA) de 3.º ciclo e 61 alunos no ensino secundário recorrente – regime não presencial. De salientar que muitos destes alunos são oriundos de outros países e de várias religiões. De entre o pessoal não docente trabalham no agrupamento cerca de 134 elementos, incluindo um técnico superior, nos serviços de psicologia e orientação

(SPO), duas técnicas especializadas no gabinete de apoio ao aluno e à família (GAAF) e assistentes técnicas e operacionais.

É um agrupamento de intervenção prioritária, ou seja, usufruí de um programa de Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP) por se “localizar numa zona económica e socialmente desfavorecida, onde a pobreza e exclusão social existe. Sendo objetivos deste programa a prevenção e redução do abandono escolar e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos” (DGE, MEC). Neste ano letivo, o agrupamento participa no projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, onde se visa a promoção de melhores aprendizagens “permitindo a gestão do currículo de forma flexível e contextualizada, reconhecendo que o exercício efetivo de autonomia em educação só é plenamente garantido se o objeto dessa autonomia for o currículo” (DGE, MEC).

A escola alvo é uma escola básica do 2.º e 3.º ciclos e funciona em dois turnos, sendo que o período da manhã decorre entre as 8h25 e 13h20 e o período da tarde, entre as 13h30 e as 18h15. A carga horária semanal é organizada em períodos de 50 minutos e as atividades de complemento curricular e extracurricular realizam-se no período da tarde e sem prejuízo de aulas. A escola é constituída por 29 salas, incluindo salas de aula e salas específicas, um pavilhão/ginásio, uma biblioteca, uma sala polivalente, cantina, reprografia/papelaria, bufete e serviços administrativos. O recreio ao ar livre é composto por um campo de jogos grande, um pequeno, um espaço com tabelas de basquetebol, bem como um espaço com mesas e bancos de lazer, um lago, um espaço relvado e algumas árvores e arbustos.

Turma e Alunos com CEI

A turma selecionada para a investigação é do 5.º ano de escolaridade e integra dois alunos com CEI, o João e o Pedro (nomes fictícios) que acompanha o grosso da turma desde o 1.º ciclo. A turma é constituída por 20 alunos, 11 rapazes e 9 raparigas, com idades compreendidas entre os 9 e os 12 anos. Na sua maioria, os alunos da turma demonstram ser bastante interessados pelas atividades propostas pelos professores, participativos e com vontade de aprender. No entanto, existem alguns alunos que apresentam dificuldades no cumprimento das regras estabelecidas, conseguindo com este tipo de comportamento alterar o bom funcionamento da aula. De uma forma geral, os alunos da turma, apesar de

conversadores, apresentam desempenhos escolares satisfatórios ou mesmo em alguns casos acima da média da escola.

Relativamente ao João, este nasceu no Brasil e tem 12 anos, está em Portugal desde 2005, vive com os pais, uma irmã mais nova, a avó e o marido da avó a quem chama “tio”. Efetuou a sua escolaridade em Portugal e foi referenciado no seu 3.º ano para a educação especial por revelar dificuldades continuadas ao nível da aprendizagem. Na altura apresentava um comportamento tranquilo, vivia no mundo dele, quando era solicitado reagia com apatia como se não estivesse a entender o que se lhe dizia. No entanto, quando contrariado, reagia de forma agressiva e não sabia controlar as emoções.

Ao nível das aprendizagens encontrava-se muito distanciado das competências exigidas para o ano que estava matriculado, no entanto tinha a motricidade fina muito desenvolvida, apresentava gosto pelo desenho, mas os conteúdos dos mesmos eram todos idênticos e baseados em personagens dos videojogos. O João não sabia dizer a sua idade, nem proferia palavras simples, apontava para os objetos quando queria referir-se aos mesmos. Na área de português, não reconhecia as vogais e as letras trabalhadas em sala de aula, apenas se limitava a copiar não sabendo o que estava a fazer. Apresentava ainda, vocabulário reduzido para a idade. Em matemática contava até 5, mas não identificava os números nem realizava contagens.

Em síntese, não conseguia acompanhar as atividades dos colegas, realizando tarefas bastantes diferenciadas. Após a análise da informação recolhida pela referência, o departamento de educação especial, o serviço de orientação psicológica, com a colaboração da encarregada de educação e da professora titular, foi efetuada a avaliação especializada por referência à CIF, tendo sido diagnosticado que o João necessitava de apoios educativos no âmbito da educação especial, por apresentar deficiência ao nível das funções mentais grave. No início deste ano letivo, o João ainda não conseguia ler, apresentava uma certa autonomia, mas só depois de saber o que tinha de fazer, contava até 20 com ajuda e realizava operações de adição muito simples, continua a desenhar bem para a sua faixa etária, mas com a mesma motivação dos videojogos.

O Pedro tem 11 anos e vive com o pai e a madrasta, tendo um irmão mais velho que vive com a mãe. Frequentou o ensino pré-escolar desde os 2 anos de idade e

foi referenciado em 2013, já no 1.º ciclo, para a educação especial por revelar dificuldades continuadas ao nível da aprendizagem. Na altura frequentava o 2.º ano e apresentava um comportamento irrequieto, conversador e muito desconcentrado, perturbando constantemente o funcionamento das atividades da aula através de intervenções descontextualizadas (cantava, saía constantemente do lugar, fazia barulhos com a boca e com o material, brincava, etc.). Em português reconhecia as vogais, com alguma ajuda e demonstrava grandes dificuldades ao nível do grafismo das letras (não conseguia escrever o seu nome). Em matemática contava até 10, mas nem sempre conhecia os números, não realizava operações.

O Pedro desde cedo que usufruí de consultas de desenvolvimento no hospital e na escola de apoio pedagógico uma vez por semana. Mesmo assim, não conseguia acompanhar as atividades realizadas pelos colegas, nem realizava as simplificadas. Ao nível da participação em grande grupo, necessita de colaboração e supervisão do adulto na concretização das tarefas. Fazia sons repetitivos com o intuito de chamar à atenção do adulto e necessitava de estimulação ao nível da motricidade fina global. A sua expressão gráfica era desajustada para a sua faixa etária, no que se refere à figura humana (não representava a cabeça, tronco e membros) já que se centrava na fase do girino.

Em síntese, o Pedro não conseguia acompanhar as atividades dos colegas, realizando tarefas muito diferentes. E em semelhança ao já mencionado, após a análise da informação recolhida pela referenciação, o departamento de educação especial, o serviço de orientação psicológica, com a colaboração do pai, da madrastra do Pedro e da professora titular foi efetuada a avaliação especializada por referência à CIF, tendo sido diagnosticado que o Pedro necessita de apoios educativos, no âmbito da educação especial, por apresentar deficiência ao nível das funções mentais moderada. No início do 5.º ano, o Pedro já conseguia ler, mas não compreendia o que lia, era pouco autónomo e necessitava sempre do adulto para o motivar, contava até 20 e fazia operações simples de adição e subtrações, ainda não conseguia contar de 10 em 10 e desenhava ao nível do pré-escolar, não conseguindo representar a família.

O nível de funcionalidade determinou as modificações do currículo destes alunos e neste momento, os dois alunos usufruem da modalidade de apoio de currículo específico individual (CEI), resultando num horário semanal igual, com mesmo

número de horas semanais e a mesma mancha horária da turma onde estão inseridos, perfazendo um total de 31 tempos semanais (um tempo letivo corresponde, neste agrupamento, a 50 minutos efetivos de aula). Acompanham a turma em 23 tempos letivos, sendo 9 tempos nas disciplinas de carácter mais prático, ou seja, 3 tempos em Educação Visual e Tecnológica, 2 tempos em Educação Musical, 3 tempos em Educação Física, 1 tempo em Cidadania e Desenvolvimento, e 14 tempos pelas disciplinas teóricas, ou seja, 4 tempos em Português, 2 tempos em Inglês, 2 tempos em História e Geografia de Portugal, 3 tempos em Matemática e 3 tempos em Ciências Naturais. Os restantes tempos são distribuídos com 6 tempos semanais, repartidos entre 2ª feira e 4ª feira em atividades com a professora de Educação Especial e 2 tempos semanais de uma disciplina extracurricular/atividade desportiva, o Boccia.

De acordo, com CEI destes alunos as estratégias e metodologias de ensino adotadas passam por implementar um trabalho de apoio individualizado, proporcionar atividades significativas, do interesse e da confiança deles, de forma a poderem executá-las com êxito e poderem ser valorizadas pelos outros, pressupondo assim que estes alunos desenvolvam atividades e aprendizagens mais funcionais.

Participantes

O estudo tem por base o trabalho dos professores do 2.º ciclo do ensino básico que de alguma forma trabalham com estes alunos. Assim, foram entrevistados todos os docentes do conselho de turma: a professora Alice, Português e Cidadania e Desenvolvimento; a professora Isabel, Inglês; a professora Carolina, História e Geografia de Portugal; a professora Ana, Matemática e Ciências Naturais; o professor Luís, Educação Física; o professor Nuno, Educação Musical; sendo que a Educação Visual e Tecnológica a docente é a autora e investigadora deste estudo. Os nomes utilizados são nomes fictícios e sugeridos pelos próprios.

A docente Alice exerce funções de professora do 2.º ciclo há 16 anos, pertence ao grupo de Português e leciona neste agrupamento há dois anos. Tem alguma experiência em ensinar alunos com CEI, tendo formação em dislexia - formas de trabalhar com alunos disléxicos. Neste ano letivo (2017/18), a professora Alice também exerce funções de Diretora de Turma da turma alvo da investigação.

A docente Ana exerce funções de professora há 22 anos, pertence ao departamento de Matemática por lecionar Matemática e ao departamento das Ciências Experimentais e Informáticas por lecionar Ciências Naturais. Considera-se com pouca experiência em ensinar alunos com CEI. As formações que realizou foram na sua área disciplinar e em temas gerais como por exemplo a Indisciplina. Leciona neste agrupamento desde a abertura da escola básica do 2.º e 3.º ciclos sempre no 2.º ciclo.

A docente Carolina exerce funções de professora há 25 anos, pertence ao grupo das Ciências Sociais e Humanas deste agrupamento. Leciona na escola básica do 2.º e 3.º ciclos a disciplina de História e Geografia de Portugal e considera ter muita experiência em ensinar alunos com CEI apesar de nunca ter feito formação na área de Educação Especial. Este ano letivo também exerce funções de Diretora de Turma e Coordenadora do Secretariado de Exames.

A docente Isabel exerce funções de professora há 26 anos, pertencente ao grupo disciplinar, Línguas Estrangeiras, leciona nesta escola Inglês ao 2.º ciclo, Não possui formação continua na área de Educação Especial e considera não ter experiência a ensinar alunos com CEI, sendo este ano a primeira vez que se encontra neste agrupamento e que enfrenta este desafio, o de ensinar alunos com CEI.

O docente Luís exerce funções de professor há 8 anos, pertence ao departamento de Educação Física e Desporto Escolar, possuindo também uma pós-graduação em Educação Especial. Este docente encontra-se em substituição de outro professor e leciona pela primeira vez neste agrupamento. Possui experiência em ensinar alunos com CEI no 1.º ciclo do ensino básico, sendo a primeira vez que ensina alunos CEI em Educação Física.

O docente Nuno exerce funções de professor desde 2004, completando apenas 6 anos completos por ter lecionado horários incompletos. Leciona a disciplina de Educação Musical pela primeira vez neste Agrupamento. Considera que possui experiência em ensinar alunos com NEE.

A investigadora não sendo participante no estudo, no sentido de não ter sido entrevistada, é professora da turma na disciplina de Educação Visual e Tecnológica.

Instrumento de recolha de dados

Para levar a cabo o estudo pretendido e se tratando de uma realidade social é necessário optar por métodos que respondam de forma adequada às questões apresentadas. A questão de análise prende-se com a avaliação de alunos com NEE e CEI, mais concretamente com as práticas pedagógicas utilizadas na avaliação destes alunos e tendo em conta os objetivos, optei por trabalhar com metodologias qualitativas para compreender a realidade tal como é vivida e percebida pelos sujeitos. No dizer de Lopes (2011), “no campo educativo utiliza-se (...) como principais enfoques metodológicos as técnicas qualitativas e não paramétricas nomeadamente a observação, a entrevista, protocolos verbais e a análise documental” (p.4).

A estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso, uma vez que “consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico.” Bogdan e Biklen (1994, p.89), recorrendo a Merriam (1988). No entender de Ponte (1994), “os estudos de caso usam-se para compreender a especificidade de uma dada situação ou fenómeno, para estudar os processos e as dinâmicas da prática, com vista à sua melhoria” (p.11), Uma vez que a preocupação é compreender a situação, e quais as pedagogias utilizadas no processo de avaliação, optou-se por um paradigma interpretativo, pois como Lopes, (2011) afirma, este “pretende melhorar a compreensão que as pessoas têm da situação em que se desenvolve o comportamento” (p.4).

O instrumento de recolha de informação que achei mais adequado foi a entrevista semiestruturada, pois não segue uma ordem rígida deixando uma certa flexibilidade para colocar outras questões mais pertinentes num dado momento.

“A entrevista semiestruturada permite a manifestação livre do entrevistado, valorizando a presença do pesquisador e permitindo um diálogo que oferecerá” (Ferreira, 2009, p. 15) “todas as condições de liberdade e espontaneidade necessárias ao entrevistado, a partir de um esquema básico, não rígido” (Lüdke & André (1986, p.34).

Este tipo de entrevista permite assim recolher informações sobre as opiniões dos entrevistados das práticas utilizadas, a comparação das mesmas em todos os temas

abordados, bem como a identificação e sua operacionalização. Neste sentido, optei por efetuar duas entrevistas uma no início e outra no fim do ano letivo (2017/18).

Neste sentido, a primeira entrevista foi estruturada em nove temas/blocos, distribuídos da seguinte forma:

1. Apresentação do estudo, legitimação da entrevista e motivação, em que se procurou informar as linhas gerais da entrevista e solicitar a colaboração dos entrevistados, evidenciando a importância do seu contributo e assegurando a confidencialidade das informações prestadas. Por último, obter alguns dados do entrevistado relevantes para o estudo.
2. Conceito de avaliação, em que o objetivo foi compreender as percepções dos professores sobre o processo de avaliação.
3. Elementos que constituem o processo de avaliação, com o intuito de compreender a forma como os professores veem a processo de avaliação dos alunos com CEI, se promovem a reflexão/autoavaliação e se desenvolvem sentido crítico nos alunos desenvolvendo a avaliação para as aprendizagens.
4. Instrumentos de avaliação utilizados, em que se procurou identificar quais os instrumentos utilizados pelos professores no processo de avaliação das aprendizagens. Como e quando os utiliza. E ainda identificar como os professores recolhem a informação relevante.
5. Função da avaliação nas aprendizagens dos alunos, com o intuito de conhecer as percepções dos entrevistados quanto à função da avaliação das aprendizagens dos alunos com CEI para os professores e para os alunos.
6. Efeitos da avaliação nas aprendizagens dos alunos com CEI, em que se pretendeu compreender as percepções dos professores sobre os efeitos e/ou contributos da avaliação das aprendizagens dos alunos, bem como a opinião sobre os efeitos da avaliação no currículo desses alunos.
7. Inclusão dos alunos com CEI na escola e na turma, em que o propósito foi compreender as percepções dos professores sobre a inclusão destes

alunos na escola e na turma, através da sua opinião sobre as vantagens e desvantagens para os alunos com CEI e para a restante turma.

8. Participação da instituição escola/departamento de educação especial. Este bloco visou compreender o apoio dado aos professores pela instituição e pelo departamento de educação especial e como se processa esse apoio.

9. Agradecimentos e conclusão da entrevista, onde os entrevistados efetuaram uma síntese da sua opinião sobre a avaliação dos alunos com CEI e se efetuou os agradecimentos, reforçando ainda a importância do contributo dos entrevistados para o estudo em causa e a confirmação da anonimização dos dados.

A segunda entrevista com um objetivo de concluir a recolha de dados e efetuar um balanço global foram estruturadas com três temas/blocos divididos da seguinte forma:

1. Relembrar os objetivos do estudo.
2. Mudanças do processo de avaliação, este bloco visou identificar possíveis mudanças ao inicialmente predefinido e compreender a perceção dos professores ao tomar decisões de mudanças.
3. Agradecimentos e conclusão da entrevista, onde os entrevistados efetuaram uma reflexão final sobre o trabalho desenvolvido com os alunos com CEI e se efetuou os agradecimentos, reforçando ainda a importância do contributo dos entrevistados para o estudo em causa.

As entrevistas foram agendadas e de forma célere foram esclarecidos os objetivos das mesmas, os aspetos de anonimização, confidencialidade e utilização da informação recolhida, bem como esclarecidas as dúvidas dos entrevistados. Depois de lidos e assinados todos os protocolos foram autorizadas as gravações e realizadas as entrevistas dentro das datas previstas, tendo sido concretizadas todas individualmente.

A duração da primeira entrevista foi organizada com 10 minutos dedicado à clarificação dos objetivos da entrevista, com cerca de 45 minutos com a entrevista propriamente dita e por fim mais 10 minutos de agradecimentos e considerações finais. (Apêndice II-1) Esta entrevista foi realizada a todos os professores do conselho de turma, à exceção da Professora de Educação Visual e Tecnológica por ser a investigadora e autora deste estudo. As entrevistas tiveram uma duração entre 40 minutos e uma hora.

A segunda entrevista foi organizada com 2 minutos para relembrar os objetivos do estudo, cerca de 10 minutos para responder a duas ou três questões e o restante tempo, 5 minutos, para uma reflexão final. (Apêndice II-2) Esta entrevista foi realizada às professoras: Alice de Português e Cidadania e Desenvolvimento, Isabel de Inglês, Carolina de História e Geografia de Portugal e Ana de Matemática e Ciências Naturais, sendo que a sua duração variou entre 7 minutos e 15 minutos. Relativamente à disciplina de Educação Física não se achou necessário efetuar a segunda entrevista visto se ter recolhido todos os dados necessários na primeira entrevista. Quanto à disciplina de Educação Musical o professor Nuno entrevistado na primeira entrevista foi substituído pela professora titular da turma, no fim do primeiro período. No entanto, esta professora não continuou o trabalho anteriormente desenvolvido e suspendeu a sua atividade letiva por questões de saúde, no início do 2.º período. Ficando os alunos sem aulas durante o 2.º período e parte do 3.º período. Assim, não foi efetuada a segunda entrevista ao novo professor de Educação Musical, visto esse professor só ter trabalhado com a turma e em particular com os dois alunos em estudo, o mês de maio e parte do mês de junho.

Com o intuito de conhecer melhor o contexto escolar do estudo e tendo em conta a questão da investigação, no que diz respeito à inclusão de alunos com CEI, houve necessidade de efetuar uma análise documental, mais propriamente, o Projeto Educativo do Agrupamento, legislação de suporte (organização do currículo, regime de avaliação, tempo curricular em 60% com a turma, componente letiva do docente de Educação Especial) e os documentos dos processos dos alunos em causa, incluindo os seus CEI, relatórios circunstanciados, relatórios técnico-pedagógicos, reavaliação da funcionalidade, bem como os programas educativos individuais.

A este material foram acrescentados registos complementares, apontamentos e notas retiradas depois das entrevistas, em conversas informais e observação de aulas de Matemática e Educação Visual e Tecnológica, durante aproximadamente 6 meses sem periodicidade definida.

Aos participantes que diretamente ou indiretamente estão envolvidos nesta investigação preserva-se o direito à privacidade, do anonimato e da confidencialidade e o de contar com a responsabilidade do investigador, no sentido de garantir que os dados não são utilizados por terceiros nem para outro fim que não seja este estudo (Apêndice I – 1 e 2).

Análise de dados

A análise de dados é o procedimento de investigação e de organização sistemática dos dados recolhidos pelas entrevistas, notas de campo, registo de conversas informais, entre outros meios de recolha de dados, com o objetivo de compreender melhor a informação recolhida. A análise abrange o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades e categorização, bem como a descoberta de aspetos importantes e do que vai ser transmitido aos outros (Bogdan & Biklen, 1994) As interpretações que daí advém são baseadas em evidências de onde se extraí o seu significado, implicações e se exhibe as descrições dos factos (Rubin & Rubin, 2005).

A análise de dados compreende uma análise de conteúdo, ou seja, "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (Bardin, 2013, p. 44).

No presente estudo o tratamento da informação foi realizado através da análise de conteúdo, muito embora segundo Bardin (2013, p.89), numa entrevista semiestruturada, em que o entrevistado fala na primeira pessoa, diz “eu”, a subjetividade esteja muito presente. No entanto, a análise de conteúdo adaptar-se ao contexto a que é aplicado e é ainda “uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador” (Silva & Fossá, 2005, p.2).

Assim, em primeiro lugar os dados recolhidos foram organizados em forma de tabela, compreendendo tempo de gravação, assunto, bem como, a questão da pesquisa e os comentários que efetuam uma síntese do que é pertinente (Apêndice III). Em seguida, elaborei um relatório que incluí a informação pertinente através de comentários e trechos das entrevistas, separando os dados genéricos e os dados dos alunos (Apêndice IV). Após uma primeira leitura do registo das entrevistas, sob a forma de relatório, procedeu-se à categorização dos dados das entrevistas selecionando seis grandes temas particulares, significativos, claros e contestáveis: i) Preparação para a docência de alunos com CEI; ii) Conceito de avaliação / elementos que a constituem; iii) Instrumentos que utilizam /como é feita a recolha; iv) Função da avaliação/efeitos da avaliação; v) Vantagens e desvantagens da escola inclusiva; vi) Apoios recebidos.

Por fim e em forma de tabela procedi à reorganização dos dados recolhidos nas entrevistas, agregando os trechos/fragmentos das entrevistas por categorias, que clarificassem o tema ou conceito abordado pelos entrevistados, tentando ser representativo das diferentes opiniões (Apêndice V- 1).

Achando-se ainda necessário para uma melhor leitura dos dados, efetuar também uma categorização dos dados dos alunos das diferentes entrevistas, onde após a leitura dos registos das entrevistas se selecionou quatro temas significativos: i) Atitude face à aprendizagem; ii) Atitudes face à turma; iii) Atividades propostas; iv) Evolução nas aprendizagens. Também aqui se agregou os trechos/fragmentos das entrevistas por categorias de forma a clarificar as ideias dos entrevistados (Apêndice V- 2).

Face aos procedimentos em cima enunciados, às metodológicas adotadas, à recolha e ao tratamento dos dados efetuados, apresentarei no capítulo seguinte os resultados obtidos, tendo em conta que ao adotar um estudo qualitativo, este procurou recolher elementos que permitissem compreender melhor a avaliação dos alunos com CEI.

Capítulo III – Análise de Resultados

Neste capítulo apresento os resultados da análise dos dados recolhidos através das entrevistas semiestruturadas e da análise dos documentos estruturantes do agrupamento, bem como dos documentos relevantes dos alunos.

Aqui procurei analisar as questões idênticas dos entrevistados, bem como as apreciações relativas a cada categoria apresentada, tentando demonstrar de forma fidedigna as suas opiniões através da apresentação de excertos/fragmentos dos registos retirados das entrevistas.

Assim, depois de agregar os excertos/fragmentos das entrevistas por conceitos, temas e acontecimentos por categorias, tentei perceber como o tema, conceito e/ou acontecimento foi compreendido pelos participantes. Também tentei analisar as semelhanças e as diversidades entre o grupo de professores participantes. Com a informação organizada procurei descrever as diferentes opiniões investigadas (Rubin e Rubin, 2005).

Neste sentido, optei por organizar este capítulo de acordo com as categorias selecionadas após leitura dos registos das entrevistas e agrupa-las por temas, pelo que selecionei oito temas: (i) Formação para a docência de alunos com CEI; (ii) Conceito e formas de avaliação; (iii) Avaliação de alunos com CEI; (iv) Instrumentos de avaliação e tarefas propostas aos alunos; (v) Função e efeitos da avaliação; (vi) Vantagens e desvantagens da escola inclusiva; (vii) Apoios recebidos; e (viii) Sugestões dos participantes.

Formação para a docência de alunos com CEI

A formação para a docência de alunos com CEI não é linear, depende principalmente da experiência em ensinar alunos com NEE e não tanto da formação específica nesta área ou dos anos de docência. Assim, referindo Alice [Português], que considera ter experiência, afirma “tenho alunos com CEI praticamente todos anos” e tem “formação em dislexia - formas de trabalhar com alunos disléxicos”. O professor Luís [Educação Física], tem uma pós-graduação em Educação Especial e considera ter experiência profissional com alunos com CEI, mas não a lecionar Educação Física. A experiência vem por ter lecionado no 1.º ciclo do ensino básico em turmas com alunos com CEI. A professora Ana

[Matemática e Ciências Naturais] apesar de ter alguns anos de serviço considera que não ter experiência, vai-se “desenrascando”. Na opinião da professora Isabel [Inglês] mais uma vez se comprova a ligação entre a experiência e permanência de alunos com CEI nas turmas a frequentar as aulas juntamente com a restante turma. Considera não ter experiência em trabalhar com alunos com CEI, uma vez que nunca teve alunos com CEI integrados nas turmas como tem este ano, “a assistirem às minhas aulas, a estarem presentes na sala de aula, não”, os alunos não frequentavam as suas disciplinas. A professora Carolina [História e Geografia de Portugal] apesar de não ter formação, a sua experiência vem da prática letiva com alunos com NEE, “até já tenho detetado alguns casos de dislexia”.

A formação no âmbito das NEE não é considerada importante pelos entrevistados que assumem a sua experiência e o apoio dos docentes de Educação Especial como aspetos determinantes para o sucesso do seu trabalho com os alunos com CEI.

Conceito e formas de avaliação

Todos os professores, consideram a avaliação formativa como sendo fundamental chegando mesmo a afirmar ser a “mais importante, pois é “a avaliação [efetuada] no decorrer das aulas” [Alice, Português]. A mesma docente afirma que a avaliação tem “duas vertentes, a vertente formal e a vertente informal, (...) a formal avalia conteúdos específicos e a informal pequenas aprendizagens que se adquirem diariamente e que conseguem aplicar no dia a dia”, o saber estar. Refere que “vamos andando pela sala e vamos dizendo olha faz assim, não faças assim”, utilizando por isso uma avaliação para as aprendizagens com carácter formativo.

A professora Carolina [História e Geografia de Portugal] menciona a avaliação continua como sendo “a avaliação para mim, é desde o 1.º dia de aulas até ao último” e menciona “contabilizar tudo o que é feito”, dando exemplo do empenho, a professora Ana [Matemática e Ciências Naturais] acrescenta a autonomia. Refere ainda que a avaliação serve para se perceber quais as dificuldades dos alunos, não para dar uma classificação quantitativa: “a avaliação de testes para mim não é o fundamental”. Quanto à avaliação diagnóstica, menciona ter sido decidido em grupo disciplinar, aplicá-la às turmas novas e aos quintos anos. Explica como o diagnóstico é importante para a disciplina e serve como ponto de partida.

A professora Isabel [Inglês] referiu igualmente a avaliação diagnóstica – “de forma orientativa” –, considerando-a mais uma vez como ponto de partida para o trabalho com os alunos, que difere de turma para turma. O professor Luís, na disciplina de Educação Física, faz uma avaliação diagnóstica a cada uma das modalidades, bem como dos testes de *Fitnessgram* para verificar a eficácia da disciplina ao longo do ano letivo, e a evolução dos diferentes alunos de acordo com os limites estipulados. Esclarece que em departamento estipula-se a escala de situação dos alunos em três níveis: introdutório, intermédio e avançado, utilizando mais uma vez a avaliação formativa, “em jogo para dar maior partido da evolução dos alunos” e dá sempre “*feedback*” aos alunos do seu desempenho. Faz referência à importância da autoavaliação no fim cada período.

O professor Nuno [Educação Musical] afirma que “a avaliação é feita praticamente em todas as aulas valorizando a progressão dos alunos”, mais uma vez se comprova a importância da avaliação formativa e se demonstra também uma avaliação para as aprendizagens, pois ao deixar repetir o que o aluno fez mal ou quando um aluno acha que tocou mal, dando instruções para que os alunos melhorem o seu desempenho é claramente uma boa prática.

De uma maneira geral, todos os professores dão importância à progressão dos conhecimentos e capacidades dos alunos, e essa preocupação é apoiada pelos procedimentos assumidos neste agrupamento onde existe uma grelha comum a todos os professores, onde se regista a monitorização das atitudes dos alunos.

A avaliação é reconhecida por todos como elemento essencial no processo de ensino e de aprendizagem, e embora nem todos a destaquem como protagonista do processo, todos a valorizam, nomeadamente na dimensão formativa.

Avaliação de alunos com CEI

A totalidade dos professores partilha do mesmo pensamento em relação à avaliação dos alunos com CEI, em que os critérios se centram principalmente nas atitudes de forma contínua e sistemática traduzindo-se numa avaliação formativa.

A professora Alice [Português], “não faz avaliação igual” aos restantes alunos da turma, “o trabalho é muito diferente”, dando exemplo, numa 1ª fase, “dependendo das suas dificuldades, faz interpretação de pequenas frases ou associa frases a imagens” e, na 2ª fase, leva o aluno a “construir pequenas frases com as palavras

que aprendeu” e “aos poucos ir aumentando o grau de dificuldade”. As tarefas são diferentes para cada um dos alunos, por apresentarem características e saberes muito distintos nesta disciplina: “O João está ao nível do 1.º ano (só sabe escrever o nome dele) e Pedro ao nível do 2.º ano”. Refere a existência de uma certa autonomia, no entanto, “será sempre necessário a supervisão/acompanhamento da professora principalmente para o João”.

Menciona ser difícil para estes alunos efetuar uma autoavaliação/reflexão uma vez que “não têm noção do que é suposto atingirem e se de facto atingiram”. A docente efetuou alterações ao longo do ano letivo, tanto nas estratégias como nas tarefas, tendo em conta as dificuldades dos alunos, “quando conhecemos os alunos melhor verificou-se ser necessário”. Estas alterações foram executadas com o intuito dos “alunos realizarem algumas aulas, que é difícil com uma turma de 20 alunos dar o apoio adequado desta forma diferenciada”. O Pedro “nem sempre quer executar as tarefas”.

A professora Ana [Matemática e Ciências Naturais] estipulou os critérios de avaliação para estes alunos dando primazia às atitudes e não avaliando a parte cognitiva (traduzindo-se esse aspeto num “faz ou não faz”) e comportamento. A docente reconhece a importância da avaliação para as aprendizagens, mas esclarece que não consegue por não ter tempo, no entanto executa-a quando está junto dos alunos ou quando faz questões orais (atividade que faz para a turma toda). Trabalha com esses alunos os conteúdos que a turma trabalha, “quando estamos a trabalhar a geometria todos trabalham a geometria, se for números, o João e o Pedro também trabalham números”. A professora Ana acrescenta a necessidade de alterar as estratégias de atuação, bem como os instrumentos de avaliação com o objetivo de “o Pedro conseguir ter positiva”, refere que o aluno não realiza as tarefas que ela propõe e “assim na oralidade sempre se consegue salvar”, “quando ele quer consegue (...) em Ciências Naturais leu um texto na perfeição”. No entanto, afirma “quando um professor da turma não consegue apoiá-lo de perto, ele [Pedro] recusa-se a trabalhar” e “a falta de autonomia é uma constante”. Acrescenta ter feito alterações ao currículo destes alunos, mas não vai alterar os “papeis” “ninguém lê os papeis” e para ela “os papeis não me [lhe] dizem nada” é “mais importante o trabalho com os alunos”.

Também a professora Carolina [História e Geografia de Portugal] faz referência à

falta de apoio “não consigo dar o apoio necessário”, acredita “se tivesse sentada ao lado dos alunos conseguiria, mas assim não”. Baseia a sua avaliação no interesse e empenho dos alunos e ainda acrescenta “a socialização entra na avaliação, só o facto de os ter ali já conta”.

Relativamente à avaliação dos alunos com CEI, a professora Isabel [Inglês] iniciou o seu trabalho propondo as mesmas tarefas para os dois alunos, mas depressa sentiu necessidade de alterar a sua estratégia. Ensina a todos os mesmos temas, no entanto faz tarefas diferentes para os alunos com CEI, “a família, todos aprendem vocabulário (da família nuclear, pai, mãe, irmã, irmão) mas a restante turma aprende mais a gramática, a construir frases e mais vocabulário (tio, primo, etc.)”. As alterações ao planificado inicialmente não são uma preocupação, pois a docente afirma que “não mudei, usei essencialmente aqueles que estavam definidos para eles”, mas faz referência a estratégias que utiliza para conseguir dar o apoio necessário, colaboração e orientação entre pares. Utiliza os mesmos critérios de avaliação, os conhecimentos e as atitudes, “mas direccionados para estes meninos”, onde as atitudes estão contempladas “saber estar, o participar, a relação com os colegas”.

O professor Luís [Educação Física] não avalia de forma diferente os alunos com NEE, mas baixa o nível expectável de desempenho para um limite inferior. O docente menciona as estratégias que utiliza e destaca a cooperação dos colegas (parceria de pares) “faço grupos, mas não os ponho juntos,(...) ficam sempre com colegas com paciência para lhes explicar e fazer com eles os exercícios”, e declara promover a integração na turma dos alunos João e Pedro e a motivação dos alunos para a prática da Educação Física, dando reforço positivo “tu consegues, vai” referindo-se a uma situação de jogo.

O professor Nuno [Educação Musical] explica, “a avaliação em educação musical tem a parte vocal (canto), a parte rítmica, a parte do instrumento, parte motora (batimentos rítmicos, motricidade fina) e a coordenação (bater com as mãos, ou com os pés)”, sendo que os alunos por imitação vão repetindo o que o professor faz. Acrescenta que efetua avaliação diferente aos alunos com NEE, pelo que os instrumentos de avaliação também são diferentes, utilizando um grau de exigência menor, “tocar só uma parte da música”. Faz referência a avaliação das atitudes, mencionando que dá mais peso a este parâmetro, uma vez que “para estes alunos

já é difícil estar numa sala de aula, quanto mais estar atento” e só consegue que estes dois alunos participem, depois de muito motivados. Mesmo assim, o professor acrescenta que o Pedro se recusa a trabalhar.

Os professores entrevistados sublinham os critérios de avaliação como aspetos diferenciadores na avaliação dos alunos com CEI cujo perfil condiciona os referidos critérios e os instrumentos elaborados. O carácter formativo da avaliação é destacado pelos participantes no estudo como essencial também na construção do sucesso dos CEI.

Instrumentos de avaliação e tarefas propostas aos alunos

Os instrumentos que os professores utilizam para avaliar são diversificados e cheios de imaginação, dependendo sempre das disciplinas e dos conteúdos a lecionar. No entanto, tem em comum, à exceção da professora Alice [Português] o facto de, no início do ano, a planificação, as atividades e as estratégias eram iguais para o João e para o Pedro, mas depois de se iniciar um conhecimento mais aprofundado das reais dificuldades de cada aluno passaram a efetuar diferentes tarefas e a utilizar diversas estratégias para promover o sucesso.

Assim, a professora Alice [Português] utiliza instrumentos de avaliação diferentes para os elementos da turma. Para os alunos com CEI utiliza pequenas fichas e repete-as para verificar se os alunos adquiriram esses conhecimentos. Utiliza instrumentos diferentes para cada um (Anexo I - 1., 2.), sendo que as fichas utilizadas são criadas por ela ou retiradas de manuais do 1.º ciclo do ensino básico.

A professora Ana [Matemática e Ciências Naturais] utiliza como instrumento de avaliação o caderno diário com tarefas que ela própria escreve, utilizando cores diferentes, imagens, esquemas com o intuito de se entender melhor, com a finalidade dos alunos completarem e muitas vezes para pintar ou desenhar. Utiliza um tipo de avaliação para as aprendizagens, uma vez que verifica o que está mal e os alunos têm oportunidade de corrigir, o caderno é organizado pela professora. Também faz fichas de trabalho a Matemática e algumas a Ciências Naturais., “a Matemática ainda se consegue fazer através de bonecos, mas a Ciências Naturais não” (Anexo II - 1., 2). e (Anexo III - 1., 2.). Esclarece que os alunos com CEI seguem sempre a turma, dentro do possível, dão os mesmos conteúdos, isto em Ciências Naturais pois em Matemática nem sempre é possível, “as frações, não

dá”, mas existem conteúdos que isso acontece. Foi o caso dos números naturais. A docente refere a mudança de estratégia no 3.º período, para os dois alunos, pois antes fazia tarefas no caderno diário e corrigia e agora tanto a Matemática como a Ciências Naturais, avalia oralmente: “gastei horas e horas a fazer fichas, a pesquisar fichas, a adaptar fichas”, “achei o meu trabalho inglório, deixei de fazer”, como mudou as estratégias, mudou a maneira de avaliar, passou a incidir mais no comportamento, na oralidade. Afirmar ter atingido assim o objetivo “dar positiva”.

A professora Carolina [História e Geografia de Portugal], como instrumentos de avaliação utilizados fala de um trabalho em articulação com a Educação Especial, para apresentar aos colegas: “Em História é difícil são os conceitos de espaço, tempo, que não entra”. Participam nas aulas em que a atividade é visual (apresentação de vídeos, animações), gostam e mostram entusiasmo, “no resto é difícil, não lhes diz nada”. Avalia os “pequenos trabalhos que os alunos fazem”, os trabalhos de pesquisa executam sempre com o apoio de Educação Especial e “o pouco que eles fazem e o que observo”. Menciona que a História, a colaboração do professor de Educação Especial é indispensável.

A professora Isabel [Inglês] começou por propor fichas iguais para os dois alunos, mas colocou a hipótese de alterar, após reflexão, as estratégias quando surgirem dificuldades de resolução diferentes, que mais tarde veio a verificar. Chama a atenção para o facto de existirem atividades em que é difícil a participação destes alunos, exemplo teste de *listening*. Com o seguimento do seu trabalho verificou que o João tem muito mais dificuldades que o Pedro, “mas também é um menino muito mais disponível” e, depois de orientado, executa as tarefas propostas. Fala do Pedro como sendo menos autónomo e “surpreendeu-me porque não faz nada sozinho”, acrescenta ainda que as atitudes são diferentes e que o Pedro requer muito mais atenção que o João. Elabora as fichas com graus de complexidade crescente, sendo que o primeiro é a mais orientada e a última menos orientada (Anexo IV - 1., 2.), solicitando por vezes colaboração à professora de Português. Utiliza os recursos que tem na sala de aula e refere que a presença de alguém que conhecem dá mais segurança e proteção e os leva a trabalhar mais.

O professor Luís [Educação Física] utiliza os mesmos instrumentos de avaliação, sendo que os critérios apesar de serem os mesmos para todos os alunos o nível de

exigência é menor. Estabelece estratégia de pares e interajuda com os mesmos, não sendo assim necessário outro tipo de tarefas. Nuno [professor de Educação Musical] corrobora a opinião do professor Luís quando afirma utilizar os mesmos instrumentos para todos os alunos, mas com diferenças no número de músicas ou excertos de músicas.

As tarefas propostas aos alunos com CEI, bem como os instrumentos de avaliação, são construídos especificamente para esse fim ou adaptados ao seu perfil. Alguns docentes referem alguma frustração com os resultados obtidos e dizem que são inexistentes ou insuficientes face às suas expectativas. Esse desalento acaba por gerar alguma desmotivação que podia ser contrariada com uma ação pedagógica fundada numa sistematização das opções feitas em cooperação com os pares e inspiradas numa formação consistente no âmbito das NEE.

Função e efeitos da avaliação

A importância do acompanhamento dentro da sala continua a ser o problema mais mencionado por todos os professores. A professora Ana [Matemática e Ciências Naturais] conclui “estes alunos não vão evoluir” se o sistema continuar assim, “isto incomoda-me”. Afirma ainda que os alunos não aprenderam nada, tiveram uma evolução nula. Refere que o João no 1.º e 2.º períodos poderá ter tido uma pequena evolução, mas continua sem saber ler, mais acrescenta “a professora de Educação Especial deve notar diferenças, eu não”. Refere que a avaliação não tem função nenhuma para estes alunos “os alunos não ganham nada”, “estão completamente sós”, “ganham sim quando está acompanhada com uma colega”.

A professora Alice [Português] acrescenta que ambos necessitam de acompanhamento sistemático, “se forem deixados sozinhos deixam de fazer o trabalho”, “reflexo do 1.º ciclo estão habituados a trabalhar sempre com alguém ao lado deles, (...) chegam aqui não têm (...) é obvio, não tenho ninguém ao pé de mim, não faço”, refere como sendo o “pensamento do Pedro”. No entanto, fala de evolução, “mais vocabulário e reproduzir em escrita o que pensam”, mas quanto à finalidade da avaliação para estas crianças, pensa ser, para verificar se existiu evolução das aprendizagens e se não houver “arranjar um outro caminho”, “os alunos não conseguem ter noção do impacto da avaliação”, sendo que a sua grande preocupação é a de “ensinar o essencial para uma vida futura”.

Na opinião desta docente, a avaliação não influencia o currículo dos alunos com CEI pois “não é influente porque não é funcional”, “nós temos alunos integrado e concordo com a inclusão”, “não sem ninguém ao lado deles que os ajudem a desenvolver o trabalho”, “o tempo que conseguimos dedicar a eles é muito pouco”, mostrando assim o seu descontentamento sobre a situação.

A professora Carolina [História e Geografia de Portugal] fala da falta de noção dos alunos do que é ser avaliado, mas afirma que a avaliação tem influência no currículo dos alunos, ao contrário do que já foi dito, “tem influência, mas muitas vezes o currículo [documento] não é alterado”, menciona “faz-se no início do ano, mas depois não se altera”. Acrescenta que “não sei [sabe] até que ponto os colegas de Educação Especial deveriam ser mais rígidos”, refere a falta de supervisão, “ninguém verifica a prática”, “deveria de haver um acompanhamento melhor por parte da Educação Especial” de forma a seguirem o planejado. Sugere ajuda “não dá, vamos tentar de outra forma”, ou seja, solicitar estratégias novas para conseguir obter sucesso.

Isabel [professora de Inglês] corrobora a opinião da professora Carolina e considera que a sua avaliação tem influência no currículo e reconhece que o conhecimento mais aprofundado dos alunos leva a alterações de estratégias e atividades: “não é [um documento] rígido”, apesar de ter noção que os “alunos não retêm os conhecimentos e que dificilmente irão falar inglês, irão sim conhecer algum vocabulário”.

Para o professor Luís [Educação Física], a influência da avaliação no sucesso dos alunos com CEI, depende dos casos, no João pensa que não existe essa relação, mas no que diz respeito ao Pedro considera que tem algum efeito.

A função e os efeitos da avaliação, de acordo com os docentes entrevistados, dependem da intencionalidade do docente e do perfil do aluno, mas todos realçam o seu caráter formativo e flexível.

Vantagens e desvantagens da escola inclusiva

A professora Alice [Português] não vê vantagem na Escola Inclusiva para o desenvolvimento dos alunos e declara que “seria vantagem se tivessem alguém ao lado deles” para ajudar e trabalhar. Menciona ser vantajoso se for disciplina prática. Refere que os alunos estão bem incluídos, mas o trabalho que fazem é

completamente diferente: “a verdadeira inclusão, para mim é tentar que estes alunos acompanhem os restantes”.

A professora Ana [Matemática e Ciências Naturais] corrobora a opinião da Alice, não vê inclusão, vê “marginalização destes alunos”. Refere que “estes alunos devem de estar dentro da sala de aula, mas devidamente acompanhados” para ser inclusão. A docente realça que considera ser importante alguém acompanhar os alunos diretamente dentro da sala de aula, “isto é que é integrar”, e acrescenta que presentemente não existir inclusão: “vai-lhes ser exigido determinadas coisas que deveriam aprender na escola, autonomia, escrever, lutar para ultrapassar as dificuldades”, “isto não é inclusão, para mim”, “este tipo de inclusão incomoda-me”.

Na opinião da professora Carolina [História e Geografia de Portugal], a permanência destes alunos em todas as disciplinas parece ser desvantajoso e sugere que os alunos com CEI deveriam ter aulas só de manhã, afirma notar-se o cansaço. Neste sentido, fala ainda do comportamento da turma e da atitude do Pedro que por vezes se recusa a estar na sala de aula, afirmando que na turma “eles [João e Pedro] estão bem integrados, mas (...) eles [restante turma] não os apoiam”. A professora menciona os problemas da turma e lembra que a “turma em si é muito conflituosa” e que os restantes alunos “não os ajudam”, não brincam com eles, não os ajudam nos intervalos.

A professora Isabel [Inglês] afirma que: “eu tenho consciência perfeita que [existem] aulas minhas, em que eles se aborrecem bastante”, “não consigo estar tão disponível para eles como seria desejável”. Refere ainda que existem alunos integrados nesta turma com casos complicados de gerir. Os alunos em estudo, na opinião desta professora, são bem aceites na turma, apesar do comportamento do Pedro em relação aos colegas gerar, por vezes, conflitos e a permanência em todas as disciplinas não é vantajosa para os alunos com CEI: “existem conteúdos que eles não conseguiram concretizar”, “não ganham nada com isso”, “deveriam sair da sala” em algumas situações. “Devem estar integrados na escola”, “devem ter as vivências que os outros alunos têm”, “Ganham sempre” com a inclusão. No entanto, na opinião da mesma docente, os alunos aborrecem-se “porque o professor não está só para eles”, menciona que necessitam de um apoio diferente, mais permanente, sendo difícil pois “nós não temos turmas tranquilas”. Descreve

que a restante turma gosta do João e do Pedro, apesar do comportamento de um outro elemento da turma com problemas de indisciplina. Afirma que estes alunos “perderam”, pois, a aula era muitas vezes interrompida. Sente-se culpada por não conseguir dar o apoio necessário a estes alunos e declara que “o sentimento de culpa fica”.

O professor Luís [Educação Física] considera que os alunos estão bem incluídos na turma e têm todo o apoio necessário. O professor Nuno (Educação Musical) acrescenta ainda, que a permanência dos alunos em todas as disciplinas deve ser vista, caso a caso, sendo que as vantagens da inclusão são maiores nas disciplinas práticas.

A escola inclusiva, na perspetiva assumida pelos professores entrevistados, é a inclusão dos alunos em todas as aulas e apesar de todos realçarem o mérito dessa gestão curricular, no âmbito do domínio socio afetivo, parece haver menos consenso no efeito da escola inclusiva para os outros alunos, que alguns consideram prejudicados com a presença dos alunos com CEI. Aliás, alguns docentes realçam a importância do apoio do docente de Educação Especial na sala de aula para que esse efeito não se verifique.

Apoios recebidos

Os entrevistados são unânimes em afirmar que recebem informações sobre os alunos com NEE, mas nem todos recebem ajuda por parte do departamento de Educação Especial para elaborar o CEI, “não recebi qualquer tipo de apoio relativamente à elaboração do CEI”, afirma a professora Alice [Português].

No entanto, a professora Ana [Matemática e Ciência Naturais] refere que os professores de Educação Especial dão informações gerais, e exemplificou “o aluno não sabe ler nem escrever e agora?”, questiona. Refere ainda que na preparação dos materiais didáticos também não tem apoio, nem para a elaboração do CEI “mandam-me uns papéis”, “as informações que nos dão são gerais e não ajudam ao nível dos conteúdos”.

A Professora Carolina [História e Geografia de Portugal] menciona que nos trabalhos de pesquisa conta sempre com o apoio de Educação Especial, não dentro da sala de aula, mas na biblioteca e/ou na sala reservada ao departamento de Educação Especial. Exemplifica: “para o Espreitar a Escola eles gostam de fazer

as maquetazinhas que fazem com o professor de Educação Especial e vamos trabalhando assim”, “se não for com o apoio deles é muito, muito complicado”. No entanto, esclarece que o departamento de Educação Especial não dá o apoio necessário. A docente menciona que os professores de Educação Especial se limitam a apresentar papeis e a verificar se estão feitos e arrumados no sítio certo, verificam se a avaliação está feita, assim como a síntese descritiva, mas “ninguém avalia o que está feito”.

A professora Isabel [Inglês] teve dificuldade em construir os CEI, mas conseguiu realizá-lo com a colaboração e orientação dos pares. No seu entender a presença de alguém que conhecem na sala de aula dá mais segurança e proteção e leva os alunos a trabalhar mais. Nunca se lembrou em solicitar a presença da professora de Educação Especial nos momentos de avaliação, *listening*, pois “fico envergonhada ou inibida de o fazer”.

O professor Nuno [Educação Musical] refere que os apoios por parte de Educação Especial são necessários, mas nunca teve necessidade de o solicitar. Só talvez para preencher “papeladas”. Afirmo conseguir dar apoio a todos os alunos.

Os docentes de Educação Especial e os pares são referidos como importantes apoios nas práticas dos docentes entrevistados, mas esse apoio é claramente referido por alguns como insuficiente e de carácter essencialmente burocrático. A insegurança assumida pelos docentes parece decorrer de um desconhecimento efetivo das possibilidades de ação, facto que a formação específica nesta área podia ajudar a contrariar.

Sugestões dos participantes

Entendo que as sugestões dos participantes podem ser vistas como oportunidades de melhoria da escola e por isso as considero dignas de devida nota. No que diz respeito às sugestões referenciadas pelos participantes, conseguem distinguir-se as opiniões entre os professores que lecionam disciplinas práticas e teóricas. Comprovando a opinião da professora Alice [Português] sugere o apoio pedagógico acrescido para os alunos com NEE, dentro da sala de aula com apoio direto, e sobre os alunos com apoio indireto da educação especial, afirma que “os de apoio indireto andam à deriva”, “necessitam de reforço, lá está o tal apoio

pedagógico acrescido”. O professor de Educação Física, Luís menciona que não tem “necessidade de apoio dentro da sala de aula”.

A professora Carolina [História e Geografia de Portugal] apresenta ideias relevantes, comentando que o trabalho desenvolvido em Educação Especial deveria ser continuado nas diferentes disciplinas. Considera que a adaptação à escola, deveria ser diferente, “é um choque grande no 5.º ano”, explica que no 1.º ciclo os alunos estão sempre com a mesma professora e “aqui tem muitos professores” e a adaptação deveria ser gradual e não com “professor para aqui, professor para ali”, “entra numa sai noutra”. Na sua opinião deveria também haver uma estrutura diferente e mais tempo “para que o trabalho fosse melhor” e não haver sobrecarga de trabalho para os docentes. Sugere ainda a organização de reuniões com os professores de Educação Especial no início do ano para delinear estratégias comuns. A docente realça também a falta de comunicação entre a escola e a família no sentido em que acredita que devia haver acompanhamento em casa do que está a ser feito na escola. Por último, sugere a falta de supervisão para benefício do aluno e dos professores “porque se sentiam mais apoiados” e poderiam trocar ideias e estratégias.

A inclusão dos alunos no 2.º ciclo, na opinião dos docentes entrevistados, devia ser merecedora de mais cuidado e a sua adaptação promovida de forma mais gradual. Uma reunião com os docentes de Educação Especial no início do ano letivo seria facilitadora da partilha da informação considerada essencial para construção do CEI, bem como a supervisão por parte do departamento de Educação Especial do trabalho desenvolvido pelos restantes professores, no sentido de acompanhar efetivamente os alunos.

Conclusões

Pretendi efetuar uma reflexão sobre as práticas de avaliação desenvolvidas com alunos com CEI e sobre as estratégias utilizadas, não esquecendo as percepções dos professores sobre a inclusão destes alunos na escola/turma. Assim, com o intuito de responder ao objetivo geral do estudo: identificar o processo de avaliação em Educação Especial dos alunos com CEI, apresento as conclusões com base em cada um dos objetivos específicos.

Práticas de avaliação dos alunos com CEI

O desenvolvimento, ensino e aprendizagem são componentes que interagem entre si e através das quais ocorre o processo educativo onde vão desempenhar papéis significativos: o aluno, o professor e todos os demais intervenientes. Nesse sentido, o processo de avaliação implica um clima democrático, participativo, humanizado e estimulante, em que o encorajamento do professor desempenha um papel muito importante no sucesso de cada aluno, principalmente os alunos com NEE e CEI, tal como mencionam os professores inquiridos, dando relevo à motivação dos alunos, traduzida no reforço positivo, exemplificando com o mencionado pelo professor de Educação Física, Luís, “tu consegues, vai”, referindo-se a uma situação de jogo, como ao *feedback* representado com o mencionado pela professora Alice [Português], “vamos andando pela sala e vamos dizendo olha faz assim, não faças assim”, utilizando por isso uma avaliação para as aprendizagens com carácter formativo.

De comum acordo são os fatores orientação para a avaliação dos alunos com CEI: assiduidade “para estes alunos já é difícil estar numa sala de aula, quanto mais estar atento” [Nuno, professor de Educação Musical], relacionamento interpessoal, “saber estar, o participar, a relação com os colegas” [Isabel, professora de Inglês], curiosidade e gosto pelo trabalho, apresentações de vídeos e animações em que os alunos gostam e participam [Carolina, professora de História e Geografia de Portugal], trabalhos realizados, traduzido num “faz ou não faz” [Ana, professora de Matemática e Ciências Naturais], capacidade de inserção na comunidade, “ensinar o essencial para uma vida futura” [Alice, professora de

Português], bem como as aquisições acadêmicas funcionais, devendo estes, ser contínuos e sistemáticos.

As tarefas utilizadas para cada aluno são diferentes entre si e diferentes em relação à turma, “o trabalho é muito diferente” menciona a professora Alice [Português], denotando-se uma preocupação geral na preparação para uma vida futura “vai-lhes ser exigido determinadas coisas que deveriam aprender na escola, autonomia, escrever, lutar para ultrapassar as dificuldades” [Ana, Matemática e Ciências Naturais], mas nem sempre se faz esse trabalho “não ganham nada com isso” [Isabel, Inglês], apontando as causas para o comportamento da turma “nós não temos turmas tranquilas” e para a falta de acompanhamento do professor de Educação Especial na sala de aula, “porque o professor não está só para eles” [Isabel, Inglês].

As competências exigidas aos professores implicam um conhecimento abrangente das crianças para a promoção sucessiva de estratégias assertivas que contribuam para sucesso dos alunos, aleadas à pouca formação na área e à falta de tempo, que os professores se queixam, são fatores primordiais na preparação do trabalho do professor para todos os alunos. No entanto, a diversidade de atividades e estratégias são uma constante nas práticas de avaliação dos docentes entrevistados, não esquecendo a afetividade que consideram incluída no processo. É esta atitude construtiva que contribui para uma conquista dos objetivos do agrupamento (metas TEIP).

O trabalho colaborativo/cooperativo, a partilha de experiência, saberes e materiais, bem como as discussões inerentes às práticas letivas, não são uma constante entre os professores entrevistados. E embora alguns façam referência à importância da colaboração do professor de Educação Especial, que consideram indispensável na concretização dos CEI, quer no apoio direto e concreto quer na elaboração de materiais, falaram também de algum constrangimento em solicitar a presença da professora de Educação Especial. As práticas de avaliação dos alunos com CEI podem ser condicionadas por essa dualidade de considerações assumidas pelos docentes, contrariando as potencialidades do trabalho colaborativo.

O CEI e o desempenho dos alunos

O CEI prevê alterações significativas no currículo dito normal ou comum, podendo traduzir-se na introdução, substituição ou eliminação de conteúdos das diferentes disciplinas em função do nível de funcionalidade dos alunos com NEE. Os professores entrevistados demonstram reconhecimento das necessidades de adaptações de materiais, atividades, bem como na avaliação efetuada aos alunos com CEI e todos realizam estas ações com o propósito de facilitar e promover o sucesso dos alunos. Este sucesso é influenciado pelos novos desafios, apresentados pelos professores, todos os dias, onde se executam tarefas, se resolvem problemas, mesmo os mais simples e se amplia a capacidade de autonomia e interação com os outros. Todos juntos vão fazer a diferença e sem se aperceberem estes professores estão a influenciar o currículo (CEI) destes alunos ao tomarem atitudes de preocupação e não de indiferença, “Isto incomoda-me” [Ana, Matemática e Ciências Naturais], havemos de “arranjar um outro caminho” [Alice, Português].

No entanto, a perceção da maioria dos professores entrevistados é que a avaliação não influencia o CEI, mas o CEI é uma medida muito limitativa quanto ao futuro dos alunos, logo só depois de uma avaliação rigorosa, ponderada e articulada, envolvendo professores, técnicos e família se deverá aplicar, sendo a sua alteração passiva de ser efetuada sempre que houver alterações significativas, ou no fim de um ciclo de estudo ou quando o próprio CEI prover, “não é [um documento] rígido” [Isabel, Inglês]. Cada caso é um caso e os resultados no desenvolvimento de uma criança podem ser muito diferentes, podendo levar mais ou menos tempo, dependendo da criança.

Os professores apontam a falta de acompanhamento dentro da sala de aula como um dos motivos do insucesso dos alunos. Todos falam de inclusão e todos sentem necessidade de aprender e articular tarefas e estratégias especializadas e se tornarem eles próprios professores especializados, no entanto não procuram formação nem a colaboração dos professores técnicos [professores de Educação Especial], um contrassenso que considero merecer reflexão.

Perspetivas dos professores sobre a inclusão

As grandes transformações que têm vindo a ocorrer ao longo das últimas décadas

provocaram mudanças profundas no contexto social do ensino. Por tudo o supracitado, pode inferir-se que tanto os autores citados como os professores participantes no estudo dão ressaltos à reflexão/avaliação como condição necessária ao desenvolvimento, aos contextos ambientais de desenvolvimento das crianças e salientam o professor como ativador no processo de construção do conhecimento da criança.

A inclusão é vista como a forma de solucionar os problemas de integração dos alunos com NEE, sendo que o desejado seria que os alunos passassem o maior tempo possível junto da turma, no entanto alguns professores apontam a necessidade de retirar os alunos da sala para que executem atividades na biblioteca ou junto da professora de Educação Especial e mencionam que os alunos ganham sempre com a inclusão e que gostariam de estar mais disponíveis para eles.

A inclusão é simplificada se todos os alunos participarem nas mesmas atividades, mesmo que seja de forma diferente, para que tal seja possível será necessário ter em conta as características de todos os alunos nas planificações dessas mesmas atividades, por parte dos professores. Daí decorre a necessidade da cooperação entre professores das diferentes disciplinas com os professores da Educação Especial e do trabalho de equipa como prática sustentável, que não foram detetados neste estudo, apesar de ser considerada de extrema importância pelos inquiridos.

Na minha opinião, a utilização de uma reflexão e consequente avaliação adequadas pode ser uma mais-valia para todos os alunos, em especial para os alunos com NEE e para as escolas que evoluem com a sua participação e aprendizagem. Acredito que uma avaliação adequada e correta é um fator importante da inclusão e pode ajudar a resolver muitos dos problemas de aprendizagem nos nossos alunos e constitui uma resposta adequada e necessária ao seu desenvolvimento. A inclusão envolve mudanças, mas tem vantagens no que respeita às aprendizagens de todos os alunos, sendo por isso, um processo eficaz de desenvolvimento das aprendizagens e da participação, para as escolas e principalmente para os alunos com NEE e CEI.

Para finalizar importa referir que a nova legislação, Decreto-Lei n.º 54/2018, publicado no dia 6 de julho, vem substituir o Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de janeiro, assegura a implementação da Escola Inclusiva, assumindo que cada aluno,

independentemente da sua situação pessoal e social, pode apresentar em qualquer altura do seu percurso escolar, Necessidades Educativas deixando assim de fazer sentido a categorização pela Classificação Internacional de Funcionalidade, CIF. Esta nova legislação responsabiliza a escola e conseqüentemente os professores e, pela primeira vez, os assistentes operacionais por encontrar formas de lidar com as diferenças, adequando os processos de ensino às características individuais de cada aluno, reforçando o papel dos pais ou encarregados de educação, conferindo-lhes o direito do seu envolvimento em todo o processo educativo dos seus educandos.

Limitações do estudo e propostas para o futuro

As condicionantes do estudo prenderam-se com o início tardio da recolha de dados. A indisponibilidade dos professores, devido ao exigente processo experimental de flexibilidade curricular pelo qual o agrupamento passava, foi uma limitação assinalável, nomeadamente para a concretização das entrevistas. Destaco ainda, como limitação a postura de outros alunos da turma, que muitas vezes se apresentavam como inibidores dos objetivos estabelecidos pelos professores.

Saliento que a investigadora é ao mesmo tempo docente da escola e do conselho de turma, em que os alunos estão inseridos, podendo por isso não ter conseguido uma posição de neutralidade face à investigação. Apesar de essa proximidade permitir um conhecimento profundo da realidade, ela também pode ser considerada inibidora de algum afastamento, facilitador da objetividade promovida pelo distanciamento. Importa ainda referir a complexidade da análise documental e do tratamento dos dados recolhidos, que exigiu muito do tempo reservado a este estudo.

Deste estudo decorrem ideias para eventuais estudos futuros que gostaria de ver concretizados em virtude da pertinência e da utilidade que podiam acrescentar à causa da educação. Os benefícios da escola inclusiva ou a relação entre as práticas inclusivas com o sucesso dos alunos, bem como a análise das estratégias e dos instrumentos produzidos pelos docentes são, na minha opinião, merecedores de investigação. A importância do trabalho colaborativo ou da eficácia da gestão curricular para o sucesso da escola inclusiva, tal como o caráter inclusivo das opções pedagógicas institucionais, podem também inspirar novos estudos que

procurem contribuir para uma escola cada vez mais promotora de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Ao fazer uma reflexão sobre tudo o que foi dito e que passa pelas atitudes de todos nós professores, profissionais de educação, pela formação, pela colaboração/cooperação entre nós, pela existência de recursos, quer sejam materiais ou humanos, será de esperar que a forma de atuar permita planificações, estratégias e a consequente avaliação/reflexão adequadas que contribuam para o desenvolvimento de cada criança, resultando num projeto educativo inovador que tenha por base os princípios da inclusão. Relembro que os bons professores existem e serão sempre melhores em escolas com condições adequadas para apoiar o esforço, por vezes inglório de cada professor.

Posto isto, e na certeza, porém de que o Agrupamento/Escola e principalmente os professores não irão implementar, ao mesmo tempo, os princípios da Escola Inclusiva, no sentido de adotar práticas mais inclusivas, esperando responder às necessidades de todos os alunos, espera-se pelo menos que contribuam para uma igualdade de oportunidades.

Referências Bibliográficas

- Abrantes, P., (2001) *Reorganização Curricular do Ensino Básico: Princípios, Medidas e Implicações*. Departamento da Educação Básica. Lisboa: Ministério da Educação.
- Abrantes, P. & Araújo, F. (2002). *Avaliação das aprendizagens - Das concepções às práticas*. Departamento da Educação Básica. Lisboa: Ministério da Educação.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bogdan, R., e Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Booth, T., & Ainscow, M. (2002). *Índice para a inclusão, desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola*. Bristol: CSIE.
- Colôa Dias, J. (2014). *Avaliação para as Aprendizagens de Alunos com Necessidades Educativas Especiais no 1.º Ciclo do Ensino Básico: da Diversidade da Avaliação à Avaliação da Diversidade*. [Tese de Doutoramento em Educação]. Universidade de Lisboa, Portugal.
- Correia, L. (2013). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais. Um guia para educadores e professores*. Porto: Porto Editora.
- Cortesão, L. (2002). *Formas de ensinar, formas de avaliar. Breve análise de práticas correntes de avaliação*. In Abrantes, P. & Araújo, F. (coord.) *Avaliação das Aprendizagens – Das concepções às práticas*. (35-42). Departamento da Educação Básica. Lisboa: Ministério da Educação.
- Couvaneiro, C. & Reis, M. (2007). *Avaliar Refletir Melhorar*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Cró, M. L. (2001). *Ativação do Desenvolvimento Psicológico*. Lisboa: Escola Superior João de Deus.

- Declaração de Salamanca. UNESCO (1994). Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/declaracao-alamanca.pdf> [consultado pela última vez em 01/11/2017].
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em <http://www.pcp.pt/actpol/temas/dhumanos/declaracao.html> [consultado pela última vez em 01/11/2016].
- Decreto-Lei nº 139/2012 de 5 de julho. Diário da República nº 129 – I série. Ministério da Educação e Ciência.
- Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro. Diário da República nº 15 – I série. Ministério da Educação.
- Decreto-Lei nº 54/2008 de 6 de julho. Diário da República nº 129 – I série. Ministério da Educação.
- DGE, MEC. Disponível em: <http://dge.mec.pt/autonomia-e-flexibilidade-curricular> [consultado pela última vez em 23/04/2018].
- DGE, MEC. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/teip>, [consultado pela última vez em 23/04/2018].
- Dutra, C. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Inclusão Revista Educação Especial, Vol.1, (29-30)
- Fernandes, D. (2004). *O papel dos professores no desenvolvimento da avaliação para as aprendizagens*. SAPIENS - Centro de formação e pesquisa. (36 - 40).
- Ferreira, G. (2009). *Os professores como transformadores da escola*. Dissertação mestrado, Faculdade de educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Filho, N. B. (2008). *Entrevista ao Ministro da Educação Fernando Haddad*. Inclusão Revista Educação Especial, Vol.1, (4-6).
- Gomes, M. P. et al. (2010). *O uso de metodologias ativas no ensino de graduação nas ciências sociais e da saúde - avaliação dos estudantes*. Ciênc. educ. (Bauru) vol.16, 1Bauru.

- Lopes, M. (2011). *Atitude dos professores do 1.º e 2.º Ciclo face à inclusão de crianças com dislexia no ensino regular* [Tese de Mestrado], Lisboa: Escola Superior de Educação Almeida Garrett – Departamento de Ciências da Educação.
- Lüdke, M. & André, M. (1986). *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária.
- Pacheco, J. (2002). *CrITÉrios de avaliação na escola*. In Abrantes, P. & Araújo, F. (coord.) *Avaliação das Aprendizagens – Das concepções às práticas* (55-64). Departamento da Educação Básica. Lisboa: Ministério da Educação.
- Peralta, M. H. (2002). *Como avaliar competência(s)? Algumas considerações*. In Abrantes, P. & Araújo, F. (coord.) *Avaliação das Aprendizagens – Das concepções às práticas* (24-34) Departamento da Educação Básica. Lisboa: Ministério da Educação.
- Pereira, F. (2008). *Educação Especial. Manual de Apoio à Prática*. Mem Martins, Portugal: Editorial Ministério da Educação.
- Perrenoud, P. (2000). *Dez Novas Competências para Ensinar*. São Paulo: Artmed.
- Ponte, J. (1994). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação Matemática*. *Quadrante*, 3(1).
- Reis, C. S., & Neves, F. S. (2011). *Livro de Atas do XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda.
- Rosado, A. & Silva, C. (1999). *Conceitos básicos sobre avaliação das aprendizagens*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267206009>. [consultado pela última vez em 10/04/2017].
- Rubin, H. J., e Rubin, I. S. (2005). *Qualitative interviewing: The art of hearing data* (2nd Edition). Thousand Oaks: Sage Publications.

- Serpa, M. S. D. (2010). *Compreender a Avaliação–Fundamentos para Práticas Educativas*. Lisboa: Colibri
- Silva, A.& Fossá, I. (2005) *Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos*. Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 Vol.17. No 1. Disponível em <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403> [consultado em 22/05/2018]
- Stubbs, S. (2008). *Educação Inclusiva, onde existem poucos recursos*. Oslo: Ingrid Lewis.
- Tavares, *et al.* (1995). Ativação do Desenvolvimento Psicológico nos Sistemas de Formação. *Autoavaliação e clima democrático*. (200-216) Aveiro: Centro Investigação, Difusão e Intervenção Educacional, CIDInE.
- UNESCO (2005). *Orientações para a Inclusão: Garantindo o Acesso à Educação para Todos*. França: UNESCO.
- Villela, T. C., Lopes, S. C., & Guerreiro, E. M. (2013). Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/desafios>. Obtido de BengalaLegal.
- Wertheimer, A. (1997). *Educação Inclusiva, Um enquadramento da ação para a mudança*. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education.

Índice de Apêndices

Apêndice I – 1. Consentimento Informado- alunos	59
Apêndice I – 2. Consentimento Informado – professores	61
Apêndice II – 1. Guião da 1. ^a entrevista	63
Apêndice II – 2. Guião da 2. ^a entrevista	66
Apêndice III – Exemplo de organização dos dados	67
Apêndice IV – 1. Relatório de registo da entrevista com a Alice	71
Apêndice IV – 2. Relatório de registo da entrevista com a Ana	75
Apêndice IV – 6. Relatório de registo da entrevista com a Carolina ..	78
Apêndice IV – 4. Relatório de registo da entrevista com a Isabel	81
Apêndice IV – 5. Relatório de registo da entrevista com o Luís	84
Apêndice IV – 6. Relatório de registo da entrevista com o Nuno	86
Apêndice V – 1. Categorização dos dados das entrevistas	88
Apêndice V – 2. Categorização dos dados dos alunos das entrevistas	108

Apêndice I – 1. Consentimento Informado- alunos
CONSENTIMENTO INFORMADO

Maria Teresa Roque, na qualidade de aluna do Mestrado em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, encontra-se a desenvolver um projeto no âmbito da “Avaliação de alunos com currículo específico individual (CEI) – Práticas pedagógicas no 2.º ciclo do ensino básico”, sob a orientação do Professor Doutor António Guerreiro.

Assim, a supracita mestranda vem junto de V. Ex^a solicitar a sua colaboração e a autorização para recolha e tratamento de informação relativa ao seu educando, através de consulta do seu CEI e de outros documentos constantes no seu processo individual, bem como de elementos concretos de instrumentos de avaliação que os professores utilizam.

Todos os dados recolhidos serão, única e exclusivamente, para fins investigacionais, conforme consentimento informado e respeitarão os princípios éticos, a confidencialidade e, será sempre assegurado o anonimato dos dados recolhidos, bem como o não registo de dados de identificação.

Agradecendo desde já a sua colaboração

Maria Teresa Roque,

professora no [REDACTED]
contacto telefónico [REDACTED]
email: [REDACTED]

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que alguma coisa está incorreta ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas. Desta forma, AUTORIZO a consulta dos referidos documentos e a utilização dos dados, de forma voluntária, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Nome:

Data: _____ / _____ /2018

Assinatura: _____

—

ESTE DOCUMENTO É COMPOSTO DE 2 PÁGINAS

Apêndice I – 2. Consentimento Informado – professores
CONSENTIMENTO INFORMADO

Maria Teresa Roque, na qualidade de aluna do Mestrado em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, encontra-se a desenvolver um projeto no âmbito da “Avaliação de alunos com currículo específico individual (CEI) – Práticas pedagógicas no 2.º ciclo do ensino básico”, sob a orientação do Professor Doutor António Guerreiro.

O estudo utilizará como instrumento de recolha de informação entrevistas semiestruturadas gravadas, baseadas em guiões que se apresentarão antecipadamente aos participantes, em conversas informais e na análise de documentos (exemplo: elementos concretos de instrumentos de avaliação que os professores utilizam).

Todos os dados recolhidos serão, única e exclusivamente, para fins investigacionais, conforme consentimento informado e respeitarão os princípios éticos, a confidencialidade e, será sempre assegurado o anonimato dos dados recolhidos, bem como o não registo de dados de identificação e a destruição das gravações (audio) num prazo de 5 anos.

Agradecendo desde já a sua colaboração

Maria Teresa Roque,

professora no [REDACTED]
contacto telefónico: [REDACTED]
email: [REDACTED]

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que alguma coisa está incorreta ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela investigadora que acima assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo, autorizando a gravação da entrevista em formato áudio e a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Nome:

Data: _____ / _____ /2017

Assinatura:

—

ESTE DOCUMENTO É COMPOSTO DE 2 PÁGINAS

Apêndice II – 1. Guião da 1.^a entrevista

Guião da 1.^a entrevista

Trabalho de investigação – Avaliação de alunos com currículo específico individual (CEI) – Práticas pedagógicas no 2.º ciclo do ensino básico.

Finalidade: Reflexão sobre a importância de encontrar estratégias que facilitem as aprendizagens de crianças com necessidades educativas especiais (NEE), em especial de alunos CEI.

Objetivos gerais: Compreender e identificar o processo de avaliação de alunos CEI e aprofundar o conhecimento sobre as práticas de avaliação de alunos com NEE e como estas permitem adequar estratégias e optar por decisões curriculares promovendo a eficácia da educação especial.

População alvo: Professores do 2.º ciclo do ensino básico com alunos CEI

Instrumento de recolha de informação: entrevistas semiestruturada, baseada no guião que se apresenta em seguida, conversas informais e análise de documentos (exemplo: elementos concretos de instrumentos de avaliação que os professores utilizam)

Procedimentos éticos: Todos os dados recolhidos serão, única e exclusivamente, para fins investigacionais, conforme consentimento informado e respeitarão os princípios éticos, a confidencialidade e, sempre que necessário, será assegurada a anonimização dos dados recolhidos.

Maria Teresa Roque

Docente do 2.º ciclo do ensino básico e investigadora

Temas/ Blocos	Objetivos	Tópicos/Questões
Apresentação do trabalho Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado	Informar sobre as linhas gerais da entrevista Solicitar a sua colaboração, evidenciando a importância do seu contributo Assegurar a confidencialidade das informações prestadas Dados gerais do entrevistado	Informar sobre o tema e os objetivos do trabalho; Solicitar a colaboração do entrevistado, explicitando a sua importância para o estudo em curso; Assegurar o anonimato das opiniões; pedir autorização para gravar a entrevista. Anos de serviço? Em que ciclos? Já tinha tido em anos anteriores alunos com CEI? Considera que tem experiência em ensinar/avaliar alunos com CEI? De quantos anos?
Conceito de avaliação	Compreender as perceções dos professores sobre o processo de avaliação.	O que é para si avaliação? Existem diferentes processos de avaliação? Como os caracteriza?
Elementos que	Compreender a forma	Para si que elementos

constituem o processo de avaliação	como os professores veem o processo de avaliação dos alunos CEI	constituem o processo de avaliação? E dos alunos CEI? Dê exemplos. Considera importante a autoavaliação? Promove reflexões desenvolvendo o sentido crítico? Questiona os alunos promovendo a avaliação para as aprendizagens? Dê exemplos.
Instrumentos de avaliação utilizados	Identificar quais os instrumentos utilizados pelos professores no processo de avaliação das aprendizagens. Como e quando os utiliza. Identificar como os professores recolhem a informação	Que instrumentos utiliza na avaliação dos alunos do ensino regular? E para os alunos CEI? Em que momentos utiliza e como os utiliza? Pode dar exemplos? Utiliza os mesmos instrumentos de avaliação para todos os alunos CEI? Dê exemplos. Que elementos de recolha de informação utiliza? Pode dar exemplos.
Função da avaliação nas aprendizagens dos alunos	Recolher informação sobre a função da avaliação no processo de aprendizagens dos alunos CEI	Na sua opinião, quais são as funções da avaliação das aprendizagens dos alunos CEI para o professor? E para o aluno?
Efeitos da avaliação nas aprendizagens dos alunos	Compreender as perceções dos professores sobre os efeitos da avaliação das aprendizagens dos alunos CEI	Qual a influência da avaliação no processo de aprendizagens destes alunos? A avaliação tem efeitos no currículo destes alunos? Em que termos?
Inclusão dos alunos CEI na escola e na turma	Compreender as perceções dos professores sobre a inclusão dos alunos CEI na escola e na turma.	Na sua opinião considera a inclusão destes alunos na escola uma mais valia para as aprendizagens? E na turma? Em que termos? A permanência destes alunos na sala de aula em todas as disciplinas é vantajosa para eles? E para os restantes alunos?
Participação da instituição escola/departamento de educação especial	Compreender o apoio dado aos professores pela instituição e pelo departamento de educação especial	Tem apoio da escola e do departamento de educação especial nesta temática? Em que situações? Como se processa?
Agradecimentos e	Agradecimento e	Quer referir alguma coisa que

conclusão da entrevista	reforço da importância do contributo para o trabalho em causa	considere importante e que não tenha referido antes? Em síntese o que pensa da avaliação das aprendizagens dos alunos CEI? Agradecer e reforçar da importância do contributo para o trabalho em causa
-------------------------	---	--

Apêndice II – 2. Guião da 2.^a entrevista

Guião da 2.^a entrevista

Trabalho de investigação – Avaliação de alunos com currículo específico individual (CEI) – Práticas pedagógicas no 2.º ciclo do ensino básico.

Finalidade: Reflexão sobre a importância de encontrar estratégias que facilitem as aprendizagens de crianças com necessidades educativas especiais (NEE), em especial de alunos CEI.

Objetivos gerais: Compreender e identificar o processo de avaliação de alunos CEI e aprofundar o conhecimento sobre as práticas de avaliação de alunos com NEE e como estas permitem adequar estratégias e optar por decisões curriculares promovendo a eficácia da educação especial.

População alvo: Professores do 2.º ciclo do ensino básico com alunos CEI

Instrumento de recolha de informação: entrevistas semiestruturada, baseada no guião que se apresenta em seguida, conversas informais e análise de documentos (exemplo: elementos concretos de instrumentos de avaliação que os professores utilizam)

Procedimentos éticos: Todos os dados recolhidos serão, única e exclusivamente, para fins investigacionais, conforme consentimento informado e respeitarão os princípios éticos, a confidencialidade e, sempre que necessário, será assegurada a anonimização dos dados recolhidos.

Maria Teresa Roque

Docente do 2.º ciclo do ensino básico e investigadora

Temas/ Blocos	Objetivos	Tópicos/Questões
	Informar sobre as linhas gerais da entrevista	Relembrar resumidamente o tema e os objetivos do trabalho.
Mudanças do processo de avaliação	Identificar possíveis mudanças ao inicialmente predefinido Compreender a perceção dos professores ao tomar decisões de mudanças	Em relação aos alunos CEI Durante este ano letivo fez alguma alteração ao inicialmente planificado? Como por exemplo, se alterou o tipo de instrumentos de avaliação, estratégias, critérios de avaliação utilizados? Se modificou, qual foi a sua intenção? Se não modificou, faria novamente tudo igual para outros alunos. Poderia disponibilizar-me um, dois ou três desses instrumentos que tenha aplicado e ache representativos do que utilizou neste ano letivo com estes alunos.
Agradecimentos e conclusão da entrevista	Agradecimento e reforço da importância do contributo para o trabalho em causa	Em síntese, e em termos de reflexão final o que nos pode dizer? Agradecer e reforçar da importância do contributo para o trabalho em causa

Apêndice III – Exemplo de organização dos dados
Organizador de dados
Entrevista

Intervenientes:	Investigadora: Maria Teresa Roque Professora: Alice
Data:	6/12
Gravação:	Áudio
Assunto:	Entrevista

Tempo	Assunto/ Temática	Comentários	Questão de pesquisa	Categoria
0:16	Formação inicial	Professor do ensino básico variante em Português/Inglês do 2.º ciclo	Anos de serviço? Em que ciclos? Já tinha tido em anos anteriores alunos com CEI? Considera que tem experiência em ensinar/avaliar alunos com CEI? De quantos anos?	Preparação para a docência de alunos com CEI
0:30	Dados pessoais	16 anos de serviço		
0:39	Formação continua	Formação em dislexia-Formas de trabalhar com alunos disléxicos. Tem outras formações, mas não na área de Ed. Esp		
		Trabalha diariamente com alunos com NEE, mas formação mais específica não tem		
0:58	Disciplinas que leciona	Leciona português e cidadania e desenvolvimento nesta turma		
1: 14	Experiência em trabalhar com alunos CEI	Tem alunos com CEI praticamente todos os anos e considera ter experiência		
1:26	Tipos de avaliação	Para a professora a avaliação tem “Duas vertentes, a vertente formal e a vertente informal”. Explica referindo que a formal avalia conteúdos específicos e a informal pequenas aprendizagens que se adquirem diariamente e que conseguem aplicar no dia a dia (saber estar)	O que é para si avaliação? Existem diferentes processos de avaliação? Como os caracteriza? Para si que elementos constituem o processo de avaliação?	Conceito de avaliação / elementos que a constituem
2:14		Refere como avalia os alunos no Português (domínio oral e escrito, compreensão e produção oral e escrita) Faz avaliação formativa e		

		sumativa e considera mais importante a formativa, dá exemplo. Refere ser mais importante a avaliação no decorrer das aulas		
3:23	Avaliação de alunos com CEI	Não faz avaliação igual, “o trabalho é muito diferente”, dá exemplo (o aluno CEI “dependendo das suas dificuldades faz interpretação de pequenas frases ou associa frases a imagens”, numa 1ª fase. Na 2ª fase “construir pequenas frases com as palavras que aprendeu” e “aos poucos ir aumentando o grau de dificuldade”	E dos alunos CEI? Dê exemplos. Considera importante a autoavaliação? Promove reflexões desenvolvendo o sentido crítico? Questiona os alunos	Avaliação de alunos com CEI
4:30	Autoavaliação Reflexão	Menciona ser difícil para estes alunos uma vez que “não têm noção do que é suposto atingirem e se de facto atingiram” Menciona não conseguir dar o apoio necessário para que os alunos façam uma reflexão sobre o que fizeram Alunos estão incluídos numa turma que requer também muita atenção	promovendo a avaliação para as aprendizagens? Dê exemplos.	Avaliação de alunos com CEI
5:42	Instrumentos de avaliação	Não utiliza os mesmos instrumentos de avaliação. Para os alunos com CEI utiliza pequenas fichas e repete-as para verificar se os alunos adquiriram esses conhecimentos Utiliza instrumentos diferentes para cada um e dá exemplos Utiliza fichas criadas por ela ou retira de manuais do 1.º ciclo	Que instrumentos utiliza na avaliação dos alunos do ensino regular? E para os alunos CEI? Em que momentos utiliza e como os utiliza? Pode dar exemplos? Utiliza os mesmos instrumentos de avaliação para todos os alunos CEI? Dê exemplos. Que elementos de recolha de informação utiliza? Pode dar exemplos.	Instrumentos que utilizam

7:36	Objetivo da avaliação	Explica qual o objetivo para cada aluno, fala de evolução e dá exemplos para o Pedro (mais vocabulário e reproduzir em escrita o que pensa)	Qual o objetivo da avaliação para os alunos com CEI?	Avaliação de alunos com CEI
8:12	Função das aprendizagens	Verificar se existiu evolução das aprendizagens e se não houver, “arranjar um outro caminho” “Os alunos não conseguem ter noção do impacto da avaliação”	Na sua opinião, quais são as funções da avaliação das aprendizagens dos alunos CEI para o professor? E para o aluno?	Função da avaliação/efeitos da avaliação
9:30	Crítérios	Estipulou sozinha e esclareceu-os dando exemplos Preocupação em ensinar o essencial para uma vida futura		
10:47	Caracter social na avaliação	O empenho e a participação, dá exemplos e faz referência aos alunos	Que parâmetros constituem a avaliação?	Avaliação de alunos com CEI
11:31	Influência da avaliação no currículo dos alunos com CEI	Acha que a avaliação não influência o currículo dos alunos com CEI Dá opinião sobre o sistema relativamente a estes alunos “Não é influente porque não é funcional” “Nós temos alunos integrado e concordo com a inclusão” “não têm ninguém ao lado deles que os ajudem a desenvolver o trabalho” “o tempo que conseguimos dedicar a eles é muito pouco” Refere que utiliza a avaliação para as aprendizagens “vamos andando pela sala e vamos dizendo olha faz assim, não faças assim”,	Qual a influência da avaliação no processo de aprendizagens destes alunos? A avaliação tem efeitos no currículo destes alunos? Em que termos?	Função da avaliação/efeitos da avaliação
13:30	Vantagens da inclusão	“Seria vantagem se tivessem alguém ao lado deles” para ajudar e trabalhar Menciona ser vantajoso se for disciplina prática Refere que os alunos estão bem incluídos, mas o trabalho que fazem é completamente diferente “a verdadeira inclusão, para mim é tentar que estes alunos acompanhem os restantes”	Na sua opinião considera a inclusão destes alunos na escola uma mais valia para as aprendizagens? E na turma? Em que termos? A permanência destes alunos na sala de aula em	Vantagens e desvantagens da escola inclusiva

			todas as disciplinas é vantajosa para eles? E para os restantes alunos?	
15:45	Apoio do departamento de Ed. Especial	Recebeu informações sobre cada um dos alunos Não recebe qualquer tipo de apoio relativamente à elaboração do CEI	Tem apoio da escola e do departamento de educação especial nesta temática? Em que situações? Como se processa?	Apoios recebidos
18:30	Síntese e/ou Reflexão final	Considera importante o apoio aos alunos com NEE dentro da sala de aula, tanto aos que têm apoio indireto como aos que têm apoio direto, fala dando sugestões, exemplo: apoio pedagógico acrescido aos alunos “os de apoio indireto andam à deriva” “Necessitam de reforço, lá está o tal apoio pedagógico acrescido”	Quer referir alguma coisa que considere importante e que não tenha referido antes? Em síntese o que pensa da avaliação das aprendizagens dos alunos CEI?	Sugestões
21:34	Agradecimentos	Agradecimentos e pedido de disponibilidade para futuras entrevistas, bem como autorização para verificar as fichas que os alunos realizam		

Relatório das entrevistas com a Alice

A - Dados genéricos

Professora do ensino básico variante em Português/Inglês do 2.º ciclo, tem 16 anos de serviço e leciona Português e Cidadania e Desenvolvimento nesta turma. Fez formação em dislexia-formas de trabalhar com alunos disléxicos, tem outras formações, mas não na área de Educação Especial. Considera ter experiência, uma vez que tem alunos com CEI praticamente todos os anos trabalhando diariamente com eles, mas formação mais específica não tem.

Para a professora Alice a avaliação tem “duas vertentes, a vertente formal e a vertente informal”. Explica referindo que a formal avalia conteúdos específicos e a informal pequenas aprendizagens que se adquirem diariamente e que conseguem aplicar no dia a dia (saber estar). Refere como avalia os alunos no Português, nomeadamente o domínio oral e escrito, compreensão e produção oral e escrita.

Faz avaliação formativa e sumativa e considera mais importante a formativa, dá exemplos. Refere ser mais importante a avaliação no decorrer das aulas.

Relativamente à avaliação de alunos com CEI menciona não fazer igual, “o trabalho é muito diferente”, dá exemplos (o aluno CEI “dependendo das suas dificuldades faz interpretação de pequenas frases ou associa frases a imagens”, numa 1ª fase. Numa 2ª fase “construir pequenas frases com as palavras que aprendeu” e “aos poucos ir aumentando o grau de dificuldade”. Menciona ser difícil para estes alunos efetuar uma autoavaliação/reflexão uma vez que “não têm noção do que é suposto atingirem e se de facto atingiram”.

Menciona não conseguir dar o apoio necessário para que os alunos façam uma reflexão sobre o que fizeram. Refere que estes alunos estão incluídos numa turma, que requer também muita atenção.

Não utiliza os mesmos instrumentos de avaliação. Para os alunos com CEI utiliza pequenas fichas e repete-as para verificar se os alunos adquiriram esses conhecimentos. Utiliza instrumentos diferentes para cada um e dá exemplos e afirma que estas são criadas por ela ou retira de manuais do 1.º ciclo.

Explica qual o objetivo da avaliação para cada aluno, fala de evolução e dá exemplos para o Pedro (mais vocabulário e reproduzir em escrita o que pensa).

Menciona que a função das aprendizagens é verificar se existiu evolução das

aprendizagens e se não houver “arranjar um outro caminho”, “os alunos não conseguem ter noção do impacto da avaliação”. O critério de avaliação para esses alunos estipulou sozinha, esclareceu-os dando exemplos.

Mostrou preocupação em ensinar o essencial para uma vida futura.

Faz referência ao carácter social na avaliação, o empenho e a participação, dá exemplos e faz referência aos alunos. Relativamente, à influência da avaliação no currículo dos alunos com CEI, acha que a avaliação não influencia o currículo dos alunos com CEI. Dá opinião sobre o sistema relativamente a estes alunos “não é influente porque não é funcional”, “nós temos alunos integrado e concordo com a inclusão”, “não têm ninguém ao lado deles que os ajudem a desenvolver o trabalho”, “o tempo que conseguimos dedicar a eles é muito pouco”. Refere que utiliza a avaliação para as aprendizagens “vamos andando pela sala e vamos dizendo olha faz assim, não faças assim”.

Quanto às vantagens da inclusão, a Alice afirma que “seria vantagem se tivessem alguém ao lado deles” para ajudar e trabalhar. Menciona ser vantajoso se for disciplina prática. Refere que os alunos estão bem incluídos, mas o trabalho que fazem é completamente diferente “a verdadeira inclusão, para mim é tentar que estes alunos acompanhem os restantes”.

Em relação ao apoio do departamento de Educação Especial, afirma ter recebido informações sobre cada um dos alunos e não recebeu qualquer tipo de apoio relativamente à elaboração do CEI.

Como Síntese e/ou Reflexão final, considera importante o apoio aos alunos com NEE dentro da sala de aula, tanto aos que têm apoio indireto como aos que têm apoio direto, fala dando sugestões, exemplo: apoio pedagógico acrescido aos alunos, “os de apoio indireto andam à deriva”, “necessitam de reforço, lá está o tal apoio pedagógico acrescido”.

A Alice refere na 2.º entrevista que foram alteradas tanto as estratégias como atividades, tendo em conta as dificuldades dos alunos “quando conhecemos os alunos melhor verificou-se ser necessário”, atividades diferentes para cada um, dá exemplos. As alterações foram executadas com o intuito dos “alunos realizei algumas aulas, que é difícil com uma turma de 20 alunos dar o apoio adequado desta forma diferenciada”.

“Para ser sincera não” afirma a Alice relativamente à questão sobre os efeitos da avaliação e explica exemplificando: dá uma ficha aos alunos CEI, explica, orienta,

mas depois tem a restante turma a quem tem de dar a aula, pontualmente verifica se os alunos estão a realizar, mas afirma ser “muito difícil operacionalizar esta diferenciação em sala de aula”.

Menciona ser necessário alguém para dar apoio aos alunos na execução das tarefas. Menciona ser difícil aplicar uma educação inclusiva por ter de aplicar 4 ou 5 pedagogias diferentes, e identifica-os (os de currículo normal, os de necessidades específicas sem serem com NEE, os com NEE e os com CEI, afirma implicar uma grande gestão e recursos, sendo o professor um só para dar resposta a todas estas situações, “é muito difícil dar o acompanhamento efetivo e eficaz na sala de aula para todas estas situações” e “obviamente alguma coisa vai falhar aqui no meio”. A preparação dos materiais didáticos para estas situações requer tempo.

A professora Alice não tem conhecimento das atividades que são realizadas em Educação Especial e realiza as suas próprias fichas. Fala de falta de articulação entre Educação Especial e as diferentes disciplinas e da falta de continuidade nas atividades, menciona que cada um dos professores trabalha para si.

Os alunos com CEI não seguem os mesmos conteúdos que a restante turma, pois não conseguem explorar um texto, só quando a atividade é visual (filme) e passa pela interpretação é que conseguem participar.

Considera importante “fazer-se estas análises para ver como as coisas correm e podem melhorar”.

A Alice sugere que os professores de Educação Especial deem *feedback* do que estão a desenvolver com estes alunos nas diferentes disciplinas.

Afirma que a professora de Educação Especial dá dados muitos gerais.

Por último, afirma existir uma grande diferença do 1.º e o 2.º ciclo, uma vez que no 2.º ciclo não têm acompanhamento na sala de aula.

B - Dados dos alunos

O João “não sabe ler nem escrever”. O Pedro “sabe, mas nem sempre quer executar as tarefas”.

Para o João, a Alice propõe “atividades mais visuais, imagens” para o Pedro “pequenos textos com produção de resposta”.

Refere que o João está ao nível do 1.º ano (só sabe escrever o seu nome) e Pedro ao nível do 2.º ano.

Fala numa certa autonomia, no entanto será sempre necessário a supervisão/

acompanhamento da professora principalmente para o João.

Fala do caso do Pedro por ser diretora de turma e menciona ter tido reuniões com o pai para dar a conhecer situações que o Pedro criava, incluindo a recusa em trabalhar e nas relações com os colegas, refere que estas situações foram piorando durante o ano letivo.

Menciona que ambos necessitam de acompanhamento sistemático, e explica “se forem deixados sozinhos deixam de fazer o trabalho”, “reflexo do 1.º ciclo estão habituados a trabalhar sempre com alguém ao lado deles, (...) chegam aqui não têm”, “é obvio, não tenho ninguém ao pé de mim não faço (pensamento do Pedro)”.

Relatório das entrevistas à professora Ana

A – Dados genéricos

A professora Ana leciona nesta turma Matemática e Ciências Naturais, tem 22 anos serviço, é licenciada em Educação - Matemática e Ciências Naturais e leciona normalmente o 5.º e 6.º anos de escolaridade. Fez formação contínua nas áreas que leciona e em temas gerais como a Indisciplina, mas não na área de Educação Especial.

Considera não ter experiência em trabalhar com alunos com CEI, afirma “vou-me desenrascando”, embora já tivesse alunos com CEI em anos anteriores. Lembra-se de um que teve já a alguns anos atrás a Ciências Naturais, mas estava acompanhada na sala de aula. Menciona que hoje já não tem esse apoio e faz diferença. Utiliza a avaliação diagnóstica no início do ano para conhecer os alunos e como trabalha com os alunos CEI por tarefas, conclui que faz um pouco de diagnóstico todo o ano por não saber o que os alunos já sabem.

Afirma que os professores de Educação Especial dão informações gerais, exemplo: “o aluno não sabe ler nem escrever e agora?” questiona. Não consulta os PEI dos alunos.

Explica como trabalha falando do instrumento de avaliação (caderno diário com tarefas que ela própria escreve, utilizando cores diferentes para se entender melhor) e do tipo de avaliação que faz (avaliação para as aprendizagens).

Fala da falta de autonomia e como avalia os alunos com CEI (“faz ou não faz” e comportamento).

Crítérios de avaliação foram decididos pela professora dá exemplos: não avalia a parte cognitiva, não faz teste, o caderno é organizado pela professora, faz fichas de trabalho Matemática e algumas a Ciências Naturais.

Esclarece que no 2.º período não irá fazer, menciona ser a forma de dar positiva ao Pedro, porque não consegue acompanhar devido à falta de apoio dentro da sala de aula, por ser à base de leitura. “A Matemática ainda se consegue fazer através de bonecos, mas a Ciências Naturais não”.

Avaliação para as aprendizagens esclarece que não consegue por não ter tempo, no entanto faz quando está ao pé dos alunos ou quando faz questões orais (atividade que faz para a turma toda) Diz não ter momentos de reflexão, mas dá

exemplos de como e quando o faz. Faz referência a que as reflexões são rápidas e diretas para que os alunos a entendam.

Trabalha com esses alunos os conteúdos que a turma trabalha, dá exemplos: “quando estamos a trabalhar a geometria todos trabalham a geometria, se for números, o João e o Pedro também trabalham números”.

Faz avaliação contínua e essencialmente formativa. Refere que a avaliação não tem função nenhuma para estes alunos “os alunos não ganham nada”, “estão completamente sós”, ganham sim quando está acompanhada com uma colega.

Refere que é importante alguém os acompanhar dentro da sala de aula “isto é que é integrar” refere não existir inclusão.

Menciona que fez alterações ao currículo destes alunos, mas não vai alterar os “papéis” “ninguém lê os papéis” e para ela “os papéis não me dizem nada” é “mais importante o trabalho com os alunos”.

Não vê inclusão, vê “marginalização destes alunos”. Refere novamente que “estes alunos devem de estar dentro da sala de aula, mas devidamente acompanhados” para ser inclusão. Dá exemplos.

Relativamente ao apoio dado pelo departamento de Educação Especial, a professora Ana afirma que “a professora de Educação Especial ajuda ficando com eles num tempo ou dois em vez de irem para a biblioteca”. Relativamente à preparação dos materiais didáticos não, nem para a elaboração do CEI “mandam-me uns papeis”, “as informações que nos dão são gerais e não ajudam ao nível dos conteúdos”.

Como reflexão final da 1ª entrevista, a Ana dá a sua opinião sobre inclusão, faz referência à importância do acompanhamento dentro da sala de aula e diz “estes alunos não vão evoluir” se o sistema continuar assim, “isto incomoda-me”, “vaihles ser exigido determinadas coisas que deveriam aprender na escola” dá exemplos: autonomia, escrever, lutar para ultrapassar as dificuldades, “sempre tive os professores de Educação Especial dentro da sala de aula à exceção de alguns anos para cá (...) a qualidade diminuiu” refere algumas justificações “poucos professores (de Educação Especial) para tantos alunos”.

A Ana fez alterações ao inicialmente planificado, mas afirma “Não, no papel não, mas nas estratégias sim, no 3.ºP incidiu só na oralidade”.

Esclarece que os alunos com CEI seguem sempre a turma, dentro do possível, dão os mesmos conteúdos, isto em Ciências Naturais, a Matemática nem sempre se

consegue, dá exemplo, “as frações! não dá”, mas existem conteúdos que foram os mesmos, exemplo, números naturais.

Refere a mudança de estratégia no 3.º período, para os dois alunos, antes fazia tarefas e atividades no caderno diário e corrigia e agora tanto a Matemática como a Ciências Naturais avalia oralmente. “gastei horas e horas a fazer fichas, a pesquisar fichas, a adaptar fichas”, “achei o meu trabalho inglório, deixei de fazer”, como mudou as estratégias mudou a maneira de avaliar, passou a incidir mais no comportamento, na oralidade. Atingiu assim o objetivo “ter positiva”. Refere a falta de apoio dentro da sala de aula. Menciona que a professora de Educação Especial deve notar diferenças, ela não. Por último, refere que “isto não é inclusão, para mim”, “este tipo de inclusão incomoda-me”.

B - Dados alunos

Para o Pedro conseguir ter positiva, a professora refere que o aluno não realiza as atividades que ela propõe e “assim na oralidade sempre se consegue salvar”.

Mas refere que os alunos não aprenderam nada, tiveram uma evolução nula. Fala que o João no 1.º e 2.º período deve ter tido uma pequena evolução, mas continua sem saber ler.

Fala da recusa em trabalhar do Pedro. Dá exemplos, “quando ele quer consegue” em Ciências Naturais leu um texto na perfeição. No entanto, quando a professora da turma não consegue apoiá-lo de perto ele recusa-se a trabalhar.

Relatório das entrevistas à professora Carolina

A – Dados Genéricos

A professora Carolina tem 25 anos de serviço, é licenciatura em História e efetuou a profissionalização em serviço em História e Geografia de Portugal e Português no 2.º ciclo. Não fez formação na área de Educação Especial e leciona História e Geografia de Portugal ao 5.º e 6.º ano, mas nos 1.º anos da carreira ensinou Geografia. Educa alunos com CEI todos os anos (desde há 9 anos), considera ter experiência a lecionar e como diretora de turma em contato com os EE.

Utiliza avaliação continua “a avaliação para mim é desde o 1.º dia de aulas até ao último” e menciona contabilizar tudo o que é feito, dando exemplo do empenho. Menciona que a avaliação serve para se perceber quais as dificuldades dos alunos, não para dar uma classificação quantitativa. “A avaliação de testes para mim não é o fundamental”, e afirma ser conhecida pela professora que manda passar a pergunta e fazer as respostas.

Quanto à avaliação diagnóstica menciona ter sido decidido em grupo disciplinar, fazer às turmas novas e aos 5.ºs anos. Explica como o diagnóstico é importante para a disciplina e serve como ponto de partida.

Exemplifica com um conteúdo (da contagem de séculos e numeração romana) a dificuldade em avaliar. Não consegue dar o apoio necessário, acredita se tivesse sentada ao lado dos alunos conseguiria, mas assim não.

Como instrumentos de avaliação utilizados fala de um trabalho em articulação com a Educação Especial, para apresentar aos colegas, “em história é difícil são os conceitos de espaço, tempo que não entra”. Participam nas aulas em que a atividade é visual (apresentação de vídeos, animações) gostam e mostram entusiasmo. No resto é difícil “não lhes diz nada”.

Faz a sugestão do trabalho desenvolvido em Educação Especial fosse continuado nas aulas. Foi questionado se fez a proposta a Educação Especial pelo que mencionou fazer todos os anos e obter sempre recusa.

Avalia os pequenos trabalhos que os alunos fazem, e nos trabalhos de pesquisa sempre com o apoio de Educação Especial. Menciona que a História tem de pedir muito, a colaboração do professor de Educação Especial. Dá exemplos “(...) para o Espreitar a Escola eles gostam de fazer as maquetazinhas que fazem com o

professor de Educação Especial e vamos trabalhando assim”, “se não for com o apoio deles é muito, muito complicado”. Fala dos conteúdos fáceis de trabalhar (dá o exemplo do 5.º ano nos mapas) e nos conteúdos muito difíceis com vocabulário que “não conseguem lá chegar”.

Relativamente à autoavaliação menciona que os alunos “não têm noção do que estão a fazer, se está bem ou se está mal”. “A socialização entra na avaliação, só o facto de os ter ali já conta”.

Considera que a adaptação à escola, deveria ser diferente, os alunos têm muitas horas de aulas com a turma, “é um choque grande no 5.º ano”, explica que no 1.º ciclo estão sempre com a mesma professora e aqui tem muitos professores e a adaptação deveria ser gradual e não com mudanças “professor para aqui professor para ali”, “entra numa saí noutra”.

Como instrumentos de avaliação utiliza pequenas pesquisas, pequenos trabalhos, o pouco que eles fazem e o que observo. Os critérios de avaliação não foram definidos em grupo disciplinar. Foram pensados pela Carolina, baseados no interesse e empenho dos alunos. A História tem conceitos muito abstratos e preferia ajudar e trabalhar mais no Português do que na História.

Fala da falta de noção dos alunos do que é ser avaliado, mas afirma que a avaliação tem influência no currículo dos alunos “tem influência, mas muitas vezes o currículo não é alterado” menciona que se faz no início do ano, mas depois não se altera. “Não sei até que ponto os colegas de Educação Especial deveriam ser mais rígidos”. Menciona que não existe supervisão e que muitas vezes o currículo não é alterado, “ninguém verifica a prática”, “deveria de haver um acompanhamento melhor por parte da Educação Especial” de forma a seguirem o planificado e não, sugere que deveria de haver ajuda “não dá, vamos tentar de outra forma” ou seja solicitar estratégias novas para conseguir obter sucesso.

O departamento de Educação Especial não dá o apoio necessário. Menciona que se limita a apresentar papeis e a verificar se estão feitos e arrumados no sitio certo, verifica se a avaliação está feita bem como a síntese “ninguém avalia o que está feito”, questiona a atuação dos professores de Educação Especial “ele consegue fazer nesta disciplina e naquela não”. Torna a referir a falta de supervisão para benéfico do aluno e dos professores “porque se sentiam mais apoiados” e poderiam trocar ideias de estratégias. Não teve apoio na elaboração das fichas “cada um, caminha como quer”.

Inclusão vantagens considera que depende do caso “alguns sim”. A permanência destes alunos em todas as disciplinas acha demais e para ela só deveriam ter aulas só de manhã, nota-se um cansaço já às 5.ºfeiras.

Em síntese, menciona que na sua opinião deveria de haver uma estrutura diferente e mais tempo “para que o trabalho fosse melhor”. Fala sobre a subcarga dos professores e do elevado nº de alunos com NEE por turma, 2, da falta de reuniões com Educação Especial e refere o fato das colegas de Educação Especial só estarem na reunião quando se fala dos alunos com NEE.

Sugere reuniões com Educação Especial no início do ano para delinear estratégias comuns. Torna a referir como DT que a maior preocupação é a organização dos dossiers dos alunos (processo individual do aluno). Não se fala “quanto esta criança evoluiu, o que consegue fazer”. Menciona a falta de colaboração com os EE no sentido de comunicar como o devem ajudar em casa, dando seguimento ao que está a ser feito na escola.

B – Dados dos alunos

Dá exemplos de tarefas que propõe. Afirma que o Pedro executa e o João não (copiar frases) é necessário alterar a tarefa adequar mais aos interesses do João, ou seja desenhar.

A dificuldade em avaliar é grande, principalmente pela recusa de trabalhar do Pedro. Fala do comportamento da turma e da atitude do Pedro em recusa de estar na sala de aula. Refere que neste momento está melhor, já consegue estar na sala, mas ainda não executa as tarefas. “fazia falta eu estar ali, ter tempo para explicar” Fala do Pedro explicando que mudou a sua postura, já consegue estar na sala de aula sem se espreguiçar. Fala da falta de noção dos alunos do que é ser avaliado e refere que o Pedro tem mais noção que o João. ”O Pedro percebe quando está mal feio o João não”. Refere que o Pedro não faz porque não quer, recusa-se a fazer as atividades e que para o João tudo é desenho e não sabe o que está a fazer se bem ou mal. Relativamente ao João e ao Pedro na turma “eles estão bem integrados, mas (...) não os apoiam” menciona os problemas da turma “turma em si é muito conflituosa” e “não os ajudam” menciona que não brincam com eles não os ajudam nos intervalos.

Relatório das entrevistas com a professora Isabel

A – Dados genéricos

A professora Isabel tem 26 anos serviço é formada em Línguas e Literaturas Modernas, com estágio integrado na variante de Português/Inglês. Não tem formação em Educação Especial, só fez na área da formação inicial. Leciona normalmente o Português e por vezes o Inglês ao 2.º e 3.º ciclo, este ano leciona Inglês ao 2.º ciclo.

Considera que não tem experiência em trabalhar com alunos com CEI, uma vez que nunca teve alunos com CEI integrados nas turmas como tem este ano, “a assistirem às minhas aulas a estarem presentes na sala de aula, não”, os alunos não frequentavam as suas disciplinas.

Efetua a avaliação diagnóstica “de forma orientativa” tomando-a como ponto de partida para o trabalho com os alunos, que difere de turma para turma. A avaliação formativa é a que considera mais importante pois permite a classificação.

Relativamente à avaliação dos alunos com CEI, esta professora efetua as mesmas atividades para os dois alunos, e as atitudes estão contempladas “saber estar, o participar, a relação com os colegas”. As fichas que elaborou até ao momento são iguais para os dois, mas coloca a hipótese de alterar (após reflexão) as estratégias quando surgirem dificuldades de resolução.

Refere a falta de autonomia “a autonomia é muito pouca ou zero”, mas “com a minha ajuda conseguem fazer”. Atua de maneira diferente para cada um dos alunos. Refere que existem atividades em que é difícil a participação destes alunos, exemplo teste de *listening*.

Avalia os alunos com CEI de forma continua não sendo os mesmos da restante turma. Tem registos atitudinais e das fichas. A avaliação é muito baseada nas atitudes “no saber estar, na maneira como lida com os colegas, no comportamento”. Considera a autoavaliação muito importante e irá tentar “fazer uma ficha muito simples”, para o efeito.

Utiliza os mesmos critérios de avaliação, os conhecimentos e as atitudes, “mas direcionados para estes meninos”. No seu entender estes alunos conseguem perceber o que têm de melhorar.

Considera que a sua avaliação tem influência no currículo e menciona que com o

conhecimento mais aprofundado dos alunos leva a alterações de estratégias e atividades ,”não é rígido”.

Sobre as vantagens da Inclusão, a Isabel menciona “eu tenho consciência perfeita que há aulas minhas em que eles se aborrecem bastante”, “não consigo estar tão disponível para eles como seria desejável”. Refere ainda que existem alunos integrados nesta turma com casos complicados de gerir. Os alunos em estudo são bem aceites na turma, apesar do comportamento do Pedro em relação aos colegas (geram por vezes conflitos) e que a permanência em todas as disciplinas não é vantajosa para os alunos com CEI. “Existem conteúdos que eles não conseguiram concretizar”, “não ganham nada com isso”, “deveriam sair da sala” em algumas situações.

Não tem apoio por parte da Educação Especial e sentiu dificuldade em construir o currículo destes alunos, afirma que noutras escolas eram os professores de Educação Especial que faziam, mas foi perguntando e como viu o que os alunos conseguiam fazer, fez o documento.

Como reflexão final da 1ª entrevista, afirma que estes alunos com CEI “devem estar integrados na escola”, “devem ter as vivências que os outros alunos têm”, “Ganham sempre” com a inclusão. No entanto, na sua opinião os alunos aborrecem-se “porque o professor não está só para eles”, menciona que necessitam de um apoio diferente, mais permanente e é difícil pois “nós não temos turmas tranquilas”. Sente-se culpada por não conseguir dar o apoio necessário a estes alunos “o sentimento de culpa fica”.

Na 2ª entrevista a Isabel apresentou em 1.º lugar os materiais didáticos que elaborou, separados por temas e com graus de complexidade crescente, sendo que o 1.º é o mais orientado e o último menos orientado. Esclareceu todas as dúvidas da entrevistadora, explicando cada um deles e para quem estavam destinados.

Menciona ter falado com a professora de Português, a Alice para a elaboração das fichas que o levariam a aprender a ler e a escrever. Fala que o Pedro consegue fazer este tipo de fichas, mas o João é mais difícil.

Menciona lecionar a todos os mesmos temas, no entanto faz atividades diferentes para os alunos com CEI, dá exemplos (tema a família, todos aprendem vocabulário (da família nuclear, pai, mãe, irmã, irmão) mas a restante turma aprende mais a gramática, a construir frases e mais vocabulário (tio, primo, etc.)).

Afirma não ter feito alterações ao planificado inicialmente “não mudei, usei

essencialmente aqueles que estavam definidos para eles”, mas faz referência a estratégias que utiliza para conseguir dar o apoio necessário (colaboração e orientação entre pares). Utiliza os recursos que tem na sala de aula e refere que a presença de alguém que conhecem dá mais segurança e proteção e os leva a trabalhar mais.

Faz referência à pouca experiência em trabalhar com alunos com CEI, que normalmente só frequentavam as disciplinas de carácter mais práticas e sendo as restantes disciplinas dadas pela Educação Especial.

Menciona ser difícil trabalhar com estes alunos quando está em momentos de avaliação com a restante turma, dias de teste, apresentações orais. E nunca se lembrou (“e fica envergonhada ou inibida de o fazer”) de solicitar a presença da professora de Educação Especial nestes momentos.

Refere que não faz as fichas (pesquisa em lugares na internet), mas altera de acordo com as necessidades e dificuldades dos alunos. Considera que o balanço final positivo.

B- Dados dos alunos

Verificou que o João tem muito mais dificuldades que o Pedro, “mas também é um menino muito mais disponível”, e que depois de orientado executa as tarefas propostas.

O Pedro é menos autónomo e “surpreendeu-me porque não faz nada sozinho”.

Afirma que a restante turma gosta deles, apesar do comportamento de outro elemento da turma com problemas de indisciplina. Afirma que estes alunos “perderam” por causa disso, pois a aula era muitas vezes interrompida.

Menciona que as atitudes são diferentes e que o Pedro requer muito mais atenção que o João. No entanto, as atividades em conjunto com a turma, o Pedro gosta de realizar, apesar de ficar renitente na participação, por vezes recusa-se a executar (exemplo: ir ao quadro escrever palavras) só participa depois da insistência da professora. O João fica muito contente em realizar este tipo de atividades. Refere ainda e dá como exemplo atividade em que estes alunos participaram e gostam de fazer (ir ao quadro ligar palavras). Quanto às fichas que levariam o João a aprender a ler e a escrever são mais difíceis de executar.

Refere que os alunos não retêm os conhecimentos e que dificilmente irão falar o Inglês, irão sim, conhece algum vocabulário.

Relatório da entrevista ao professor Luís

A - Dados genéricos

O professor Luís tem 8 anos de serviço, sendo a sua formação inicial, Licenciatura em Educação Física. Efetuou uma formação especializada, Pós-graduação em Educação Especial. A disciplina que leciona neste agrupamento é Educação Física no 2.º ciclo.

Considera ter experiência profissional com alunos com CEI, mas não a lecionar Educação Física, este ano é a 1ª vez que tem alunos com CEI, nestas condições. A experiência vem também por ter lecionado no 1.º ciclo alunos com CEI.

Define de avaliação e explica o processo de avaliação na disciplina, diagnóstico e evolução. Esclarece que em departamento estipula-se a escala de situação dos alunos: introdutório, intermédio e avançado.

Utiliza avaliação formativa, dá exemplo: avaliação em jogo para dar maior partido da evolução dos alunos. Faz referência à importância da autoavaliação no fim do período dos alunos com CEI (João e Pedro). Não avalia de forma diferente os alunos com NEE, baixa o nível, ou seja, tem limite inferior dá exemplos.

Faz referência às estratégias que utiliza: cooperação dos colegas (parceria de pares), integração na turma dos alunos João e Pedro.

Relativamente aos instrumentos de avaliação, explica a forma com a qual avalia e que os critérios são os mesmos para todos os alunos, baixa o nível de exigência.

Menciona o objetivo de Educação Física em termos de aprendizagens e o gosto pela disciplina.

Esclarece as funções das aprendizagens, explicando a forma como funciona a disciplina e os seus objetivos. Menciona como estabeleceu os critérios de avaliação para os alunos.

Esclarece que efetuou adaptações curriculares nos conteúdos, mas não fez adaptações no processo de avaliação.

Influência da avaliação nos alunos com CEI, depende dos casos no João e Pedro sim.

Esclarece a sua opinião sobre o efeito da avaliação no currículo, onde menciona que não tem efeitos e explica porquê. Fala sobre a motivação dos alunos pela escola como um dos efeitos nos alunos.

Necessidade de apoio dentro da sala de aula não, fala em termos de melhoria de comportamento para conseguir dar mais apoio aos alunos. Fala sobre as vantagens da turma da inclusão destes alunos e vice-versa.

Fala ainda, sobre o apoio dado à disciplina pelo departamento que afirma não ter nada a acrescentar.

B – Dados dos alunos

O docente menciona as estratégias que utiliza e destaca a cooperação dos colegas (parceria de pares) “faço grupos, mas não os ponho juntos, (...) ficam sempre com colegas com paciência para lhes explicar e fazer com eles os exercícios”.

Promove a integração na turma dos alunos João e Pedro e a motivação dos alunos para a prática da Educação Física, dá reforço positivo “tu consegues, vai” referindo-se a uma situação de jogo.

Relatório da entrevista ao professor Nuno

A – Dados genéricos

O professor Nuno tem 6 anos completos de serviço, mas trabalha desde 2004, A sua formação inicial é Licenciatura em Ensino Básico, variante em Educação Musical. Efetuou uma formação especializada, Pós-graduação em informática em que o trabalho final foi relacionado com Educação Musical.

Considera que tem muita experiência em ensinar alunos com CEI, e menciona o facto de ter de ensinar todos os alunos, não de igual modo, mas tem de os ensinar de forma a terem todos sucesso.

Revela que o seu maior problema é o desconhecimento se os alunos têm CEI, bem como o desconhecimento das suas reais dificuldades na sua área de ensino.

Efetua avaliação diferente aos alunos com NEE, instrumentos de avaliação diferentes, utiliza um grau de exigência menor, dá exemplos (tocar só uma parte da música). Explica, “a avaliação em educação musical tem a parte vocal (canto), a parte rítmica, a parte do instrumento, parte motora (batimentos rítmicos, motricidade fina) e a coordenação (bater com as mãos, ou com os pés). Os alunos por imitação vão repetir o que o professor faz.

Fala sobre avaliação diagnóstica, quando, como faz e a sua importância.

Refere a avaliação das atitudes em alunos com CEI, mencionando que dá mais peso a este parâmetro e explica que “para estes alunos já é difícil estar numa sala de aula, quanto mais estar atento”.

Apesar dos critérios serem os mesmos, os pesos atribuídos aos alunos com CEI são diferentes. Efetua a autoavaliação no fim de cada período com todos os alunos, incluindo os alunos com NEE e CEI.

Refere que efetua momentos de reflexão sobre empenho, questionando o que aprenderam, o que deveriam melhorar. Utiliza a avaliação para as aprendizagens ao deixar repetir quando um aluno acha que tocou mal e dá instruções para que os alunos melhorem o seu desempenho.

Consegue dar apoio a todos os alunos.

Utiliza grelhas e observação direta, e menciona que a avaliação é feita praticamente em todas as aulas valorizando a progressão dos alunos, dá exemplos faz referência aos testes práticos e aos escritos. Utiliza os mesmos instrumentos

para todos os alunos, mas com diferenças no número de músicas.

Menciona os benefícios dos alunos com CEI ao serem avaliados e faz referência ao reforço positivo como forma de motivação.

Faz referência à importância da progressão dos conhecimentos, e explica qual a função da avaliação para o professor e o que este deve fazer quando os seus objetivos não são atingidos. Os critérios de avaliação dos alunos com CEI são efetuados pelo professor pensando no sucesso dos mesmos.

O professor Nuno dá a sua opinião relativamente aos efeitos da avaliação no currículo dos alunos com CEI, menciona a importância do relacionamento interpessoal, facilita a memorização, a motricidade fina logo tem efeitos no currículo.

Explica o seu ponto de vista vantagem da inclusão para os alunos e para a turma, a permanência dos alunos em todas as disciplinas deve ser visto caso a caso, dá exemplo das vantagens da inclusão nas disciplinas práticas.

Menciona que os apoios por parte de Educação Especial são necessários, mas nunca teve necessidade de o solicitar. Só talvez para preencher “papeladas”.

B – Dados dos alunos

Estes 2 alunos participam nas mesmas atividades. O professor Nuno distingue a participação e o empenho dos 2 alunos.

Menciona o reforço da motivação que tem de dar para conseguir que os 2 alunos participem.

Integração destes alunos na turma, fala do comportamento do Pedro.

Apêndice V – 1. Categorização dos dados das entrevistas

Categorização dos dados das entrevistas

A categorização dos dados referentes à organização dos dados das duas entrevistas a cada um dos participantes, distribuem-se em 8 temas: 1. Preparação para a docência de alunos com CEI; 2. Conceito de avaliação / elementos que a constituem; 3. Avaliação de alunos com CEI; 4. Instrumentos que utilizam /como é feita a recolha; 5. Função da avaliação/efeitos da avaliação; 6. Vantagens e desvantagens da escola inclusiva; 7. Apoios recebidos; 8. Sugestões. Estas categorias abrangem as subcategorias e os indicadores que se achou pertinentes, bem como as unidades de contexto significativas, tendo sido organizadas em cada um dos temas.

Professores	Disciplina que leciona
Alice	Português e Cidadania e Desenvolvimento
Ana	Matemática e Ciências Naturais
Carolina	História e Geografia de Portugal
Isabel	Inglês
Luís	Educação Física
Nuno	Educação Musical

Categoria	Subcategoria	Unidades de registo	Unidades de contexto
Preparação para a docência de alunos com CEI	Formação continua, específica e/ou	Formação relevante	Alice -Formação em dislexia-Formas de trabalhar com alunos disléxicos.
			Ana -Formação em temas gerais, exemplo: Indisciplina.

	especializada		Luís - Pós-graduação em Educação Especial.
	Experiência Profissional	Experiência em ensinar alunos com CEI Perceção sobre ter ou não experiência	<p>Alice- Considera ter experiência, “Tenho alunos com CEI praticamente todos anos”.</p> <p>Ana – Considera que não tem experiência, vai-se “desenrascando”.</p> <p>Carolina- Considera ter experiência, “até já tenho detetado alguns casos de dislexia”.</p> <p>Isabel – Considera que não tem experiência em trabalhar com alunos com CEI, uma vez que nunca teve alunos com CEI integrados nas turmas como tem este ano, “a assistirem às minhas aulas a estarem presentes na sala de aula, não”, os alunos não frequentavam as suas disciplinas.</p> <p>Luís- Considera ter experiência profissional com alunos com CEI, mas não a lecionar Educação Física, este ano é a 1ª vez que tem alunos com CEI, nestas condições. A experiência vem também por ter lecionado no 1.º ciclo turmas com alunos com CEI.</p> <p>Nuno – Considera ter muita experiência, “tenho que trabalhar com eles todos”.</p>
Conceito de avaliação / elementos que a constituem	Tipos de avaliação	Vertentes da avaliação	Alice - Para a professora a avaliação tem “Duas vertentes, a vertente formal e a vertente informal”. Explica referindo que a formal avalia conteúdos específicos e a informal pequenas aprendizagens que se adquirem

		Avaliação formativa	diariamente e que conseguem aplicar no dia a dia (saber estar) Refere como avalia os alunos no Português (domino oral e escrito, compreensão e produção oral e escrita). Faz avaliação formativa e sumativa e considera mais importante a formativa, dá ex. Refere ser mais importante a avaliação no decorrer das aulas.
		Avaliação sumativa	Ana – Fala da falta de autonomia e como avalia os alunos com CEI (“faz ou não faz” e comportamento).
		Avaliação diagnóstica	Carolina – Utiliza avaliação continua “a avaliação para mim é desde o 1.º dia de aulas até ao último” e menciona contabilizar tudo o que é feito, dando exemplo do empenho. Menciona que a avaliação serve para se perceber quais as dificuldades dos alunos, não para dar uma classificação quantitativa. “A avaliação de testes para mim não é o fundamental”, e afirma ser conhecida pela professora que manda passar a pergunta e fazer as respostas. Quanto à avaliação diagnóstica menciona ter sido decidido em grupo disciplinar, fazer às turmas novas e aos 5.ºs anos. Explica como o diagnóstico é importante para a disciplina e serve como ponto de partida.
		Avaliação continua	
		Classificação quantitativa	Isabel – Efetua a avaliação diagnóstica “de forma orientativa” tomando-a como ponto de partida para o trabalho com os alunos, que difere de turma para

		<p>Evolução da progressão</p>	<p>turma. A avaliação formativa é a que considera mais importante pois permite a classificação.</p> <p>Luís – Define de avaliação e explica o processo de avaliação na disciplina, diagnóstico e evolução. Esclarece que em departamento estipula-se a escala de situação dos alunos: introdutório, intermédio e avançado. Utiliza avaliação formativa, dá exemplo: avaliação em jogo para dar maior partido da evolução dos alunos. Faz referência à importância da autoavaliação no fim do período.</p> <p>Nuno - a avaliação é feita praticamente em todas as aulas valorizando a progressão dos alunos. Utiliza a avaliação para as aprendizagens ao deixar repetir quando um aluno acha que tocou mal e dá instruções para que os alunos melhorem o seu desempenho. À importância da progressão dos conhecimentos, e explica qual a função da avaliação para o professor e o que este deve fazer quando os seus objetivos não são atingidos.</p>
<p>Avaliação de alunos com CEI</p>	<p>Avaliação de alunos com CEI</p>	<p>Dificuldades</p>	<p>Alice - Não faz avaliação igual, “o trabalho é muito diferente”, dá exemplos (o aluno CEI “dependendo das suas dificuldades faz interpretação de pequenas frases ou associa frases a imagens”, numa 1ª fase. Na 2ª fase “construir pequenas frases com as palavras que aprendeu” e “aos poucos ir aumentando</p>

		<p>Não existe avaliação da parte cognitiva</p> <p>Socialização</p> <p>Valores</p> <p>Atitudes</p> <p>Interesse</p> <p>Empenho</p>	<p>o grau de dificuldade”.</p> <p>Ana - Critérios de avaliação foram decididos pela professora dá exemplos: não avalia a parte cognitiva. Avaliação para as aprendizagens esclarece que não consegue por não ter tempo, no entanto faz quando está ao pé dos alunos ou quando faz questões orais (atividade que faz para a turma toda). Trabalha com esses alunos os conteúdos que a turma trabalha, dá exemplos: “quando estamos a trabalhar a geometria todos trabalham a geometria, se for números, o João e o Pedro também trabalham números”. Faz avaliação continua e essencialmente formativa. Refere que a avaliação não tem função nenhuma para estes alunos “os alunos não ganham nada” “estão completamente sós”, ganham sim quando está acompanhada com uma colega.</p> <p>Carolina – Exemplifica com um conteúdo (da contagem de séculos e numeração romana) a dificuldade em avaliar. Não consegue dar o apoio necessário, acredita se tivesse sentada ao lado dos alunos conseguiria, mas assim não. “A socialização entra na avaliação, só o facto de os ter ali já conta”. Os critérios de avaliação não foram definidos em grupo disciplinar. Foram pensados pela Carolina, baseados no interesse e empenho dos alunos. A História tem conceitos muito abstratos e preferia ajudar e trabalhar mais no</p>
--	--	---	--

		<p>Relacionamento com pares</p> <p>Critérios direcionados para os alunos</p> <p>Disciplinas práticas não avaliam de forma diferente</p>	<p>Português do que na História.</p> <p>Isabel – Relativamente à avaliação dos alunos com CEI, esta professora efetua as mesmas atividades para os dois alunos, e as atitudes estão contempladas “saber estar, o participar, a relação com os colegas”. Avalia os alunos com CEI de forma continua não sendo os mesmos da restante turma. Tem registos atitudinais e das fichas. A avaliação é muito baseada nas atitudes “no saber estar, na maneira como lida com os colegas, no comportamento”. A avaliação formativa é a que considera mais importante pois permite a classificação. Utiliza os mesmos critérios de avaliação, os conhecimentos e as atitudes, “mas direcionados para estes meninos”. Menciona lecionar a todos os mesmos temas, no entanto faz atividades diferentes para os alunos com CEI, dá exemplos (tema a família, todos aprendem vocabulário (da família nuclear, pai, mãe, irmã, irmão) mas a restante turma aprende mais a gramática, a construir frases e mais vocabulário (tio, primo, etc.)) As alterações ao planificado inicialmente “não mudei, usei essencialmente aqueles que estavam definidos para eles”, mas faz referência a estratégias que utiliza para conseguir dar o apoio necessário (colaboração e orientação entre pares).</p>
--	--	---	---

			<p>Luís – Não avalia de forma diferente os alunos com NEE, baixa o nível, ou seja, tem limite inferior dá exemplos.</p> <p>Nuno - Efetua avaliação diferente aos alunos com NEE, instrumentos de avaliação diferentes, utiliza um grau de exigência menor, dá exemplos (tocar só uma parte da música). Explica, “a avaliação em educação musical tem a parte vocal (canto), a parte rítmica, a parte do instrumento, parte motora (batimentos rítmicos, motricidade fina) e a coordenação (bater com as mãos, ou com os pés). Os alunos por imitação vão repetir o que o professor faz. Refere a avaliação das atitudes em alunos com CEI, mencionando que dá mais peso a este parâmetro e explica que para estes alunos já é difícil estar numa sala de aula, quanto mais estar atento. Apesar dos critérios serem os mesmos, os pesos atribuídos aos alunos com CEI são diferentes. Menciona o reforço da motivação que tem de dar para conseguir que os 2 alunos participem.</p>
	Autoavaliação de alunos com CEI	<p>Dificuldade</p> <p>Alunos com</p>	<p>Alice - Menciona ser difícil para estes alunos uma vez que “não têm noção do que é suposto atingirem e se de facto atingiram” Menciona não conseguir dar o apoio necessário para que os alunos façam uma reflexão sobre o que fizeram. Os alunos estão incluídos numa turma que requer também muita</p>

		<p>pouca compreensão</p> <p>Momentos de reflexão</p>	<p>atenção.</p> <p>Ana - Utiliza a avaliação diagnóstica no início do ano para conhecer os alunos e como trabalha com os alunos CEI por tarefas, concluí que faz um pouco de diagnóstico todo o ano por não saber o que os alunos já sabem. Diz não ter momentos de reflexão, mas dá exemplos de como e quando o faz. Faz referência a que as reflexões são rápidas e diretas para que os alunos o entendam.</p> <p>Carolina –Menciona que os alunos “não têm noção do que estão a fazer, se está bem ou se está mal”.</p> <p>Isabel –Considera a autoavaliação muito importante e irá tentar “fazer uma ficha muito simples”, para o efeito. No seu entender estes alunos conseguem perceber o que têm de melhorar.</p> <p>Luís – Faz referência à importância da autoavaliação no fim do período dos alunos com CEI.</p> <p>Nuno - efetua momentos de reflexão sobre empenho, questionando o que aprenderam, o que deveriam melhorar. Efetua a autoavaliação no fim de cada período com todos os alunos, incluindo os alunos com NEE e CEI.</p>
Instrumentos que utilizam	Instrumentos de avaliação		Alice - Não utiliza os mesmos instrumentos de avaliação. Para os alunos com

/como é feita a recolha		<p>Diversidade de instrumentos</p> <p>Diferentes por alunos</p> <p>Alguns conteúdos comuns</p> <p>Trabalho de articulação</p>	<p>CEI utiliza pequenas fichas e repete-as para verificar se os alunos adquiriram esses conhecimentos. Utiliza instrumentos diferentes para cada um e dá exemplos. Utiliza fichas criadas por ela ou retira de manuais do 1.º ciclo.</p> <p>Ana - Explica como trabalha falando do instrumento de avaliação (caderno diário com tarefas que ela própria escreve, utilizando cores diferentes para se entender melhor) e do tipo de avaliação que faz (avaliação para as aprendizagens), não faz teste, o caderno é organizado pela professora, faz fichas de trabalho Matemática e algumas a Ciências Naturais. Esclarece que no 2.ºP não irá fazer, menciona ser a forma de dar positiva ao Pedro, porque não consegue acompanhar devido à falta de apoio dentro da sala de aula, por ser à base de leitura. “A Matemática ainda se consegue fazer através de bonecos, mas a Ciências Naturais não”. Esclarece que os alunos com CEI seguem sempre a turma, dentro do possível, dão os mesmos conteúdos, isto em Ciências Naturais, a Momentos de reflexão nem sempre se consegue, dá exemplo, “as frações, não dá”, mas existem conteúdos que foram os mesmos, exemplo, números naturais. Refere a mudança de estratégia no 3.ºP, para os dois alunos, antes fazia tarefas e atividades no caderno diário e corrigia e agora tanto a Matemática como a Ciências Naturais, avalia oralmente.</p>
-------------------------	--	---	---

		Trabalho de colaboração	<p>“gastei horas e horas a fazer fichas, a pesquisar fichas, a adaptar fichas”, “achei o meu trabalho inglório, deixei de fazer”, como mudou as estratégias mudou a maneira de avaliar, passou a incidir mais no comportamento, na oralidade. Atingiu assim o objetivo “ter positiva”.</p> <p>Carolina – Como instrumentos de avaliação utilizados fala de um trabalho em articulação com a Educação Especial, para apresentar aos colegas, “Em História é difícil são os conceitos de espaço, tempo que não entra”. Participam nas aulas em que a atividade é visual (apresentação de vídeos, animações) gostam e mostram entusiasmo. No resto é difícil “não lhes diz nada” Avalia os pequenos trabalhos que os alunos fazem, e nos trabalhos de pesquisa sempre com o apoio de Educação Especial. Menciona que a História tem de pedir muito, a colaboração do professor de Educação Especial. Dá exemplos “(...) para o Espreitar a Escola eles gostam de fazer as maquetazinhas que fazem com o professor de Educação Especial e vamos trabalhando assim”, “se não for com o apoio deles é muito, muito complicado”. Fala dos conteúdos fáceis de trabalhar (dá o exemplo do 5.º ano nos mapas) e nos conteúdos muito difíceis com vocabulário que “não conseguem lá chegar”. Como instrumentos de avaliação utiliza pequenas</p>
--	--	-------------------------	--

		<p>Menor nível de exigência</p> <p>Grelhas de observação direta</p>	<p>pesquisas, pequenos trabalhos, o pouco que eles fazem e o que observo.</p> <p>Isabel – As fichas que elaborou até ao momento são iguais para os dois, mas coloca a hipótese de alterar (após reflexão) as estratégias quando surgirem dificuldades de resolução. Refere que existem atividades em que é difícil a participação destes alunos, exemplo teste de listening. apresentou em 1.º lugar os materiais didáticos que elaborou, separados por temas e com graus de complexidade crescente, sendo que o 1.º é o mais orientado e o último menos orientado. Esclareceu todas as dúvidas da entrevistadora, explicando cada um deles e para quem estavam destinados. Menciona ter falado com a professora de Português, a Alice para a elaboração de algumas fichas. Utiliza os recursos que tem na sala de aula e refere que a presença de alguém que conhece dá mais segurança e proteção e os leva a trabalhar mais. não faz as fichas (pesquisa em lugares na internet), mas altera de acordo com as necessidades e dificuldades dos alunos.</p> <p>Luís – Relativamente aos instrumentos de avaliação, explica a forma com a qual avalia e que os critérios são os mesmos para todos os alunos, baixa o nível de exigência.</p> <p>Nuno - Utiliza grelhas e observação direta, e menciona que, dá exemplos faz</p>
--	--	---	--

			referência aos testes práticos e aos escritos. Utiliza os mesmos instrumentos para todos os alunos, mas com diferenças no número de músicas.
Função da avaliação/efeitos da avaliação	Função da avaliação	<p>Evolução das aprendizagens</p> <p>Objetivo da disciplina</p> <p>Benefícios da avaliação</p>	<p>Alice - Explica qual o objetivo para cada aluno, fala de evolução (mais vocabulário e reproduzir em escrita o que pensa). Verificar se existiu evolução das aprendizagens e se não houver “arranjar um outro caminho”, “Os alunos não conseguem ter noção do impacto da avaliação”. Preocupação em ensinar o essencial para uma vida futura.</p> <p>Luís – Menciona o objetivo de Educação Física em termos de aprendizagens e o gosto pela disciplina. Esclarece as funções das aprendizagens, explicando a forma como funciona a disciplina e os seus objetivos. Menciona como estabeleceu os critérios de avaliação para os alunos.</p> <p>Nuno - Menciona os benefícios dos alunos com CEI ao serem avaliados e faz referência ao reforço positivo como forma de motivação.</p>
	Influência da avaliação no CEI	Alterações ao currículo	<p>Alice - Acha que a avaliação não influencia o currículo dos alunos com CEI. Dá opinião sobre o sistema relativamente a estes alunos. “Não é influente porque não é funcional”, “Nós temos alunos integrado e concordo com a inclusão”, “não têm ninguém ao lado deles que os ajudem a desenvolver o trabalho”, “o tempo que conseguimos dedicar a eles é muito pouco”. Refere que utiliza</p>

			<p>estratégias e atividades.” Não é rígido”.</p> <p>Luís – Influência da avaliação nos alunos com CEI, depende dos casos no João não Pedro sim.</p> <p>Nuno - O professor Nuno dá a sua opinião relativamente aos efeitos da avaliação no currículo dos alunos com CEI, menciona a importância do relacionamento interpessoal, facilita a memorização, a motricidade fina logo tem efeitos no currículo.</p>
Vantagens e desvantagens da escola inclusiva	Benefícios da Escola Inclusiva	<p>Falta de apoio</p> <p>Perceção dos professores</p> <p>Burocracia</p>	<p>Alice - “Seria vantagem se tivessem alguém ao lado deles” para ajudar e trabalhar. Menciona ser vantajoso se for disciplina prática. Refere que os alunos estão bem incluídos, mas o trabalho que fazem é completamente diferente. “a verdadeira inclusão, para mim é tentar que estes alunos acompanhem os restantes”.</p> <p>Ana - Não vê inclusão, vê “marginalização destes alunos”. Refere novamente que “estes alunos devem de estar dentro da sala de aula, mas devidamente acompanhados” para ser inclusão Refere que é importante alguém os acompanhar dentro da sala de aula “isto é que é integrar” refere não existir inclusão. “a professora de Educação Especial ajuda ficando com eles num tempo ou dois em vez de irem para a biblioteca”. Relativamente à preparação</p>

		Sentimento de culpa	<p>apesar do comportamento do Pedro em relação aos colegas (geram por vezes conflitos) e que a permanência em todas as disciplinas não é vantajosa para os alunos com CEI. “Existem conteúdos que eles não conseguiram concretizar”, “não ganham nada com isso”, “deveriam sair da sala” em algumas situações. “devem estar integrados na escola”, ”devem ter as vivências que os outros alunos têm”, “Ganham sempre” com a inclusão. No entanto, na sua opinião os alunos aborrecem-se “porque o professor não está só para eles”, menciona que necessitam de um apoio diferente, mais permanente e é difícil pois “nós não temos turmas tranquilas”. Sente-se culpada por não conseguir dar o apoio necessário a estes alunos “ o sentimento de culpa fica”. Menciona ser difícil trabalhar com estes alunos quando está em momentos de avaliação com a restante turma, dias de teste, apresentações orais. E nunca se lembrou (“e fica envergonhada ou inibida de o fazer”) de solicitar a presença da professora de Educação Especial nestes momentos.</p> <p>Luís – Faz referência às estratégias que utiliza: cooperação dos colegas (parceria de pares), integração na turma dos alunos João e Pedro.</p> <p>Influência da avaliação nos alunos com CEI, depende dos casos no João não</p>
--	--	---------------------	---

			<p>Pedro sim</p> <p>Esclarece a sua opinião sobre o efeito da avaliação no currículo, onde menciona que não tem efeitos e explica porquê. Fala sobre a motivação dos alunos pela escola como um dos efeitos nos alunos.</p> <p>Nuno - Explica o seu ponto de vista vantagem da inclusão para os alunos e para a turma, a permanência dos alunos em todas as disciplinas deve ser vista, caso a caso, dá exemplo das vantagens da inclusão nas disciplinas práticas.</p>
Apoios recebidos	Acompanhamento por parte do departamento de Educação Especial	<p>Falta de informação</p> <p>Falta de apoio dentro da sala de aula</p> <p>Preocupação com os documentos</p>	<p>Alice -Recebeu informações sobre cada um dos alunos. Não recebe qualquer tipo de apoio relativamente à elaboração do CEI.</p> <p>Ana - Afirma que os professores de Educação Especial dão informações gerais, exemplo: “o aluno não sabe ler nem escrever e agora?” questiona. Não consulta os PEI dos alunos.</p> <p>Carolina – Avalia os pequenos trabalhos que os alunos fazem, e nos trabalhos de pesquisa sempre com o apoio de Educação Especial. Menciona que a História tem de pedir muito, a colaboração do professor de Educação Especial. Dá exemplos “... para o Espreitar a Escola eles gostam de fazer as maquetazinhas que fazem com o professor de Educação Especial e vamos trabalhando assim”, “se não for com o apoio deles é muito, muito</p>

		<p>Papel do professor mais ativo</p> <p>Rigor na supervisão pedagógica</p>	<p>complicado”. Fala dos conteúdos fáceis de trabalhar (dá o exemplo do 5.º ano nos mapas) e nos conteúdos muito difíceis com vocabulário que “não conseguem lá chegar”. O departamento de Educação Especial não dá o apoio necessário. Menciona que se limita a apresentar papeis e a verificar se estão feitos e arrumados no sitio certo, verifica se a avaliação está feita bem como a síntese “ninguém avalia o que está feito” Questiona a atuação dos professores de Educação Especial “ele consegue fazer nesta disciplina e naquela não”. Torna a referir a falta de supervisão para benéfico do aluno e dos professores “porque se sentiam mais apoiados” e poderiam trocar ideias de estratégias. Não teve apoio na elaboração das fichas “cada um, caminha como quer”.</p> <p>Isabel – Não tem apoio por parte da Educação Especial e sentiu dificuldade em construir o currículo destes alunos, afirma que noutras escolas eram os professores de Educação Especial que faziam, mas foi perguntando e como viu o que os alunos conseguiam fazer, fez o documento.</p> <p>Luís – Influência da avaliação nos alunos com CEI, depende dos casos no João não Pedro sim. Esclarece a sua opinião sobre o efeito da avaliação no currículo, onde menciona que não tem efeitos e explica porquê. Fala sobre a</p>
--	--	--	--

			<p>motivação dos alunos pela escola como um dos efeitos nos alunos.</p> <p>Nuno - Menciona que os apoios por parte de Educação Especial são necessários, mas nunca teve necessidade de o solicitar. Só talvez para preencher “papeladas”. Consegue dar apoio a todos os alunos.</p>
Sugestões	Sugestões	<p>Apoios pedagógicos</p> <p>Adaptações graduais à escola</p> <p>Subcarga docente</p> <p>Reuniões</p>	<p>Alice - Considera importante o apoio aos alunos com NEE dentro da sala de aula, tanto aos que têm apoio indireto como aos que têm apoio direto, fala dando sugestões, exemplo, apoio pedagógico acrescido aos alunos, “os de apoio indireto andam à deriva”, “Necessitam de reforço, lá está o tal apoio pedagógico acrescido”.</p> <p>Carolina – Faz a sugestão do trabalho desenvolvido em Educação Especial fosse continuado nas aulas. Foi questionado se fez a proposta a Educação Especial pelo que mencionou fazer todos os anos e obter sempre recusa. Considera que a adaptação à escola, deveria ser diferente, os alunos têm muitas horas de aulas com a turma, “é um choque grande no 5.º ano”, explica que no 1.º ciclo estão sempre com a mesma professora e aqui tem muitos professores e a adaptação deveria ser gradual e não com mudanças “professor para aqui professor para ali”, “entra numa saí noutra”. Menciona que na sua opinião deveria de haver uma estrutura diferente e mais tempo “para que o trabalho</p>

		<p>Melhorar a comunicação</p>	<p>fosse melhor”. Fala sobre a subcarga dos professores e do elevado nº de alunos com NEE por turma, 2, da falta de reuniões com Educação Especial e refere o fato das colegas de Educação Especial só estarem na reunião quando se fala dos alunos com NEE. Sugere reuniões com Educação Especial no início do ano para delinear estratégias comuns. Torna a referir como DT que a maior preocupação é a organização dos dossiers dos alunos (processo individual do aluno). Não se fala “o que é que está criança evoluiu, o que é que consegue fazer”. Menciona a falta de colaboração com os EE no sentido de comunicar como o devem ajudar em casa, dando seguimento ao que está a ser feito na escola.</p> <p>Isabel – Sugere com exemplos o que é mais adequado a estes alunos.</p> <p>Luís – Necessidade de apoio dentro da sala de aula não, fala em termos de melhoria de comportamento para conseguir dar mais apoio aos alunos. Fala sobre as vantagens da turma da inclusão destes alunos e vice-versa.</p> <p>Nuno - Revela que o seu maior problema é o desconhecimento se os alunos têm CEI, bem como o desconhecimento das suas reais dificuldades na sua área de ensino.</p>
--	--	-------------------------------	--

Apêndice V – 2. Categorização dos dados dos alunos das entrevistas

Categorização dos dados dos alunos das entrevistas

A categorização dos dados dos alunos referentes à organização dos dados das duas entrevistas a cada um dos participantes, distribuem-se em 4 temas: 1. Atitude face à aprendizagem; 2. Atitudes face à turma; 3. Atividades propostas; 4. Evolução nas aprendizagens. As categorias abrangem os indicadores que se achou pertinentes, bem como as unidades de contexto significativas, tendo sido organizadas em cada um dos temas.

Professores	Disciplina que leciona
Alice	Português e Cidadania e Desenvolvimento
Ana	Matemática e Ciências Naturais
Carolina	História e Geografia de Portugal
Isabel	Inglês
Luís	Educação Física
Nuno	Educação Musical

Categoria	Unidades de registo	Unidades de contexto
Atitude face às aprendizagens	Dificuldades O sucesso	Alice – O Pedro “nem sempre quer executar as tarefas”. Refere que o João está ao nível do 1.º ano (só sabe escrever o seu nome) e Pedro ao nível do 2.º ano. Fala numa certa autonomia, no entanto será sempre necessário a supervisão/acompanhamento da professora principalmente para o João.

	<p>Recusa em trabalhar</p> <p>Falta de apoio</p> <p>Cansaço</p> <p>Falta de compreensão</p> <p>Pouca autonomia</p>	<p>Ana – Para o Pedro conseguir ter positiva, a prof refere que o aluno não realiza as atividades que ela propõe e “assim na oralidade sempre se consegue salvar”. Fala da recusa em trabalhar do Pedro. Dá exemplos, “quando ele quer consegue” em Ciências Naturais leu um texto na perfeição. No entanto, quando o professor da turma não consegue apoiá-lo de perto ele recusa-se a trabalhar</p> <p>Carolina- Dá exemplos de tarefas que propõe. Afirma que o Pedro executa e o João não (copiar frases) é necessário alterar a tarefa adequar mais aos interesses do João, ou seja desenhar. A dificuldade em avaliar é grande, principalmente pela recusa de trabalhar do Pedro. Refere que neste momento está melhor, já consegue estar na sala, mas ainda não executa as tarefas. “fazia falta eu estar ali, ter tempo para explicar” Fala do Pedro explicando que mudou a sua postura, já consegue estar na sala de aula sem se espreguiçar. Fala da falta de noção dos alunos do que é ser avaliado e refere que o Pedro tem mais noção que o João. ”O Pedro percebe quando está mal feio o João não” Refere que o Pedro não faz porque não quer, recusa-se a fazer as atividades e que para o João tudo é desenho e não sabe o que está a fazer se bem ou mal.</p> <p>Isabel- Verificou que o João tem muito mais dificuldades que o Pedro, “mas também é um menino muito mais disponível”, e que depois de orientado executa as tarefas propostas. O Pedro é menos autónomo e “surpreendeu-me porque não faz nada sozinho”. Menciona que</p>
--	--	---

		as atitudes são diferentes e que o Pedro requer muito mais atenção que o João.
Atitudes face à turma	<p>Conflito com pares</p> <p>Conflito com adultos</p> <p>Turma conflituosa</p> <p>Boa relação compares</p>	<p>Alice - Fala do caso do Pedro por ser Diretora de Turma e menciona ter tido reuniões com o pai para dar a conhecer situações que o Pedro criava, incluindo a recusa em trabalhar e nas relações com os colegas, refere que estas situações foram piorando durante o ano letivo</p> <p>Carolina - Fala do comportamento da turma e da atitude do Pedro em recusa de estar na sala de aula. Relativamente ao João e ao Pedro na turma “eles estão bem integrados, mas (...) não os apoiam” menciona os problemas da turma “turma em si é muito conflituosa” e “não os ajudam” menciona que não brincam com eles, não os ajudam nos intervalos.</p> <p>Isabel - Afirma que a restante turma gosta deles, apesar do comportamento de outro elemento da turma com problemas de indisciplina. Afirma que estes alunos “perderam” por causa disso, pois a aula era muitas vezes interrompida.</p>
Atividades propostas	<p>Diversidade de atividades</p> <p>Atividades de inclusão</p> <p>Atividades para ir aos interesses dos</p>	<p>Alice - Para o João, a Alice propõe “atividades mais visuais, imagens” para o Pedro “pequenos textos com produção de resposta”.</p> <p>Isabel – as atividades em conjunto com a turma, o Pedro gosta de realizar, apesar de ficar renitente na participação, por vezes recusa-se a executar (exemplo: ir ao quadro escrever palavras) só participa depois da insistência da professora. O João fica muito contente em realizar este tipo de atividades. Refere ainda e dá como exemplo atividade em que estes alunos participaram e gostam de fazer (ir ao quadro ligar palavras). Quanto às fichas que</p>

	alunos	levariam o João a aprender a ler e a escrever são mais difíceis de executar.
Evolução nas aprendizagens	<p>Necessidade de acompanhamento</p> <p>Evolução reduzida</p>	<p>Alice- Menciona que ambos necessitam de acompanhamento sistemático, e explica “se forem deixados sozinhos deixam de fazer o trabalho”, “reflexo do 1.º ciclo estão habituados a trabalhar sempre com alguém ao lado deles, (...) chegam aqui não têm” “é obvio, não tenho ninguém ao pé de mim não faço” (pensamento do Pedro).</p> <p>Ana – Mas refere que os alunos não aprenderam nada, tiveram uma evolução nula. Fala que o João no 1.º e 2.º Período deve ter tido uma pequena evolução, mas continua sem saber ler.</p> <p>Isabel – Refere que os alunos não retêm os conhecimentos e que dificilmente irão falar o Inglês, irão sim conhece algum vocabulário.</p>

Índice de Anexos

Anexo I – 1. Exemplos de instrumentos aplicados em Português ao João	113
Anexo I – 2. Exemplos de instrumentos aplicados em Português ao Pedro	114
Anexo II – 1. Exemplos de instrumentos aplicados em Matemática ao João	115
Anexo II – 2. Exemplos de instrumentos aplicados em Matemática ao Pedro	117
Anexo III – 1. Exemplos de instrumentos aplicados em Ciências Naturais ao João	118
Anexo III – 2. Exemplos de instrumentos aplicados em Ciências Naturais ao Pedro	120
Anexo IV – 1. Exemplos de instrumentos aplicados em Inglês ao João	122
Anexo IV – 2. Exemplos de instrumentos aplicados em Inglês ao Pedro	123

Anexo I – 1. Exemplos de instrumentos aplicados em Português ao João

LÍNGUA PORTUGUESA Avaliação mensal **outubro**

Nome: _____ Data: ____ - ____ - ____

Classificação: _____ O(A) professor(a) _____ O(A) enc. de educação _____






1 Assinala as vogais com os respetivos símbolos.

A E I O U

u l A o i E e U A j
 E i o O e U a a u

2 Completa as palavras com as letras em falta.




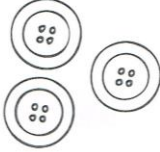
a e i o u

b m n l i p s c g m h r s f l h

3 Completa as palavras com os seguintes ditongos:

õe ão ei ãe

televis _____ passad _____ ra _____ c _____ s bot _____ s

7 8

Porto Editora - Língua Portuguesa 1 - Fichas de Consolidação

Anexo I – 2. Exemplos de instrumentos aplicados em Português ao Pedro

LÍNGUA PORTUGUESA

Avaliação mensal
novembro

Nome: _____ Data: _____

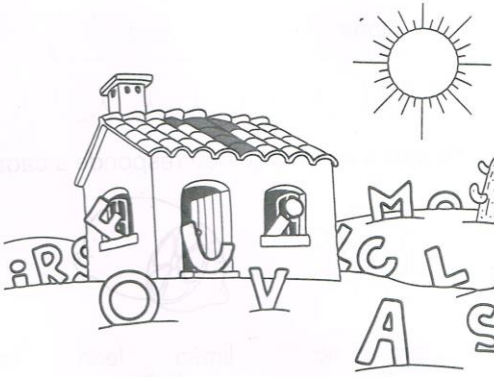
Classificação: _____

O(A) professor(a)

O(A) enc. de educação

1 Ouve a leitura do texto.

O T é o telhado da casa do alfabeto tapando por todo o lado o que estava descoberto. É a tampa e é o teto, é o que cobre a casa construída no deserto que as letras vão povoar com sentido e com acerto.

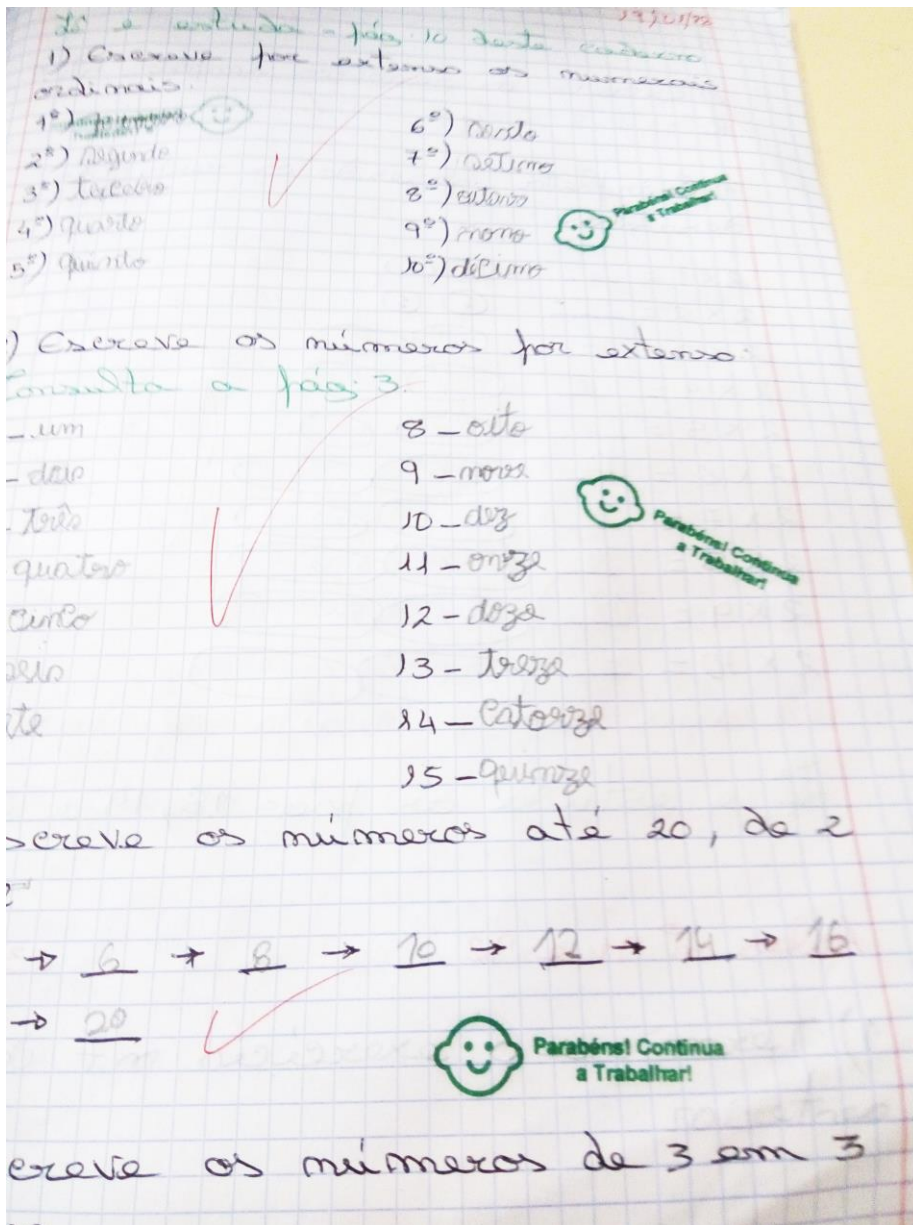


José Jorge Letria,
Versos com todas as letras, Ambar, 2008

2 Assinala com X as imagens que estão de acordo com o texto que ouviste.

9

Anexo II – 1. Exemplos de instrumentos aplicados em Matemática ao João





FICHA DE TRABALHO

NOME: [redacted] Nº: [redacted] DATA: 29/11/19

Conteúdo: Números naturais – comparação e ordenação de números; relação pertença; adição.

1. Recorda o vocabulário da adição.

A adicionar é o mesmo que juntar, reunir.
O sinal da adição é + que se lê mais.



2 → 1ª parcela
+ 4 → 2ª parcela
6 → soma ou total

1.1. Copia o texto:

A adição é o mesmo que juntar.
Reunir.
O sinal da adição é + que se lê mais.

1.2. Escreve o vocabulário da adição.

5 → parcela ✓
+ 4 → parcela ✓
9 → soma ou total ✓

2. Pinta os desenhos corretamente, com lápis de cor. ✓



Anexo II – 2. Exemplos de instrumentos aplicados em Matemática ao Pedro

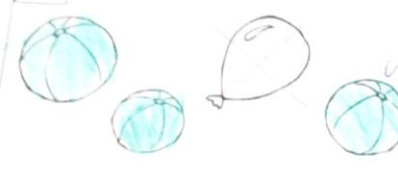
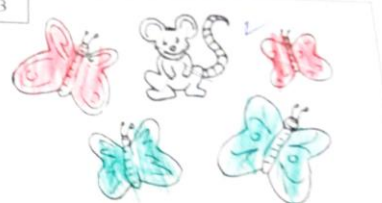


Doo 10

FICHA DE TRABALHO

NOME: [REDACTED] Nº: [REDACTED] DATA: 17/11/13

Conteúdo: Números naturais – sinais de pertença

I. Observa os conjuntos.

<p>A</p> 	<p>B</p> 
<p>C</p> 	<p>D</p> 


a) Risca com x o elemento que **não pertence** a cada conjunto.

b) Pinta os elementos que **pertencem** a cada conjunto.


ENDE

Anexo III – 1. Exemplos de instrumentos aplicados em Ciências Naturais ao João

Dia 7/11/17
 Quem sou eu? Assimala com x e pinta.

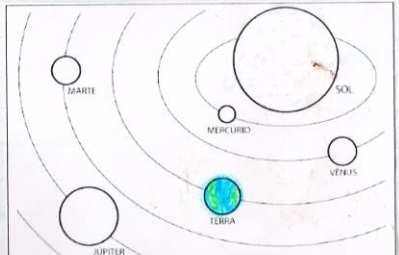


Menino ✓
 Menina




Menino
 Menina ✓

Localiza a Terra no sistema solar e pinta-a



Copia as frases:
 1) A Terra é um planeta. ✓
 1) A Terra é um planeta. ✓
 2) O sol é uma estrela. ✓
 2) O sol é uma estrela. ✓
 3) O sol dá-nos luz e calor. ✓
 3) O sol dá-nos luz e calor. ✓

Desenha o Sol e pinta-o.

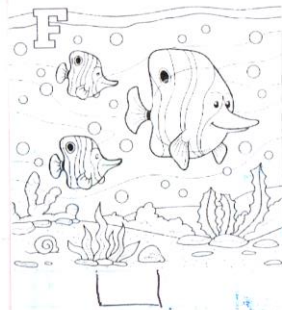


9/11/17

Na Terra há 3 ambientes:

- o terrestre,
- o aquático,
- o aéreo.

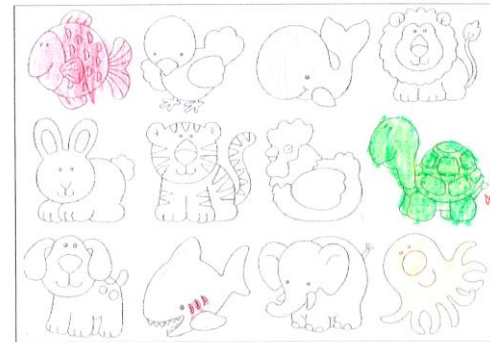
Pinta os ambientes aquático e terrestre.



Assimada com X o ambiente terrestre.



Pinta os animais aquáticos.



Desenha um jardim.



Anexo III – 2. Exemplos de instrumentos aplicados em Ciências Naturais ao Pedro

Aula nº 49
- Apoio com a prof. [redacted] 23/01/18

Aulas nº 50 e 51
- Tarefas da turma 25/01/18

Aula nº 52
- Apoio com a prof. [redacted] 30/01/18

Aulas nº 53 e 54
- Tarefas da turma 01/02/18

Aula nº 55
- Apoio com a prof. [redacted] 06/02/18

Aulas nº 56 e 57 08/02/18
Distribuição da água

De toda a água presente no planeta Terra,

Água Salgada 97,5%

Água Doce (Gelo + Líquida) 2,5%

68,9% Gelo, Calotas Polares

31,10% Água Doce Líquida

96% Água Subterrânea

4% Ag Superfíc

Observe a figura.

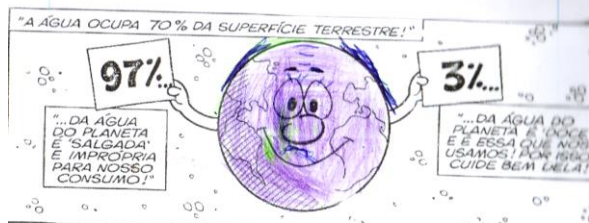
1) Existe maior quantidade de:

- água salgada ✓
- água doce

2) Existe menor quantidade de:

- gelo, calotas polares
- água doce líquida

3) Qual a porcentagem de água superficial: 4%



Água para BEBER
 Água para LAVAR
 Água para REGAR
 Água para NADAR

Água nos LAGOS
 Água nos RIOS
 Água das CHUVAS
 Água nos MARES

O nosso planeta azul
 É mesmo uma beleza
 Do norte até o sul
 Tem água na natureza.



- 4) Pinta o planeta Terra.
- 5) Completa as frases:
- No planeta Terra existe $\frac{2}{3}$ de água salgada.
 - A quantidade de água doce é de $\frac{1}{3}$.
- 6) Assinala a opção correta
- Existe maior quantidade de
 - água salgada
 - água doce
 - A água salgada é:
 - própria para bebermos
 - imprópria para nosso consumo

7) Pinta o desenho.


F	V	D	T	R	V	F	K	L	A	G	O	S	Q	S
W	B	E	B	E	R	G	R	A	R	B	H	G	X	R
P	W	Q	V	G	D	V	S	V	S	T	K	L	P	I
C	H	U	V	A	S	N	T	A	T	Q	N	F	M	O
Z	S	N	S	R	Z	V	F	R	F	M	A	R	E	S
F	G	Z	P	W	N	T	H	N	H	Z	Y	H	D	V


8) Encontra as palavras sublinhadas no texto


Anexo IV – 1. Exemplos de instrumentos aplicados em Inglês ao João


Trace and read.


family


 a family a family a family


 dad dad dad dad


 mom mom mom mom


 parents parents parents parents


 brother brother brother brother


 sister sister sister sister


 grandfather grandfather grandfather


 grandmother grandmother

 grandparents grandparents

 mother mother mother mother

 daughter daughter daughter

 father father father father

 son son son son

Trace and read.

family

